



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

MARIANA SATO DOS REIS

**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) DE
LONDRINA (PR):
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USUÁRIO**

MARIANA SATO DOS REIS

**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) DE
LONDRINA (PR):
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USUÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, para à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Amaral Rizzotti.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R375c Reis, Mariana Sato dos.
Centro de referência especializado para população em situação de rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva dos usuários / Mariana Sato dos Reis. – Londrina, 2014.
171 f. : il.

Orientador: Maria Luiza Amaral Rizzotti.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2014.

1. Pessoas desabrigadas – Assistência em instituições - Londrina – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Serviço Social – Teses. I. Rizzotti, Maria Luiza Amaral. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 362.51

MARIANA SATO DOS REIS

**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA A POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) DE LONDRINA (PR):
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO USUÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, para à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Maria Luiza Amaral Rizzotti
UEL - Londrina - PR

Aldaíza de Oliveira Sposati
PUC - São Paulo - SP

Olegna de Souza Guedes
UEL - Londrina - PR

Londrina, 20 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, especialmente:

Aos meus pais Ângela e Ademar e ao meu irmão Yuri, pelo apoio, incentivo, e amor incondicional. Vocês serão sempre minha maior inspiração.

Ao meu companheiro Matheus, pelo carinho, compreensão e cumplicidade compartilhados.

À orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Amaral Rizzotti, pelo compromisso, dedicação, acolhimento e pela amizade construída ao longo dessa trajetória. A você minha admiração e meu sincero respeito.

Às professoras Aldaíza Sposati e Olegna Guedes, pelas contribuições fundamentais para a finalização do trabalho.

A todos os docentes e colegas do Mestrado em Serviço Social e Política Social da UEL, pela intensa troca de conhecimentos, de experiências e pela amizade sincera construída.

Aos sujeitos participantes da pesquisa, por dividirem comigo suas histórias e trajetórias de vida. Sem eles, este trabalho não teria sentido. Aos profissionais do Centro POP de Londrina, pela abertura do espaço necessário para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida e pela compreensão, apoio e contribuições compartilhadas.

À amiga, Camila Ishizawa, pela acolhida logo que cheguei a Londrina e por tudo que fez por mim.

À companheira de vida e de lutas, Ana Cláudia, pelos momentos de reflexão, carinho e de receitas.

Às amigas, Ana Patricia, pelo acolhimento e por me deixar fazer parte da sua família; Eliana e suas flores Mirela e Luiza, por trazerem encanto aos meus dias.

À professora e amiga Claudinha, pelo inesquecível zouk.

À amiga Assistente Social, Camila Tomé, pelas contribuições da fotografia social.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa de Pesquisa.

A todos meus sinceros agradecimentos!

*“No que não perguntei, Diadorim me respondeu? –
‘...A muita coragem, Riobaldo... Se carece de ter
muita coragem...’ [...].
[...] Que: coragem – é o que o coração bate; se
não, bate falso. Travessia – do sertão – a toda
travessia”.*

Guimarães Rosa.

REIS, Mariana Sato dos. **Centro de referência especializado para população em situação de rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário.** 2014. 171f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), começaram a ser implementados oficialmente em 2010, depois da tipificação do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, em 2009. O Centro POP está previsto no âmbito da Proteção Especial de Média Complexidade no interior da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR), na perspectiva dos usuários atendidos. Para tanto, foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisa de campo. Esta pesquisa foi feita em três momentos distintos: 1) Observação participante; 2) Entrevistas com roteiro de perguntas semi-estruturado; 3) Oficina de fotografia com os sujeitos da pesquisa. Os sujeitos participantes desta pesquisa são onze usuários (oito homens e três mulheres) e duas assistentes sociais do Centro POP de Londrina (entre elas, a coordenadora do equipamento). O trabalho está dividido em dois capítulos e o referencial teórico tratou dos aspectos referentes às determinações estruturais do fenômeno da população em situação de rua, da realidade cotidiana e trajetória da proteção social, especificamente do modelo do Centro POP adotado pela Política de Assistência Social.

Palavras-chave: População em situação de rua. Centro POP de Londrina. Serviço especializado para pessoas em situação de rua. Perspectiva dos usuários atendidos.

REIS, Mariana Sato dos. **Specialized reference center for the homeless population (POP Center) Londrina (PR): an analysis from the user's perspective** 2014. 171p. Dissertation (Master's in Social Worker and Social Policy) – State University of Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

The Specialized Reference Centers for the Homeless Population (POP Centers), began being implemented in 2010, after the Specialized Service for the Homeless Population was typified, in 2009. The POP Center is provided in the Medium Complexity Special Protection inside the Social Assistance National Policies (PNAS). In this context, this study aims at analysing the Homeless Population Specialized Service of the POP Center in Londrina (PR), from the user's perspective. For this purpose, the qualitative research approach was used, with field research. This research was taken at three different times: 1) participant observation; 2) an interview with semi-structured questions; 3) photography workshop, with the research subjects. The research subjects are eleven users (nine men and 3 women) and two Social Assistants that work in the Londrina's POP Center (including the Center's Coordination). This work has two chapters. The first one discusses the homeless condition, as an expression of the social questions, presenting the general meaning of this concept and its relationship with the Brazilian reality in the historical construction of the homeless population phenomenon.

Key-words: Homeless. POP center of Londrina. Specialized service to homeless. User's perspective.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Recepção 1	134
Foto 2 – Recepção 2	135
Foto 3 – Revendo os amigos famosos	137
Foto 4 – “TORizando” possibilidades 1	138
Foto 5 – “TORizando” possibilidades 2.....	138
Foto 6 – “TORizando” possibilidades 3.....	139
Foto 7 – “TORizando” possibilidades 4.....	139
Foto 8 – Pose “especial”	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESBEPAR	Associação de Entidades Sociais Benéficas do Paraná
CadÚnico	Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal
CAF	Centro de Atendimento à Família
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS – AD	Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP-RUA	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
COMDECA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
COMSABES	Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem-Estar Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CSU	Centro Social Urbano
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
NOB/RH	Normatização Operacional Básica de Recursos Humanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
PACA	Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua

SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TO	Terapia Ocupacional/Terapeuta Ocupacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UNIDADE DO DIVERSO	22
1.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÃO RADICAL DA “QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.	23
1.1.1 “Questão Social” no Brasil e o Fenômeno População em Situação de Rua.	29
1.2 CONSTITUIÇÃO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A RELAÇÃO DIÁLETICA ENTRE ACUMULAÇÃO/EXPROPRIAÇÃO.	33
1.3 “EXCLUÍDOS”: UM MOVIMENTO REAL?.	43
1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VÍNCULOS FAMILIARES: A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE	50
1.5 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA.	64
2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E O CENTRO POP: IDENTIFICANDO A REALIDADE DE LONDRINA (PR)	80
2.1 QUEM SÃO ELES: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	80
2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E NORMATIZAÇÃO.....	86
2.2.1 Centro POP de Londrina (PR): o Percurso Até Sua Implementação e os Desafios da Concretização do Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua.....	94
2.2.2 (Re)contando Histórias e Construindo Possibilidades: o que os Usuários Pensam Sobre o Centro POP de Londrina (PR).....	107
2.3 OLHAR DO USUÁRIO ATRAVÉS DAS LENTES: O QUE O CENTRO POP REPRESENTA?.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	153

APÊNDICES	162
APÊNDICE A - Roteiro das Entrevistas	163
APÊNDICE B - Significado dos nomes escolhidos.....	166
ANEXOS	167
ANEXOS A Termo de consentimento livre e esclarecido	168
ANEXOS B Termo de consentimento livre e esclarecido – uso da imagem.....	170

INTRODUÇÃO

"A gente vive repetindo, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia".

Guimarães Rosa.

A aproximação com o universo das pessoas em situação de rua ocorreu pela inquietude que o tema “população em situação de rua” trazia, de forma que sempre se questionava: “quem são essas pessoas?”; “de onde elas vieram?”; “o que as leva às ruas?”; e a pergunta que mais incomodava: “o que está além do que se vê?”. O que levava as pessoas a uma “convivência urbana pautada pelo ‘evitar olhar’, ou não mostrar que percebeu a presença”? (SCOREL, 1999, p. 89).

Cássio Giorgetti, autor do Prefácio do livro “Poder e Contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris”, de Camila Giorgetti (2007), expressa, de forma encantadora, a inquietação que norteou este trabalho do começo ao fim. “Moradores de rua não brotam do chão como árvores em um parque ou plantas em um jardim”, inicia ele. E assim continua: “Por trás de cada um deles, em que pesem as mais complexas situações de vulnerabilidade, há, invariável e incondicionalmente, uma história” (GIOGETTI, 2007, p. 5).

Pesquisar é, afinal, um eterno questionar-se, inquietar-se, não se contentar com o óbvio e ir além do que as aparências nos apontam na correria dos dias em nossa sociedade atual. Cássio Giorgetti (2007), nesse contexto, ainda menciona: “[...] perde-se a condição de cidadãos na medida em que se esvaecem as simbologias que os retratam como tal [...] desprovidos de família, de emprego, de residência, de bens materiais passam a ser vistos como não cidadãos [...]”.

Assim, em um segundo momento, ao realizar a pesquisa de campo, para concretização do Trabalho de Conclusão de Curso¹, em São Paulo (capital), no final de 2010, deparou-se por diversas vezes com as dúvidas e perspectivas que o

¹ Trabalho apresentado para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social, pela Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP – Campus Franca (SP).

Centro POP (então em processo de implementação) causava nos profissionais que trabalhavam com a população em situação de rua no município.

Diante dessa experiência, e observando o Centro POP de Londrina (PR), diversos questionamentos surgiram: qual será o papel desse equipamento diante da realidade complexa em que vivem as pessoas em situação de rua? Se o Centro POP foi uma conquista dos profissionais, da sociedade civil, das entidades e instituições que trabalham com essa população, e do próprio Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)²; como será que os usuários enxergam essa instituição? Qual será o impacto que o serviço tem causado no acesso e garantias dos direitos da população em situação de rua? E, especificamente em Londrina, como será que os usuários acompanharam as mudanças ocorridas até se chegar ao Serviço Especializado, pois muitos desses usuários já eram acompanhados há anos pela política de atendimento e acolhida do município?

Partindo dessas questões, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os avanços, possibilidades e dificuldades do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR), na perspectiva dos usuários atendidos. Muitas vezes as políticas públicas não conseguem captar a essência e as características específicas de cada localidade e dos processos históricos, sociais e econômicos envolvidos nesse processo.

Considerar o olhar, a fala, e a percepção dos próprios usuários para quem as políticas se destinam e são construídas, é algo necessário quando se fala em acesso aos direitos sociais e quando se objetiva iniciar um processo investigativo que englobe (ou tenha a intenção de englobar) a perspectiva de totalidade da realidade social. Ainda mais, quando se trata do processo de implementação de um equipamento público relativamente recente, reivindicado e conquistado a partir da luta do MNPR, de segmentos e demais profissionais engajados nessa causa.

Deste modo, esta pesquisa é guiada pela perspectiva de análise da totalidade social. De acordo com Kosik (2011, p. 17) o homem antes de iniciar qualquer investigação “[...] deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que [...] existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente”.

² Como poderá ser constatado no Capítulo 2, quando se reporta à trajetória da constituição da Política Nacional para População em Situação de Rua, até a implementação dos Centros POP.

Cabe, portanto, ao pesquisador (ou ao filósofo como aponta KOSIK, 2011 p. 18) descobrir a estrutura da coisa ou “a coisa em si” pela via do conhecimento que decompõe o todo. Ora, os fenômenos se apresentam espontaneamente no pensamento comum como realidade, uma vez que “[...] o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. [...] O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias”.

Dessa forma, a representação da coisa, o fenômeno, não demonstra “a coisa” ou a realidade como elas realmente são, apenas projetam na consciência do sujeito “[...] determinadas condições históricas petrificadas” (KOSIK, 1986, p. 19).

Deve-se, então, destruir a pseudoconcreticidade por meio do pensamento crítico, que é a própria dialética, ao encontro da concreticidade real. Desvendar a aparência do fenômeno, não é negar sua objetividade, é demonstrar sua forma mediata, sua dependência em relação à busca pela essência.

Pela dialética, o mundo das representações e do pensamento comum, é negado em seu aspecto imediato, ela os submete “[...] a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como [...] sedimento e produtos da práxis social da humanidade” (KOSIK, 2011, p. 21).

No entanto, a destruição da pseudoconcreticidade não pode ser vista enquanto o rompimento de algo que separava a escuridão da realidade em si, dada em sua forma completa; mas como um processo de criação da realidade concreta: realidade social dos homens, que se cria “[...] como união dialética de sujeito e objeto” (KOSIK, 2011, p. 24).

Assim, a busca pela essência do fenômeno, partindo do imediato, rumo à decomposição do todo para se atingir a realidade concreta, através da práxis social de cunho crítico-dialético, como analisado anteriormente tendo por base as reflexões de Kosik (2011), é possível se chegar a determinações mais simples que compõem o objeto estudado.

Porém, em seguida, é necessário que se faça o “caminho de volta”, ultrapassando a representação caótica do todo, em busca da totalidade de determinações e relações diversas que fazem parte da realidade social. Eis o método de compreensão e análise do real deixado pelo legado de Marx (NETTO, 2011, p. 43).

De acordo com esse autor, a abstração é o caminho que possibilita ao pesquisador retirar do objeto suas determinações mais concretas e, por meio da análise crítica e sistemática, chegar às suas determinações mais simples. Nesse sentido, a realidade social é concreta por ser a síntese de múltiplas determinações, “unidade do diverso”, que é própria da totalidade social.

Esta é composta pela universalidade, singularidade e particularidade. As determinações mais simples estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades, e as particularidades só podem ser encontradas por intermédio das diversas mediações que se estabelecem entre o objeto a ser pesquisado e a realidade concreta.

Para que seja possível desvendar o real por meio de processos de abstração que intermediam o desvendamento das particularidades do objeto aqui estudado, estabeleceu-se como objetivos específicos da pesquisa: contextualizar o surgimento do Centro POP de Londrina (PR), e a trajetória do acesso das pessoas adultas em situação de rua aos serviços ofertados pelo referido equipamento; apontar os aspectos da estrutura de atendimento do Centro Pop em relação às orientações oficiais sobre sua política de atendimento; compreender o entendimento dos usuários em relação aos serviços propostos pelo Centro POP, e em relação ao atendimento de suas necessidades; e por fim, identificar os principais desafios no atendimento à população em situação de rua do Centro POP de Londrina. Destaca-se que o Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, sob o número 110.941 no dia 24 de Setembro de 2012.

Para a o alcance dos objetivos foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois como explica Minayo (2008, p. 21), esta forma de se fazer pesquisa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. E ainda segundo a autora, “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Yazbek (2003, p. 24-25), ao discorrer sobre a pesquisa qualitativa aponta que:

O uso de técnicas qualitativas para o estudo social carrega o desafio de captar nas práticas e representações individuais os sinais de uma organização social historicamente constituída em que as divisões de classe formam o pano de fundo da trama onde se gera a pobreza.

A pesquisa de campo foi realizada no Centro POP de Londrina (PR), mais conhecido entre os usuários do serviço como “CREAS I” ou “Projeto Sinal Verde”³. A fase de campo foi dividida em três partes: 1) Observação participante no Centro POP; 2) Entrevistas, com roteiro de perguntas semi-estruturado⁴ e 3) Oficina de fotografia com os sujeitos da pesquisa.

Antes de iniciar a pesquisa no Centro POP, a pesquisadora participou de uma reunião técnica com toda a equipe de profissionais do equipamento (psicólogas, assistentes sociais, recepcionistas, educadores sociais e com a coordenadora do equipamento) para a apresentação do projeto de pesquisa e para os esclarecimentos dos procedimentos metodológicos que seriam utilizados naquele espaço.

A primeira fase, constituída pela observação participante, ocorreu durante um mês, permanecendo-se no Centro POP uma vez por semana. Este procedimento metodológico, conforme orienta Minayo (2008, p. 71), ajuda “[...] a vincular os fatos e suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados”.

Lara (2007, p. 75), sobre o processo de construção do conhecimento científico, afirma que:

A observação sobre a realidade social não é simplesmente um incômodo subjetivo, que apenas satisfaz a curiosidade do pesquisador; ao contrário, o ser que indaga, procura inquirir sobre ‘algo’ que advém da objetividade social, a qual carece do conhecimento para ser desvelada.

Diante disso, a observação participante foi iniciada no dia 27/09/2012, com o acompanhamento da recepção do usuário no Centro POP, os procedimentos de registro e acolhida. No segundo dia (05/10/2012), acompanhou-se

³ Antes da configuração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o serviço de atendimento a crianças e adultos em situação de rua era denominado Projeto Sinal Verde, e integrava os serviços de média complexidade. Por isso, alguns usuários ainda o denominam dessa forma. Optou-se, entretanto, pela utilização, neste trabalho, da nomenclatura “Centro POP”, uma vez que este espaço já recebe a verba destinada a esse serviço e tem procurado se adequar às exigências oficiais.

⁴ APÊNDICE A.

o atendimento das demandas dos usuários, junto a um dos assistentes sociais de plantão. Vale ressaltar que a observação se deu a partir da prévia autorização de todos os usuários que foram atendidos naquele período.

No terceiro dia (12/10/2012), foi feita a observação participante junto à equipe da Abordagem Social⁵, que percorre as ruas de Londrina atendendo às demandas solicitadas, tanto por parte dos próprios usuários, quanto por parte da comunidade londrinense. No último dia (18/10/2012), foram observados os trabalhos realizados pela Terapia Ocupacional (TO) do Centro POP.

A partir da observação realizada na TO, percebeu-se que este trabalho teria que trazer a compreensão do sujeito sobre o serviço utilizando-se de outro meio, além das entrevistas. E por que não a fotografia? Como afirma Lara (2007, p. 79), o método de apreensão e análise da realidade social “[...] é uma profunda relação entre subjetividade e objetividade”. Como explica o autor, “A realidade objetiva, por ser produto da práxis humana, é subjetividade objetiva, ao passo que a subjetividade, pelo mesmo motivo, é a realidade objetiva que adquiriu forma subjetiva”.

O conteúdo relatado na observação participante foi organizado e utilizado no decorrer do trabalho, no sentido de trazer esclarecimentos sobre algum dado ou fato e descrever alguma situação, não como a fonte principal da pesquisa de campo. Ressalta-se que a observação participante foi necessária para a aproximação com o objeto de estudo e com os usuários e profissionais do referido equipamento.

Na segunda fase da pesquisa de campo foram feitas as entrevistas com onze usuários do Centro POP, três mulheres (dentre elas, um travesti que se considerou mulher) e oito homens (maiores de 18 anos, sem levar em consideração ser ou não idoso e/ou deficiente). A escolha dos usuários que seriam entrevistados (tanto os homens, quanto as mulheres) ocorreu de forma aleatória, tendo por base dois critérios: maior tempo de atendimento no Centro POP, e encontrar-se em situação de rua, em Londrina, no momento da pesquisa (pois os “trecheiros” não se encaixam nesse último critério).

Permaneceu-se em observação na instituição (recepção) desde o início do seu funcionamento (8h00) até o fim da carga horária dos técnicos da

⁵ Serviço previsto pela Resolução n. 109/2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. .

manhã (14h00). Esse período foi escolhido pelo intenso fluxo de usuários que buscavam o serviço naquele horário. Após passar pelo atendimento, os técnicos apresentavam os sujeitos interessados em fazer parte da pesquisa. Foi um processo intenso e muito proveitoso, pois enquanto não aparecia nenhum sujeito, pôde-se acompanhar a dinâmica do equipamento realizando outras observações e ganhando mais a confiança dos usuários que esperavam na recepção. Ressalta-se que, as entrevistas realizadas com os usuários do serviço tiveram por base um roteiro norteador e, por ser este um processo dinâmico e nunca igual para todos os sujeitos envolvidos, alguns sujeitos falaram menos, outros mais.

Apesar disso, o cuidado na realização das entrevistas foi uma constante, procurando evitar ao máximo, o que Thiollent (1985) chama de “a imposição da problemática do questionário”. Para o autor, esta imposição ocorre quando o entrevistado é colocado “frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua”, e acaba sendo estimulado a dar respostas “reativas” ao entrevistador. Este deve então ultrapassar seu universo específico e seu meio social cotidiano para poder compreender a posição político-ideológico e sociocultural de que fala o sujeito que está sendo entrevistado, evitando “[...] a ausência de relativismo cultural por parte dos investigadores, cuja imaginação sociológica não ultrapassa os limites do universo mental de seu próprio meio social” (THIOLLENT, 1985, p. 52).

Na elaboração do roteiro norteador, atentou-se, ainda, para a “limitação ‘conformista’ do questionário”, como aponta Thiollent (1985, p. 63), de forma que ele, mesmo não sendo neutro, pois expressa uma finalidade específica, não teve nenhuma intenção de condicionar as respostas dos entrevistados a um foco antes premeditado.

Ainda nessa fase, em algumas entrevistas foi incluída a pergunta: “O que você acha que mudou no serviço em todos os anos que você o acompanha?”. Esse questionamento foi direcionado apenas para aqueles sujeitos que já acompanhavam o serviço de atendimento à população em situação de rua de Londrina (PR), desde a infância e/ou adolescência. Outro ponto que também necessita ser explicitado é o uso da denominação “CREAS” em vez de “Centro POP”, nas perguntas direcionadas aos sujeitos entrevistados, sobre o equipamento, pois como essa nomenclatura ainda está em processo de transição, os usuários atendidos não reconhecem aquele espaço por “Centro POP”.

Foram entrevistadas também duas assistentes sociais (uma assistente social que trabalhava há muitos anos com a população em situação de rua tanto adulta, quanto infanto-juvenil do município; e a coordenadora do Centro POP), que atuam no Centro POP de Londrina (PR)⁶.

Todos os participantes assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”⁷. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e analisadas no corpo do trabalho, permeando o referencial teórico. Os nomes dos usuários foram trocados, e para escolha dos mesmos, utilizou-se o significado dos nomes (OBATA, 2002), de acordo com a característica de cada sujeito⁸.

A terceira fase da Pesquisa de Campo se deu mediante a realização de uma “oficina de fotografia” com os usuários do Centro POP. Por uma questão prática, optou-se pela realização da oficina em um dos dias em que ocorria a TO, no período da tarde. Destaca-se que, nesse dia, nem todos os sujeitos entrevistados estavam presentes na TO, e outros usuários que não fizeram parte das entrevistas contribuíram com as fotografias. Estas foram, posteriormente, reveladas e levadas para a Terapeuta Ocupacional que se disponibilizou a entregá-las aos usuários. Todos os participantes que tiveram suas imagens registradas nas fotos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁹ que autoriza o uso da imagem para fins desta pesquisa.

Para a concretização desta dissertação, a revisão de literatura foi feita constantemente, com a finalidade de construir uma sólida base teórica, fundamental para a apreensão do objeto de estudo. Sendo assim, a pesquisa está estruturada em duas partes. A primeira, constituída pelo “Capítulo 1 População em Situação de Rua: unidade do diverso”, a luz dos termos de Kosik (2011), aborda a condição de rua, enquanto expressão da questão social, apresentando o significado geral desse conceito e a relação com seu enfrentamento na realidade brasileira ao longo da construção da trajetória histórica do fenômeno população em situação de rua.

⁶ Destaca-se que tais entrevistas foram feitas, baseadas na necessidade de adicionar algumas informações referentes à história, e ao processo de atenção à população em situação de rua do município; às questões relacionadas à estrutura do serviço, além das dificuldades de acesso dessa população aos direitos sociais. Em nenhum momento houve a intenção de contrapor ou questionar as falas dos usuários entrevistados. Dessa forma, o foco da pesquisa é “a análise do serviço na perspectiva dos usuários atendidos”.

⁷ ANEXO A.

⁸ APÊNDICE B.

⁹ ANEXO B.

Em um segundo momento, discute-se a questão da “exclusão social”, de forma a buscar com a maior profundidade as determinações estruturais e históricas para a condição população em situação de rua. Por fim, a questão dos vínculos sociais e da dependência química, é tratada como expressão da “questão social” presente no cotidiano das pessoas em situação de rua, e as falas dos sujeitos entrevistados contribuem para o enriquecimento e para o constructo teórico utilizado, uma vez que estas os intercalaram buscando fazer essa articulação imediata.

No “Capítulo 2 População em situação de Rua no Brasil e o Centro POP: identificando a realidade de Londrina (PR)”, aborda as questões mais específicas no processo de surgimento do Centro POP no Brasil, que remete às formas de proteção social para a população em situação de rua que foram sendo conquistadas no país. Esse capítulo ainda trata da trajetória de atenção à população em situação de rua de Londrina (PR), até se chegar na configuração e estrutura que hoje o Centro POP desse município possui. Este capítulo também contém as análises dos usuários em relação aquele serviço e em relação às fotografias mencionadas anteriormente.

Por fim, são apresentadas as considerações finais que apontam as principais mudanças e melhorias, destacadas pelos sujeitos entrevistados. Evidencia-se o avanço do Centro POP, em relação aos serviços públicos de atenção à população em situação de rua ao longo da história do país, além dos desafios e das possibilidades desse serviço em Londrina (PR) que poderão ser utilizados como fonte de avaliação, destacando a fundamental importância da participação dos usuários nesse processo. Assim, é possível enxergar o acesso ao direito enquanto possibilidade de mudança de vida e de identificação dos sujeitos donos de sua própria história.

Esta Dissertação foi inspirada, durante toda sua elaboração, na grande obra de João Guimarães Rosa, “Grande Sertão: veredas”, que foi minuciosamente lida. Tomou-se emprestado algumas citações brilhantes da obra, que foram usadas em alguns momentos no corpo trabalho e como epígrafes. Acredita-se que, Riobaldo¹⁰ tenta dizer a cada instante, diretamente para o leitor, que a vida é uma eterna travessia, mas precisamos, simplesmente, atravessá-la, e

¹⁰ Personagem principal, que relata sua grande travessia como jagunço, pelos sertões “Gerais” (sul da Bahia, norte de Minas Gerais e norte e nordeste de Goiás).

cada passo que damos no agora do atravessar, refletirá na contemplação da chegada. Sendo assim, a vida nas ruas é travessia, porque é vivida por homens e mulheres que lutam todos os dias, entre as veredas do caminho, para ser sujeitos ativos de sua história. Deve-se, portanto, olhar para esta população, como seres “travessieiros” e não apenas olhá-la como um cenário desse trajeto, uma vez que ela é travessia pura, e quer apenas uma coisa: “ficar sendo”¹¹. Como eloquentemente afirma Riobaldo: “E ainda hoje, o suceder deste meu coração copia é o eco daquele tempo, e qualquer fio de meu cabelo branco que o senhor arranque declara o real daqui [...]” (ROSA, 1984, p. 356).

¹¹ Em alusão a fala de Riobaldo: “E, o que era que eu queria? Ah, acho que não queria mesmo nada, de tanto, que eu queria só tudo. Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo” (ROSA, 1984, p. 322).

1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: unidade do diverso

“Aquilo era a tristonha travessia, pois então era preciso. Água de rio que arrasta. Dias que durasse, durasse, até meses. Agora, eu não me importava. Hoje, eu penso, o senhor sabe: acho que o sentir da gente volteia, mas em certos modos, rodando em si mas por regras. O prazer muito vira medo, o medo vai vira ódio, o ódio vira esses desesperos? – desespero é bom que vire a maior tristeza, constante então para um amor [...]”.

Guimarães Rosa.

A população em situação de rua faz parte da realidade concreta e está inserida, enquanto diversidade, nessa unidade que é a realidade social, nos dizeres de Kosik (2011). Ela também é síntese de múltiplas determinações, pois o estar em situação de rua, o permanecer na rua não ocorre apenas por um único fator, logo, a condição de rua é heterogênea, e também é unidade do diverso.

A partir desse método de análise da realidade social, foi possível construir um caminho que sinaliza a população em situação de rua como expressão da “questão social”, desmembrada em suas diversas facetas, como será desenvolvido nos itens que compõem este Capítulo: fragilidade e/ou rompimento dos vínculos familiares; drogas e a dependência química.

Sendo assim, este Capítulo é formado por vários eixos norteadores que fundamentam a discussão principal do objeto deste trabalho, qual seja: trazer à tona a perspectiva dos usuários atendidos no Centro POP de Londrina (PR) em relação ao serviço especializado oferecido nesta instituição pública.

O primeiro eixo contém a discussão sobre a “questão social”, que tem como uma de suas inúmeras expressões a população em situação de rua. Teoricamente, a opção deste trabalho é pela “questão social” enquanto expressão de um processo histórico e contraditório da exploração da classe trabalhadora, geradora das lutas entre aqueles que produzem e aqueles que detêm a riqueza socialmente produzida. A discussão da “questão social” também engloba o papel do Estado como co-participante da geração e da manutenção dessa mesma “questão social” e a relação com a realidade brasileira na construção da trajetória histórica do fenômeno população em situação de rua.

As reflexões sobre a “nova questão social” são abordadas no sentido de expor as contradições e os equívocos que tal expressão congrega. A análise da “questão social” no seio na sociedade brasileira torna-se fundamental para construir a base que sustenta a discussão do fenômeno população em situação de rua no país. Ademais, a discussão da “exclusão social”, foi necessária para indicar os descaminhos e as possibilidades que esse conceito pode agregar ao tema aqui discutido.

Por fim, o segundo e último eixo discute sobre a questão dos vínculos sociais e da dependência química, tratada como expressão da “questão social” presente no cotidiano das pessoas em situação de rua, e as falas dos sujeitos entrevistados contribuíram para o enriquecimento e aproximação com a realidade social em constante movimento.

1.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÃO RADICAL DA “QUESTÃO SOCIAL” NA CONTEMPORANEIDADE

A expressão “questão social” designa processos que foram se constituindo com o advento do sistema capitalista. Sua gênese está relacionada com à maneira pela qual os indivíduos se organizam para produzir num determinado período histórico. O desenvolvimento e progresso das forças produtivas, com o constante aperfeiçoamento das tecnologias, ocasionaram o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Aumenta-se o capital constante, em detrimento do capital variável.

Vale ressaltar que, na lógica capitalista, a introdução das tecnologias que potencializaram o processo produtivo foram as causas determinantes do desemprego dos trabalhadores, que deram início a constituição do exército industrial de reserva, fonte da valorização do capital, pela lei da oferta e da procura (SANTOS, 2012, p. 26)¹².

Com o aumento do descontentamento e da revolta da classe operária, materializada no embate desta com a classe burguesa, contra a situação

¹² Esse processo será melhor explicitado no item 1.2., por meio da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, elaborada por Marx (1996), no volume I de “O Capital”, no qual será retomada a constituição do exército industrial de reserva, que compõe um dos muitos fatores que levam as pessoas a permanecerem em situação de rua.

de exploração a que estavam submetidos, evidenciou-se uma “questão social” no interior das relações sociais estabelecidas entre o capital e o trabalho. Para Santos (2012, p. 38), os inúmeros protestos da classe trabalhadora ocasionaram de forma mais evidente, na terceira década do século XIX, a formação de uma consciência de classe, que culminaria com o movimento revolucionário de 1848.

O autor José Paulo Netto (2011, p. 152), que discute sobre a temática “questão social”, explica que tal expressão começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e se vinculava ao fenômeno do pauperismo que se instaurava na sociedade capitalista concorrencial do período. O pauperismo “traveste-se” de “questão social” na exata medida em que as desigualdades avançam com o crescimento da acumulação capitalista à custa do trabalho e, da miséria a ele intrínseca, do operariado. Para Netto (2011, p. 153):

[...] se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

A “questão social” ganha evidência e destaque na sociedade capitalista do período, pela não passividade dos “pauperizados” de se submeterem às situações de miséria e exploração que enfrentavam. Sua luta e união, seja por meio do movimento Luddista¹³, seja através da composição das Trade Unions, configura-se em ameaça à ordem vigente (NETTO, 2011, p.154).

De acordo com Netto (2011, p. 154), no desenrolar da segunda metade do século XIX, a “questão social” começa a ser incluída na pauta do pensamento conservador. Suas expressões ganham tom de naturalização e seu combate alia-se a reformas que preservavam, acima de tudo, a propriedade privada dos meios de produção.

Porém, para a classe revolucionária, no esplendor do levante de 1848, a expressão “questão social” utilizada de forma enviesada pelo pensamento conservador só ganharia concretude, e suas expressões só poderiam ser combatidas, se aliada à supressão da sociedade burguesa. Estava colocada em

¹³ O Luddismo foi um movimento social ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812. Contrários aos avanços tecnológicos ocorridos na Revolução Industrial, os luddistas protestavam contra a substituição da mão de obra humana por máquinas. O nome do movimento deriva de um dos seus líderes, Ned Ludd.

cena, então, a questão político-econômica inerente à “questão social”: com a crescente “superpopulação relativa” e intensa pauperização da classe trabalhadora, é apontada a necessidade da superação da ordem econômica capitalista.

Os estudos teórico-metodológicos e políticos de Marx (1978) possibilitaram uma análise anatômica da “questão social”, demonstrando sua indissociabilidade com relação ao sistema capitalista, sendo aquela constitutiva deste último (Netto, 2011, p. 157). E é por este motivo que para Netto (2011, p. 159) a expressão “nova questão social”, advinda no pós Welfare State, juntamente com os processos de globalização e os avanços do neoliberalismo, não possui razão de ser.

A análise das expressões da “questão social” não pode estar desvinculada das particularidades histórico-culturais e sociopolíticas de determinada sociedade. Coexistem novas expressões de uma mesma (ou velha) “questão social”, que possui uma única base material, qual seja: o modelo econômico capitalista sob o domínio da classe burguesa. E será a partir desse norte teórico que este trabalho entende a população em situação de rua como “expressão radical da questão social na contemporaneidade”¹⁴.

Entretanto, a questão social para outros autores, como Robert Castel (1998), em seu livro “As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário” é um fenômeno que, com o passar do tempo, vem sofrendo modificações, metamorfoseando-se e originando uma “nova questão social”. De acordo com Pimentel (2007, p. 134):

Para Castel, a expressão “questão social” aparece pela primeira vez no jornal legitimista francês *La Quotidienne* em 1831, onde acusava o governo, chamando a atenção dos parlamentares, que era preciso entender que além dos limites do poder, isto é, fora do campo político, existia uma “questão social” carente de resposta, quando esses efeitos do processo de industrialização representariam um perigo à paz e à ordem econômico-social e moral estabelecida.

O autor também designa a tomada de consciência dos trabalhadores enquanto vítimas da pauperização da era industrial, e sua reação frente a ela, como responsável pelo surgimento da “questão social”. E para os reformadores do período, a “questão social” deveria ser tratada como [...] “questão da reabilitação das

¹⁴ Esse termo é utilizado por Silva (2009) em seu livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”.

classes trabalhadoras ‘gangrenadas’ pela chaga do pauperismo” (CASTEL, 1998, p. 317 apud PIMENTEL, 2007, p. 134). A questão social torna-se uma ameaça à coesão e à ordem social do período, e sua cura estava centrada na integração social dos trabalhadores e dos grupos sociais que ameaçam romper essa ordem social que, até então, estava estabelecida.

De acordo com Castel (1998), a estabilidade econômico-social advinda depois da Segunda Guerra Mundial, ocasionada pelo crescimento econômico, combinado com o pleno emprego, o desenvolvimento dos direitos do trabalho e da proteção social (visto que para o autor o papel do Estado Social era imprescindível para amenizar os conflitos e para manter a coesão social), possibilitou à sociedade salarial promover maior repartição da riqueza socialmente produzida e eliminar parte expressiva das vulnerabilidades sociais de massa, de modo que a questão social parecia ter desaparecido.

No entanto, o desemprego generalizado, a precarização do trabalho, a “desestabilização dos estáveis” (população jovem, sobrando frente às necessidades do mercado, este em busca de um trabalhador cada vez mais qualificado); frutos da crise instaurada a partir de 1967; provocaram a desestabilização da sociedade salarial e o ressurgimento, da denominação de Castel (1998, p.33) dos “supranumerários” (desempregados por períodos prolongados, jovens que não conseguem o primeiro emprego e idosos expulsos do mercado de trabalho), que se encontram no núcleo da “questão social” contemporânea, caracterizada por ele, como uma “nova questão social”. Pimentel (2007, p. 140) destaca a fala do autor:

Assim como o pauperismo do século XXI estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 1998, p. 526-7 apud PIMENTEL, 2007, p. 140).

A “questão social” é caracterizada pelo autor como “nova”, pelo fato de que na contemporaneidade ela existe independentemente da exploração dos trabalhadores, visto que estes, em sua grande maioria, encontram-se desempregados e em situação de vulnerabilidade social. Para Castel (1998), ao

contrário do início da era industrial, os trabalhadores eram frutos de um pauperismo advindo do processo de exploração do trabalho assalariado pela classe dominante.

Nessa mesma linha de pensamento, Pierre Rosanvallon (1998) relaciona a expressão “questão social” às disfunções da sociedade industrial emergente, mais precisamente, o autor refere-se ao Estado Providência francês. De acordo com Rosanvallon, a “nova questão social” estaria relacionada à terceira crise do Estado Providência, de ordem filosófica (juntamente com as crises financeira e ideológica).

Com a expansão do pauperismo após 1830, o Estado francês adota a modalidade de seguro social, estabelecendo um contrato entre o Estado e os cidadãos, de forma a tornar individual a responsabilização pelos riscos sociais existentes: desemprego, velhice, doenças, acidentes, dentre outros.

Ainda, de acordo com Rosanvallon (1998), com a crise da década de 1970 (após os “Trinta Anos Gloriosos” na Europa), o Estado Providência francês, que até então vinha promovendo uma maior distribuição de renda e segurança social, foi surpreendido por uma “nova questão social”, pois, semelhante ao pensamento de Castel (1998), os fenômenos que lhe deram origem não estavam mais ligados às velhas formas de exploração do homem.

Para o autor, o que houve foi uma inadaptação dos antigos métodos de gestão social, como, por exemplo, elevados gastos com a saúde de caráter universal. O que antes era considerado riscos sociais, passou a ser conceituado como vulnerabilidade ou precariedade (ROSANVALLON, 1998, p. 38 apud PIMENTEL, 2007, p. 145). Segundo Rosanvallon (1998):

[...] desde o início dos anos oitenta, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma contrária, levar-nos tempos atrás. Mas ao mesmo tempo, vê-se claramente que não se trata de um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais de exclusão não remetem às antigas categorias da exploração. Assim surge uma nova questão social (ROSANVALLON, 1998, p. 7 apud PIMENTEL, 2007, p. 147).

Nota-se que o desemprego em massa do período alimentava formas de “exclusão social”, deslocando o enfoque da “questão social” para uma abordagem mais focalista de um segmento específico da população: os desempregados.

Para tanto era necessário retomar a questão da solidariedade, “adaptando-se a um novo tipo de redistribuição” que contemplasse “as diferenças e as desigualdades entre os indivíduos” (PIMENTEL, 2007, p. 148). “O Estado-Providência ativo” englobaria uma relação cível e mais solidária, pela via da desresponsabilização do Estado e da terceirização, com a criação do “Estado-Serviço”. O autor inaugura uma nova noção de direito social a partir do “direito de inserção”.

Dessa forma, o “Estado-Providência ativo” estaria cada vez menos vinculado às classes sociais, às populações homogêneas e aos grupos sociais e, cada vez mais, destinado aos indivíduos isolados. Para Rosanvallon a equidade só seria atingida, se o “Estado-Providência ativo” tivesse um tratamento diferenciado “para com os distintos setores da sociedade” (PASTORINI, 2010, p. 62).

A partir da análise do pensamento desses dois autores, defensores da “nova questão social”, percebe-se que mesmo com enfoques peculiares, ambos pregam o papel restaurador do Estado. Castel e Rosanvallon, ainda que abordem questões relevantes do movimento histórico da sociedade capitalista, e se propõem a defender os interesses sociais dos trabalhadores, têm por objetivo fundante a coesão social ameaçada, afastando as possibilidades de ruptura com a ordem dominante. Como destaca Pastorini (2010, p. 20), a ênfase colocada no novo

[...] não permite compreender as continuidades e rupturas, assim como tampouco possibilita capturar aqueles elementos que se repetem e que permanecem ao longo da história e aqueles outros que mudam acompanhando o ritmo das transformações societárias (PASTORINI, 2010, p. 20).

Sendo assim, a abordagem apresentada neste trabalho trata a “questão social” enquanto um fenômeno que acompanha o movimento da realidade social, em suas diferentes expressões e configurações que se concretizam conforme as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais dos diferentes países do globo, em determinado período histórico.

Não se trata então, de uma “nova questão social”, como defendem os autores citados anteriormente, mas sim, da forma como a “questão social” tem se apresentado nos tempos atuais, com as novas formas de exploração do trabalho; com a intensificação das desigualdades sociais pelo aumento da concentração de riqueza; com a destruição dos recursos naturais que impactam comunidades

inteiras, e tem reflexo direto na qualidade de vida das populações; com a crescente luta pela terra, que provoca choques violentos e refletem a concentração do principal meio de produção e subsistência do homem que é a terra; com os impactos que o desemprego e o subemprego têm causado na realidade das famílias, gerando como uma de suas consequências, a situação de rua de milhares de pessoas, dentre muitas outras expressões.

1.1.1 “Questão Social” no Brasil e o Fenômeno População em Situação de Rua

O fenômeno população em situação de rua está vinculado aos desdobramentos decorrentes da relação entre o capital e o trabalho, e, por conseguinte, torna-se expressão da “questão social”. No Brasil, esta se manifesta de forma mais particular em relação à realidade europeia, pelo próprio modo como o capitalismo se instaura no país, com todas as particularidades decorrentes desse processo às avessas.

Constata-se, pelos inúmeros estudos existentes sobre a constituição do capitalismo no Brasil que, aqui, esse sistema foi instaurado não contra o atraso socioeconômico e político do país, mas paralelamente a sua contínua reprodução. Observa-se, dessa forma, o caráter conservador da modernização implementada pelo capitalismo brasileiro.

O modelo de latifúndio de monocultura extensiva, voltado para a exportação permaneceu inalterado e subjugado, primeiramente aos mandos da coroa portuguesa, que contribuiu para o atraso significativo da expansão industrial brasileira e, posteriormente, aos desmandos do imperialismo dos países capitalistas centrais, que exigiam da periferia do capitalismo, como o Brasil, um “desenvolvimento desigual e combinado”, uma vez que este era fonte das matérias primas necessárias para a expansão econômica da Europa Ocidental (SANTOS, 2012, p. 98).

A dominância do modelo agroexportador resulta da conjugação de uma série satisfatória de produção a baixo custo, especialmente da força de trabalho, que possibilitavam a produção de matérias primas relativamente baratas. Assim, esses produtos podiam ser vendidos, no mercado internacional, por preços satisfatórios para quem os produzia e, também, para quem os comprava – no caso, os países capitalistas centrais que tinham, nesse mecanismo de acesso a matérias primas, um dos fatores que proporcionavam a elevação das taxas de lucro (SANTOS, 2012, p. 99).

Assim, a “Revolução Burguesa” no Brasil ocorre na contramão do que foi a Revolução Burguesa dos países europeus. Como aponta Santos (2012, p. 105), “[...] os interesses de classe que estão na origem da burguesia brasileira nada têm a ver com os ideais revolucionários, ou mesmo reformistas, da burguesia pensada classicamente [...]”. Aqui prevaleceram os componentes típicos de uma sociedade estamental de privilégios: presença das oligarquias na tomada de decisões políticas e econômicas; e o mando dos senhores da burguesia conservadora que nunca desvincularam suas raízes da vasta concentração de terras brasileiras. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 241):

[...] cumpre não esquecer que o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e tipo de atividade econômica – e, quer viesse da cidade ou do campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia [...]. Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizando em torno de preocupações particularistas e de um estranho conservantismo sociocultural e político.

Havia também a imposição do tempo histórico em que vivia o capitalismo mundial que contribuiu para que a economia capitalista do Brasil se tornasse fonte de absorção de práticas financeiras, de produção industrial de consumo, inerentes ao capitalismo monopolista. Houve aqui, como menciona Fernandes (2005, p. 253), uma “Revolução Institucional” que o autor denomina de “um eufemismo típico da falsa consciência da burguesia ultraconservadora”.

Ademais, de acordo com o autor, em nenhuma das fases em que o capitalismo se desenvolveu no país foi possível a imposição da ruptura com a relação de dependência do Brasil com o exterior (dominação imperialista); com a desagregação completa das antigas formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; e com os estágios de subdesenvolvimento, “[...] inerentes à satelização imperialista da economia interna e à externa concentração social e regional resultante da riqueza” (FERNANDES, 2005, p. 262).

Dessa forma, a “questão social” se expressa no Brasil de diferentes formas, vinculada aos processos históricos decorrentes justamente do modo como a Revolução Burguesa se deu no Brasil. Como afirma Santos (2012, p. 123):

[...] devemos nos esforçar, como categoria, para apontar as características e 'formas de ser' de cada expressão da 'questão social' enquanto fenômeno singular e, ao mesmo tempo, universal, cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social.

Diante disso, o desemprego se torna uma das principais manifestações da “questão social”, vinculada às particularidades históricas, político-econômicas e sociais de cada país, no qual o capitalismo se institui enquanto modo de produção dominante.

No Brasil, o marco da consolidação das bases que se institui o mercado e o regime de trabalho, ocorreu entre os anos de 1930 e 1956. Foi também nesse período que ocorreu o intenso processo migratório campo-cidade, responsável por boa parte da mão de obra que ficaria fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico (SANTOS, 2012, p. 135).

Vale ressaltar que nessa fase política do país, a expressão sindical era ínfima, dado o perfil dos trabalhadores, em sua grande maioria originários das áreas rurais, que não eram atendidos pelas legislações do período que protegiam apenas os trabalhadores organizados e urbanos (SANTOS, 2012, p. 139).

Isso significa dizer que a instituição dos direitos trabalhistas e de uma regulação estatal das relações de trabalho não exclui o recurso da repressão dos trabalhadores do processo histórico brasileiro. Esta deve ser entendida em dois sentidos: o mais óbvio que remete a repressão *strictu sensu*, caracterizada pela violência física e um segundo, caracterizado pelo paternalismo e o mandonismo, fundamente arraigados na constituição ideopolítica as classes subalternas brasileiras (2012, p. 140). (Itálico da autora).

O que implica dizer que mesmo após o reconhecimento do Estado da existência da “questão social” no seio das relações sociais existentes no interior da classe trabalhadora brasileira, isso não significava que a questão da repressão havia acabado. E as legislações promulgadas posteriormente abrangiam alguns segmentos desses trabalhadores, como, por exemplo, a “Lei Eloy Chaves”, em 1923, que atendia primeiramente apenas aos ferroviários, e posteriormente, aos marítimos.

A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a criação do imposto sindical, a proibição das greves, cristalizou as ações sindicais, e salvo as conquistas que a CLT trouxe em relação aos direitos dos trabalhadores

(fruto também das lutas dessa classe), essas medidas expressavam a coerção por parte do Estado contra qualquer mobilização da classe trabalhadora.

Durante a ditadura militar do país (1964) ocorre a consolidação das particularidades da “questão social”, visto que houve, nesse período, a intervenção do Estado nos rumos da “modernização conservadora”, em meio à expansão monopolista sob o regime de acumulação fordista, que resultou na “exclusão” de grande parte da população tanto das decisões políticas, quanto dos frutos do crescimento econômico. Essa fase foi marcada, ainda, pela intensa concentração de renda, “[...] viabilizada por meio do regime de exceção que caracterizou a ditadura militar brasileira, impossibilitando que a maioria dos trabalhadores usufruísse de aumentos substanciais no poder de compra dos salários [...]” (MATTOSO E BALTAR, 1996 apud SANTOS, 2012, p. 169).

O Estado, nesse período, como aponta Netto (2008, pág. 27), possuía a funcionalidade de “[...] assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, quando intervém diretamente na economia [...]”. Ao passo que também possuía, de acordo com o autor:

[...] o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais em benefício estratégico de corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir [...] (NETTO, 2008, p. 27).

A partir desses fatos, o autor afirma que a funcionalidade do Estado pós-64 esteve vinculada ao seu caráter antinacional e antidemocrático, pois a exclusão política que marcou o regime esteve “para além das classes subalternas”, incluindo os próprios setores da “coalizão vitoriosa” (NETTO, 2008, pág. 29).

Entre outros resultados regrados pelo perfil econômico-social implantado com a ditadura militar no país, destaca-se: a “constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada”; um intenso processo de pauperização; uma intensa concentração de renda, que aprofundaram as “brutais desigualdades sociais” (NETTO, 2008, pág. 32). Tais elementos são constitutivos do processo de consolidação das particularidades da “questão social” brasileira.

A intenção aqui presente não é trazer uma retrospectiva histórica do surgimento da “questão social” brasileira, e sim, apenas alguns apontamentos que possibilitem a compreensão da constituição do fenômeno população em situação de rua no Brasil, enquanto “expressão radical” desta mesma “questão social”.

Nesse sentido, o marco central da constituição do fenômeno no Brasil, ocorre a partir da intensificação das forças produtivas no país que gerou, dentre outras consequências, um intenso processo de precarização da classe trabalhadora e de um acelerado processo de desemprego e subemprego, como será descrito no item 1.2¹⁵. A crise do padrão desenvolvimentista da década de 1980 (fruto do cenário de crise internacional que tem início no começo da década de 1970) resultou da retração dos investimentos internacionais diretos, aliado à retração da intervenção do Estado no setor produtivo devido ao desequilíbrio que ocorreu nas finanças públicas com a diminuição dos investimentos internacionais, somado ao refluxo do capital nacional. Tal crise responde por boa parte dos condicionantes do desemprego e da informalidade da década de 1980.

1.2 CONSTITUIÇÃO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE ACUMULAÇÃO/EXPROPRIAÇÃO

A trajetória histórica brasileira, no que tange à constituição das desigualdades sociais, geradoras, dentre outras consequências, do fenômeno população em situação de rua, retrata tanto o modelo de exploração capitalista, como a insuficiência do Estado na garantia de proteção.

No período colonial a esmola foi um dos poucos recursos a que os pobres podiam recorrer para diminuir seus males. Nesta fase histórica do país, o trabalho era exercido por escravos negros, em sua grande maioria, e também pelos índios em um primeiro momento, ainda que em menor número e por pouco tempo, pois muitos eram dizimados em confrontos com os colonos e não correspondiam às exigências de disciplina necessária ao trabalho na lavoura canvieira (SPOSATI, 1988, p. 63).

Como destaca Kowarick (1987, p. 22), o tráfico negreiro se tornou um comércio muito lucrativo para a Metrópole portuguesa, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da Colônia, sendo este talvez o motivo que explique o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura escravista. Dessa forma, a escravidão torna-se o cordão umbilical que une a realidade mercantil

¹⁵ “Constituição do Fenômeno População em Situação de Rua: a relação dialética entre acumulação/expropriação”.

nascente da Europa com a fase exploratória das Américas, uma sendo interdependente da outra.

Isso posto, de acordo com Mestriner (1992), “a pobreza era constituída por degredados, que vinham com pena a cumprir, e parte da pobreza europeia que vinha se aventurar”, fugidos de seu país de origem. Esses pobres viviam no nomadismo, por isso a denominação de “homens livres”, estes “embrenhavam-se na mata, em sítios volantes, onde depois da queimada, plantavam alguma coisa, e viviam como mendigos”. Outra forma de sobrevivência era a agregação destes “homens livres” a uma família, para a qual prestavam serviços (MESTRINER, 1992, p. 35).

No entanto, como retrata Sposati (1988, p 66), transformar-se em trabalhador manual era um “demérito”, pois o escravismo desqualificava esse trabalho, que era rechaçado pelos “homens livres”, embora estes tivessem condições de vida que pouco se distinguiam da condição dos escravos. Por muito tempo o trabalho foi considerado como a alternativa mais degradada de existência, pois era sinônimo da escravidão, do servo e da precariedade que representava os escravos naquela fase do país.

Para os “homens livres” restavam então, poucas soluções no interior da economia colonial brasileira, dentre elas, havia a ocupação de funções que eram vedadas aos escravos, seja porque esse desempenho desviaria a mão de obra escrava da produção, seja porque comprometeria a reiteração de seu papel servil, além de muitas vezes viverem de sua própria “vadiagem” (SPOSATI, 1988, p. 67).

Este fenômeno, a “vadiagem”, foi também muito peculiar em alguns países europeus, mas, o que difere a realidade brasileira daquelas sociedades é que, segundo Kowarick (1987, p. 35), lá “[...] a expropriação camponesa originou vasta massa de “desenraizados”, enquanto aqui a escravidão, outro ângulo do processo idílico de acumulação primitiva, produziu “livres e marginais”. Segundo o autor, o Brasil se tornou um “país sem povo”, pois entre os senhores e os escravos permaneceu uma massa de despossuídos de propriedade privada e de instrumentos produtivos, que “[...] sobreviviam com pequenas glebas de terra ou vagavam pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa”.

O Estado português não se importava com a generalização da pobreza que se instaurava na colônia, tornando-se a esmola a única instituição existente. Ela era, inclusive, regulada por determinação real: “[...] cabia ao rei

designar esmolares e instituir o cofre dos órfãos para recolher as ajudas para os expostos”. À Irmandade da Misericórdia¹⁶ cabia a função de dar esmolas aos “homens livres” que ali recorriam para suprir suas necessidades (SPOSATI, 1988, p. 71-73). Nesse período, também haviam os “bodos” que distribuía alimentos, além das “mercearias”, espécie de asilos, onde os pobres eram recolhidos (MESTRINER, 1992, p. 36).

Entretanto, os “homens livres” não possuíam trabalho regular e eram considerados vadios, visto que a preferência era pela mão de obra escrava. Por isso, existia a rigidez dos critérios da Irmandade para o fornecimento de esmolas, pois, apoiar um homem dessa categoria seria o mesmo que apoiar um “vadio”. Sendo assim, a esmola estava vinculada, “[...] a solidariedade parental e a definição de espaços assistenciais institucionais, a nova forma asilar de se constituir a filantropia higiênica. A assistência, portanto, associada à tutela e ao controle” (SPOSATI, 1988, p. 84).

Com a Proclamação da Independência, e o desenrolar do processo de urbanização das cidades, como São Paulo, por exemplo, em fins do século XIX, os fazendeiros começavam a habitar chácaras ao redor do centro, e com a introdução do cultivo do café, ocorreram mudanças nas relações de produção. Mas, para os “homens livres” nada mudou, eles continuavam à margem dos processos produtivos essenciais à sociedade. Já a mão de obra escrava (que mesmo depois da abolição em 1888¹⁷, continuou a ser utilizada), ainda que de forma muito lenta, cede lugar à mão de obra assalariada, mais precisamente, a mão de obra imigrante.

Nos centros de maior concentração populacional, como retrata Prado Júnior (1998, p. 198), onde estavam localizadas as indústrias, como, por exemplo, Pernambuco, Bahia, Maranhão e São Paulo, a população sem ocupação fixa e meio de vida regular, era numerosa, “[...] fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos” (PRADO JR., 1998, p. 198). Nas palavras do autor:

¹⁶ Aqui a autora retrata as ações da Irmandade na então Vila que mais tarde se tornaria a cidade de São Paulo.

¹⁷ A Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea como foi denominada colocou fim à escravidão, ainda que não de forma imediata e nem igualitária nas diversas regiões do país (PRADO JR., 1998, p. 182).

A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha de tempos remotos da colônia, resultava de contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminoso e a prostituição. [...] A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito das suas características e da sua evolução (PRADO JR., 1998, p. 198).

A “Lei de Terras” de 1851 expropria os “homens livres” das terras que antes lhes eram úteis, mesmo que fossem subjugados a um senhor. Essa Lei decretava que “[...] as terras não poderiam ser adquiridas por nenhum outro meio que não fosse a compra, extinguindo-se, assim, as possibilidades de posse e ocupação”. A terra que antes era livre, ainda que o trabalho fosse escravo, passa a ser cativa, no momento em que a mão de obra torna-se “livre”. É o que a Sposati (1988, p. 90) chama de “cativeiro da terra”, cuja libertação permanece no seio da luta das populações rurais até hoje.

A lenta absorção da mão de obra dos “homens livres” não era suficiente para preencher o mercado da força de trabalho, por conseguinte, os imigrantes tiveram um importante papel nesse processo enquanto reforço para o trabalho, principalmente, o cultivo do café em São Paulo, já na fase da República Velha do país. De acordo com Kowarick (1987, p. 12), os imigrantes estrangeiros vieram inicialmente da Itália, posteriormente da Espanha, Portugal e Japão.

Mas ainda que livres, a cultura da escravidão negra prevaleceu sobre a mão de obra imigrante, agora encoberta pela face da escravidão branca. Como afirma Sposati (1988, p. 91), “[...] os estrangeiros submetiam-se a um processo de trabalho espoliador, onde não só trabalhavam muitas horas diárias, como dependiam do preço dos gêneros de subsistência estabelecido pelo proprietário”.

De acordo com Prado Júnior (1998, p. 189), é válido ressaltar que os imigrantes europeus que foram para São Paulo trabalhar chegaram para suprir uma carência imediata de braços nas fazendas de café, como simples trabalhadores assalariados. Já no extremo-sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), a vinda dos imigrantes para essas províncias tornava-se muito mais a

solução para o problema de povoamento desses territórios, vinculada às atividades econômicas e rendas públicas.

Evidencia-se então que, o rápido processo de expansão econômica sempre contou com larga oferta de braços, potencializados a partir da chegada dos imigrantes estrangeiros no estado de São Paulo. Essa mão de obra teve ainda a adição da força de trabalho dos ex-escravos, entretanto, estes formaram “[...] uma massa desenraizada, que não foi incorporada no processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação” (KOWARICK, 1987, p. 13).

Como retrata Maringoni (2012), os ex-escravos além de serem discriminados pela cor, formavam a população pobre e “indesejada”, nos termos do autor, existente no interior da sociedade brasileira, os “deserdados da República”. A esse fator somava-se o aumento do número de desocupados, trabalhadores temporários, “lúpens¹⁸”, mendigos e crianças abandonadas nas ruas, que gerava, dentre outros fatores, o aumento da violência. Para descrever essa situação o autor utiliza das palavras do historiador Luis Edmundo (1957), que descreve em seu livro “O Rio de Janeiro do meu tempo”, a situação em que viviam os negros em sua cidade. Estes, eram vistos como os mendigos espalhados pela capital, os “capoeiras”, “malandros” e “vagabundos” de toda sorte (MARINGONI, 2012, p. 42).

Além dos “homens livres”, para quem o trabalho era sinônimo de escória, pode-se dizer que os ex-escravos também fizeram parte, num primeiro momento, dos indivíduos, que posteriormente, comporiam uma população que seria chamada “de rua”. Entregues à própria sorte, e designados a sofrerem os preconceitos que viriam após a abolição, por um longo período, a população negra ficou excluída da participação política e social, na sociedade de classes que nascia no país, em decorrência do início do desenvolvimento das primeiras forças produtivas capitalistas. Este fato, não ocorreu sem a luta dos movimentos sociais

¹⁸ A expressão “lúpen-proletariado” foi utilizada por Marx (1974) para designar os “vagabundos”, “soldados desligados do exército”, “presidiários libertos”, “forçados foragidos das galés”, “chantagistas”, “donos de bordéis”, etc. O lúpen-proletariado não se encaixa na classificação dos desempregados, pois de acordo com Marx, o lúpen não se insere no mercado de trabalho e não tem a intenção de fazê-lo. Esse segmento representa a “desvalorização moral do trabalho”, pois que se utiliza de formas de sobrevivência imediatas, além de possuir em si o individualismo extremo. Era uma população que enriquecia não mediante a produção, mas da “escamoteação da riqueza alheia”. Por isso a definição de lúpen não pode ser comparada à população em situação de rua, pelo menos não na realidade brasileira, esta está inserida, em sua grande maioria, enquanto componente da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

negros que reivindicavam, já naquele período, uma chance de fazerem parte do quadro social, político e econômico brasileiro, como retrata Florestan Fernandes (1978), em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”.

Com o incipiente crescimento industrial de São Paulo, que exigia mais braços para o trabalho assalariado, e com a redução das imigrações europeias para o Brasil em decorrência da Primeira Guerra Mundial, que dizimou milhares de pessoas na Europa, inicia-se a trajetória da migração nordestina (que fugia da seca de sua terra) para aquele estado. População esta, componente da mão de obra desempregada e sobrando frente às necessidades do capital primitivo que ia se constituindo no país, colocando em cena a rua como espaço de moradia e sustento para esses migrantes brasileiros.

Em síntese, como aponta Kowarick (1987, p. 14):

[...] no processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, a força de trabalho pode ser superexplorada – e, em larga medida, até dilapidada – na medida em que o capital teve a seu dispor não só condições de domínio político extremamente favoráveis, mas também um excedente de mão-de-obra que permitia levar à acentuada pauperização expressivos segmentos de trabalhadores, tanto rurais como urbanos.

Avançando um pouco mais na história da sociedade brasileira, os estudos de Silva¹⁹ (2009) mostraram que o fenômeno “população em situação de rua”, constitui a síntese de múltiplas determinações, possuindo conexão entre as relações de trabalho dentro do sistema capitalista. As mudanças acarretadas para a classe trabalhadora, com o advento deste sistema, geraram, como umas das principais consequências, um exército industrial de reserva, que nada mais é do que a população sobrando frente às necessidades do capital. As consequências das mudanças ocasionadas no mundo do trabalho, no final do século XX e início do século XXI, repercutiram no agravamento do desemprego, na precarização das relações de trabalho e na queda da renda média real dos trabalhadores. Acompanhando esse movimento histórico, houve um aumento das desigualdades sociais e dos níveis de pobreza da classe trabalhadora.

Marx (1996, p. 260) explica que o processo de formação do “exército industrial de reserva” surge a partir da centralização do capital (pela junção de

¹⁹ Em seu livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”, Maria Lucia Lopes da Silva faz um estudo desta população no Brasil (mais precisamente nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), no período de 1995 a 2005.

capitais individuais que rebatem no mecanismo de concorrência entre os capitalistas, que tende a diminuir), e da crescente desproporção entre capital constante e capital variável, este, em constante diminuição. Segundo o autor, “[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua e subsidiária [...]” frente às necessidades do capital (MARX, 1996, p. 261).

Dessa forma, “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa”. Prevalece a “lei da oferta e da procura”, um maior número de trabalhadores “liberados” pelo processo produtivo em detrimento da parcela de trabalhadores empregados. Ocorre, por conseguinte, a diminuição dos salários pagos aos trabalhadores devido ao aumento do enfileiramento da “superpopulação relativa”, mão de obra sobrando frente aos desígnios do capital, e escudo contra as eventuais perturbações do processo produtivo. Marx (1996, p. 262), na “Lei Geral da Acumulação Capitalista” afirma que como consequência da situação em que se encontrava a classe trabalhadora, o pauperismo configurou-se enquanto “asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”.

Quanto maior a riqueza acumulada pelos capitalistas, maior o número de trabalhadores que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva. E quanto maior for o exército industrial de reserva em detrimento do exército ativo dos trabalhadores, maior será a concentração da miséria pelos primeiros. Finalmente, quanto maior a classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Eis a Lei Geral da Acumulação Capitalista: a concentração da riqueza socialmente produzida, apropriada pela pequena camada de capitalistas em função do aumento da miséria da classe trabalhadora, base fundante do pauperismo (MARX, 1996, p. 263). Está firmada a contradição inalienável do sistema capitalista, e de acordo com Marx (1996, p. 275):

[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefesto²⁰ agrilhoaram Prometeu ao rochedo.

²⁰ De acordo com a Mitologia Grega (HESÍODO, 1996), Prometeu teria roubado o fogo dos deuses e dado aos homens. Quando Zeus descobriu, teria ordenado a Hefesto que, como castigo, acorrentasse Prometeu ao cume do monte Cáucaso, onde todos os dias uma águia dilacerava seu fígado.

A crise de acumulação capitalista (no pós-Estado de Bem-Estar) instaurada em 1970 nos países centrais teve repercussão direta nos países periféricos, dentre eles o Brasil. A reestruturação produtiva brasileira começa a dar sinais, já na década de 1980, principalmente na indústria automobilística. O intuito desse novo processo de desenvolvimento das forças produtivas do país era ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica. Mas é na década de 1990, com a adesão do país às políticas neoliberais (mais precisamente no governo de Fernando Henrique Cardoso) que esse processo se torna mais evidente e intensivo (SILVA, 2009, p. 82).

Ocorre então, uma maior abertura ao mercado externo, o que exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isto tudo à custa de profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, o que resultou “[...] na desarticulação da cadeia produtiva, na maior intensidade do uso da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do trabalho”. (SILVA, 2009, p. 83).

Este fato, somado à retração do movimento sindical, e ao enxugamento do aparelho do Estado, resultou no aumento da precarização das condições e relações de trabalho e propiciou a expansão do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Esta superpopulação relativa, como sinaliza Maranhão (2010, p. 104), “[...] deve ser entendida não como produto exterior ou mero distúrbio do sistema de produção, mas, antes, como produto histórico, necessário à acumulação e ao desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista”.

E nas palavras de Silva (2009, p. 97):

[...] o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Essa é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. Portanto, a reprodução do fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo.

A autora designa a população em situação de rua como parte da superpopulação relativa, que na visão marxiana, pode aparecer, “[...] conforme as fases do ciclo industrial, de forma aguda nos períodos de crises, ou de forma crônica, nos períodos de relativa estabilidade.” Essa superpopulação relativa ou exército industrial de reserva existe sob a forma de população flutuante, latente e estagnada, além da expressão do pauperismo (MARX, 1988b, p. 743 apud SILVA, 2009, p. 98).

A forma “flutuante” reflete o movimento dos trabalhadores nos grandes centros industriais que ora são atraídos, ora são repelidos pelo mercado de trabalho. “Latentes” são aqueles trabalhadores que expressam o fluxo migratório entre o campo e as cidades, de forma que a expulsão desses trabalhadores do campo não corresponde em igual proporção a sua absorção no interior do mercado de trabalho dos centros urbanos. Essa característica marca o perfil das pessoas em situação de rua, principalmente na década de 1970/80, pois nesse período o Brasil já tinha consolidado sua base de acumulação urbano-industrial, e os fluxos migratórios das áreas rurais, iniciados na década de 1930, principalmente para o eixo Sudeste-Sul, contribuíram para esse processo. Por fim, a forma “estagnada” representa a parcela da população que possui ocupações irregulares, recebe pequenos salários e não possui garantias de proteção social. No período estudado pela autora (1995-2005), grande parte da população em situação de rua possuía essa característica antes de sua condição de rua. (SILVA, 2009, p. 100).

Ressalta-se, entretanto, que a questão do desemprego conforme aponta Mészáros (2003, p. 22) já não pode ser limitada, nas atuais configurações do capital, a um “exército de reserva”. De acordo com o autor, “Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico [...]”, que se denomina de “desemprego estrutural”²¹.

A partir da década de 1980, a “condição de rua” deixa de ser algo meramente individual, ganhando a definição de coletividade, ou seja, vai se constituindo uma população que faz das ruas seu espaço de moradia e sustento, face ao cenário de precarização do trabalho ou mesmo de ausência deste. Reforça-se então, uma das características da população em situação de rua: a pobreza

²¹ O autor discute de forma mais aprofundada em seu livro “O Século XXI: socialismo ou barbárie” (2003), sobre a crise estrutural do sistema do capital, e os reflexos dela para a sociedade, convidando o leitor a refletir o que virá depois, o socialismo ou o aprofundamento da barbárie, já instaurada.

extrema definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza socialmente produzida. Silva (2009) utiliza-se do termo população “em situação de rua”, pois designa uma condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital.

Sobre a população em situação de rua, Rosa (2005, p. 36) explica:

[...] ganha forma no País um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não têm residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para essas pessoas, viver nas ruas significa hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack.

São muitas as determinações que levam tais populações a se tornarem de rua: “fatores estruturais” relacionados à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; “fatores biográficos” relacionados à ruptura dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – morte de todos os membros da família/roubo de todos os bens, fuga do país de origem; “desastres de massas” na ocorrência de terremotos, inundações, entre outros (SILVA, 2009, p. 105).

Para a autora, existem seis aspectos característicos da população em situação de rua: as múltiplas determinações (citadas anteriormente); ser o fenômeno expressão radical da “questão social”; estar localizada, na maioria dos casos, nos grandes centros urbanos; ter como marca o preconceito da sociedade para com esta população; as particularidades dos territórios em que tal fenômeno se manifesta; e a tendência à naturalização desse fenômeno.

A questão das particularidades de cada território é algo interessante de ser observado, pois como afirma Silva (2009, p. 121), elas “São decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território”. E ainda completa, “Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua”.

Portanto, o fenômeno população em situação de rua possui uma relação dialética e contraditória, que permeia essa sociabilidade que é a relação

acumulação/expropriação. Peculiaridade esta, marcada na construção das relações entre as classes sociais em um dado país e demarcando grupos que estão entre as classes que não têm acesso aos bens socialmente produzidos e apropriados por pequena parcela da população, detentora dos meios de produção e comercialização. No item seguinte, será feita uma breve reflexão sobre a expressão categórica “exclusão social” relacionada à população em situação de rua, pontuando a escolha deste trabalho pela “questão social” como marco analítico daquele fenômeno.

1.3 “EXCLUÍDOS”: UM MOVIMENTO REAL?

Cabe, nesse item, fazer uma breve consideração sobre a opção categórica da população em situação de rua enquanto expressão da “questão social”, estabelecendo um diálogo com a categoria da “exclusão social” na perspectiva de identificar as definições que melhor expressam e explicam essa realidade. Para Sawaia (2002, p. 7), o conceito de exclusão social “[...] permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de ineficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa [...], até a de injustiça e exploração social”. A autora reforça a atenção que Castel dá para o caráter consensual que esse conceito carrega, o que pode gerar dúvidas com relação aos significados que o fenômeno social possui em si mesmo.

Nesse sentido, Castel (2008, p. 22) analisa as “armadilhas da exclusão” a partir de diversos tópicos. No primeiro deles, o autor aponta a heterogeneidade do uso do termo “exclusão”, posto que tal expressão possa vir a designar um variado número de situações, encobrando, por outro lado, o real significado de cada uma delas e reduzindo a “questão social” unicamente à questão da “exclusão”.

Usar o termo “exclusão” enquanto sinônimo de falta, sem definir, no entanto, o que seria essa falta (no que ela consiste e de onde ela provém), acarreta a comprovação de que “[...] os traços constitutivos essenciais das situações de ‘exclusão’ não se encontram nas situações em si mesmas” (CASTEL, 2008, p. 25).

Castel (2008, p. 26) chama a atenção para o fato do termo “exclusão” agregar em si uma série de situações sem, entretanto, apontar os processos que as originariam. Para o autor, não podem mais ser considerados

“excluídos” aqueles que se encontram na “zona periférica”, caracterizada pela ausência do trabalho e pelo isolamento social, uma vez que os sujeitos que estariam “integrados”, a qualquer momento poderiam tornar-se vulneráveis em relação à precarização das relações de trabalho.

Por isso, a “luta contra a exclusão” corre o constante risco de apenas intervir em determinadas situações, sem que se consiga agir de forma direta nos processos geradores das mesmas. Por exemplo, considerar a população em situação de rua excluída do mercado formal de trabalho é, em parte, algo real, pois estar na rua nem sempre é sinônimo de não possuir trabalho, até mesmo formal.

Como aponta o I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2008), citado anteriormente, o desemprego é uma das principais causas que levam às pessoas a fazerem das ruas seu local de moradia e sustento, mas não é a única. E, ainda assim, o desemprego não seria motivo suficiente para afirmar que estas pessoas se tornam “excluídas da sociedade”.

Wanderley (2002, p. 17), aponta que o conceito de “exclusão social” está para além das determinações econômicas, pois, “[...] existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas”. Sendo assim, a autora discorre que os “excluídos” não estariam apenas “[...] rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais [...], ou seja, há também uma exclusão cultural” (WANDERLEY, 2002, p. 18).

A autora faz uma análise da “noção de exclusão” em diversos momentos históricos e partindo de várias perspectivas teóricas de alguns autores que possuem uma longa e rica contribuição para o debate sobre o conceito de “exclusão”. A mesma aponta que, na década de 1990, a terminologia dos “excluídos” surgiu para evidenciar as “[...] camadas da população consideradas aptas ao trabalho e adaptadas à sociedade moderna, porém, vítimas da conjuntura econômica e da crise de emprego”. Então, os “excluídos” seriam aqueles contingentes populacionais que não encontrariam lugar no mercado, ou seja, a própria população em situação de rua, seria o reflexo dessa massa de “excluídos” (WANDERLEY, 2002, p. 19).

Na relação exclusão e mercado de trabalho vale ressaltar que o não acesso a esse mercado indica um processo inerente ao sistema vigente, expresso na “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (MARX, 1996), como mola propulsora,

combustível e combustão que impulsiona e possibilita o movimento que constitui a base para o estabelecimento das relações sociais desiguais. Para que exista o capitalismo, necessariamente existirá a desigualdade. Existirão aqueles que não terão acesso à riqueza socialmente produzida; riqueza esta que pode ser desmembrada no acesso à cultura, à educação, à saúde, etc.

Ao invés de “excluídos”, existem aqueles que participam (ainda que indireta e inconscientemente), da vivacidade e da barbárie do capital, constituindo a “parcela necessária” para que o sistema funcione e se reproduza. Para além do fatalismo, deve-se não perder de vista o movimento dialético entre apropriação/expropriação, que é próprio desse sistema. A velocidade com que a expropriação acontece, sempre à frente da apropriação, reitera, neste século, mais do que nunca, a “Lei Geral de Acumulação Capitalista”.

Voltando às análises de Castel sobre “as armadilhas da exclusão”, o autor aponta para o perigo que há em direcionar as ações sociais para um público-alvo específico, colocando-o na caixa de “excluído”. Ele cita um exemplo específico sobre a “mendicância” e a “vagabundagem” que, salvo o significado pejorativo que essas palavras possuem, o autor pontua a exatidão dessas ações focalizadas em um público considerado genericamente “excluído”:

Durante muitos séculos, uma parte considerável das preocupações dos responsáveis pela gestão dos riscos da dissociação social cristalizou-se em dois grupos-alvo representados, então, pelos mendigos e pelos vagabundos. Nessa perspectiva, desdobrou-se uma série extraordinariamente variada de medidas, frequentemente de inspiração repressiva. Mas, ao se restituir a realidade sociológica do mendigo válido ou do vagabundo, percebe-se que eles não representam, na maioria dos casos, senão o ponto extremo de uma vulnerabilidade de massa que afeta grandes camadas populares (CASTEL, 2008, p. 37).

Nessa passagem, Castel (2008) sinaliza que era mais fácil usar da repressão contra esses indivíduos, do que ir a fundo, no cerne das situações que os levaram àquela condição. De acordo com o autor, o surgimento do livre acesso ao mercado de trabalho, a partir da Revolução Industrial, teria possibilitado o fim da problemática do “vagabundo”.

Entretanto, a história vai mostrar tempos mais tarde que, se por um lado, a Revolução Industrial possibilitou a criação de diversos postos de trabalho, “eliminando” a “problemática da vagabundagem”, por outro, cria as condições para o surgimento de uma *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*, na era

da grande indústria de produção da exploração do trabalho humano. Muda-se o modo de produção, muda-se a forma de exploração, mas as desigualdades sociais não são eliminadas, uma vez que, estas, nem de longe, são geradas apenas pela falta do trabalho, mas inclusive por conta de sua própria existência na sociedade do capital.

A análise de Castel com relação às “armadilhas da questão social” está vinculada ao olhar sociológico construído pelo autor, no período em que este se encontrava, partindo de uma abordagem integralizante dos cidadãos ao corpo social, período este que ele chama de “sociedade salarial”.

Dessa forma, ao descrever os motivos que o levam a não concordar com o termo “exclusão” em seu uso genérico, o autor em nenhum momento visualiza a possibilidade de construção de uma nova sociedade, na qual os indivíduos estariam totalmente “filiados” ao corpo social. Sempre haveria aqueles que precisariam recorrer a alguma forma de proteção social.

O que contribuiria para diminuir esse estado de “desfiliação social”²², seria um mínimo de proteção social e de garantias (“políticas de inserção”) que visassem unicamente à integração dos indivíduos na sociedade. Nas palavras de Castel (2008, p. 40): “É no coração da condição salarial que aparecem as fissuras que são responsáveis pela ‘exclusão’”.

E para que sejam reparadas tais fissuras, deve-se apelar para os sistemas de proteção ligados ao trabalho. O que demonstra que a saída para tudo o que foi colocado até aqui, estaria ligada ao trabalho, e às garantias sociais vinculadas a ele. Por isso que os sujeitos não estariam excluídos, mas sim, desafilados do corpo social e da sociedade salarial.

Assim, ainda que o autor tenha uma linha de raciocínio que o ligava à sociedade de seu tempo e à forma integralizadora de combater as “fissuras sociais” do período, sua análise das “armadilhas” que o termo “exclusão” carrega em si é de extrema pertinência para a escolha, neste trabalho, da categoria “questão social”.

Ao invés de estar “excluída da sociedade”, a população em situação de rua expressa uma das inúmeras mazelas da “questão social” que foram evidenciadas no seio na sociedade capitalista. Senda assim, esta população está

²² Termo criado pelo autor para se referir àqueles que estão sujeitos às mazelas sociais.

inserida no exato movimento contraditório que envolve as relações sociais que vão sendo estabelecidas no interior desta sociedade.

Escorel (1999, p. 59) ao abordar em seus estudos a categoria “exclusão social”, que dá suporte a suas análises sobre a população em situação de rua do Rio de Janeiro, discorre sobre os inúmeros conceitos que essa expressão possui, dentre eles cita aqueles apontados por Xiberras (1993). Para esta autora exclusão/inserção são binômios que se complementam e dão sentido ao “dar lugar” na sociedade para os “excluídos”, por meio dos direitos, oportunidades e estatutos similares. A “exclusão”, para a autora, seria definida como:

[...] ruptura dos vínculos sociais, em diversas dimensões: dos vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade, dos vínculos sociais (materializados) e dos vínculos simbólicos, das representações que conferem a “identidade social” (XIBERRAS, 1993 apud ESCOREL, 1999, p. 60).

No entanto, percebe-se que a conceituação de “dar lugar” se torna incompleta, ao se tratar da população em situação de rua enquanto componente da expressão “exclusão social”. Essa população não está “sem lugar”, pelo contrário, ela está na rua (ou na calçada, nas praças, logradouros públicos, etc.). A rua é um lugar, um espaço carregado de sentido, ela é o vínculo simbólico que interliga as relações que vão sendo construídas pelos sujeitos, e pertence ao movimento que compõem a sociedade.

Não basta inseri-la no mercado de trabalho, se o fator da droga for mais preponderante do que a questão do desemprego. Não basta inseri-la em um tratamento de saúde, se o poder público não fornecer um acompanhamento sistemático para que todo o tratamento feito anteriormente não se torne vão. Não basta apenas inseri-la de volta em sua família, se o terceiro motivo (de acordo com o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, de 2008), pelo qual essas pessoas vão para a rua é justamente decorrente de conflitos e situações relacionadas aos vínculos familiares. Por isso, a dialeticidade do conceito “exclusão/inserção”, ocorre muitas vezes desproporcionalmente.

Não se trata apenas de inserir os indivíduos na sociedade, pois ainda que a população em situação de rua (como muitos outros segmentos da sociedade: crianças/adolescentes, idosos, desempregados) não tenha acesso aos direitos sociais e, mais especificamente, ao mercado de trabalho, isso não a torna

“excluída da sociedade” e sim, “excluída” (ou a ela é negado) do acesso aos direitos, serviços e políticas sociais existentes.

Engels (1979)²³, ao discorrer sobre a problemática da habitação na Inglaterra no século XIX, expõe claramente sua posição de denúncia daquela situação, face à desproporção entre a velocidade da “exclusão/inclusão” do sistema habitacional, o que evidencia que formas de “inclusão” não bastam, pois o problema é estrutural e permanente:

Uma sociedade não pode existir sem a crise da habitação quando a grande massa de trabalhadores só dispõe exclusivamente do seu salário, quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, de um lado, a existência de um amplo exército de reserva de desempregados e, do outro, lançam momentaneamente na rua a grande massa dos trabalhadores; quando estes são amontoados nas grandes cidades, e isso a um ritmo mais rápido que a construção das habitações nas condições atuais... [...] (ENGELS, 1979, p. 55-56).

Entretanto, considerar que uma pessoa está excluída, em um determinado território, do acesso às políticas e serviços sociais, inclusive, para a construção de indicadores sociais, contribui para o combate das desigualdades sociais existentes, uma vez que é possível a construção de metodologias que avaliem as vulnerabilidades sociais e precariedades da vida, a partir de dados concretos (quali-quantitativos) da realidade social. E, ainda, denunciar as gritantes expressões da “questão social” é situar um posicionamento contrário à apropriação privada do capital e possibilitar a luta por outra sociedade possível.

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social exemplifica esse processo, uma vez que ele é uma metodologia composta por dados quali-quantitativos e de geoprocessamento que produz dois índices territoriais que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de Exclusão/Inclusão Social. A partir de uma base territorial, o Mapa foi criado com a intenção de dialogar com a realidade concreta de um contexto urbano (SPOSATI, 2000)

²³ Engels (1979), em seu livro, “A questão da habitação”, discorre sobre a afluência dos franceses da Alemanha no século XIX, propiciando o impulso ao desenvolvimento da grande indústria que, salvo ter possibilitado à expansão econômica do país, gerou graves consequências para a questão urbana, especificamente em relação às habitações. O deslocamento das populações rurais para a cena urbana, atraídos pelas grandes indústrias, ocorreu simultaneamente à expansão das avenidas e das vias férreas, sendo que muitas habitações operárias foram destruídas em nome do progresso. Houve então, um descompasso entre a demanda por habitação e a capacidade do país em oferecê-las.

Diante disso, é necessário identificar criticamente os limites ao se falar em igualdade de acesso, no interior de uma sociedade ontologicamente desigual. Este fato, não impossibilita as lutas por uma sociedade mais justa, na qual os seres humanos vivam de fato sua humanidade, e não sejam empurrados para uma “situação de rua”, mas sinaliza que a dialeticidade exclusão/inclusão necessita ser criticamente analisada, para que seja possível a construção de alternativas, inclusive, de garantia do acesso às políticas e aos direitos sociais. Tal fato permite o olhar atento para com a realidade social, pois não se perde de vista a perspectiva da totalidade, e não se nega o método de análise da realidade tão exaltado por Marx (1982).

Deve-se ter atenção para o fato de que a denominação “população em situação de rua” não apaga a condição de sujeitos históricos, inseridos no processo da causalidade. Eles estão em *situação de rua*, mas possuem uma história, foram vítimas e atores desse processo, não estão “à margem” da sociedade, pois vivem em seu interior, com todas as contradições e conflitos. Não estão “excluídos da sociedade”, uma vez que expressam o que há de mais desigual e mais complexo no interior da estrutura social e da própria estrutura do ser.

Em relação à “exclusão” relacionada à ruptura dos vínculos, deve-se atentar para o fato de que a população em situação de rua rompe determinados vínculos, mas outros podem ser, e são construídos. A análise de Xiberras (1993) afirma que os “[...] vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade [...]”, ao serem rompidos, tornam-se parte do conceito de “exclusão” e evidencia que muitos valores cristalizados no seio dessa sociedade precisam ser ultrapassados. Principalmente, o conceito e modelo de família que orienta a população em situação de rua a ser o avesso dessa sociabilidade e a fazer parte da categoria dos “excluídos”.

Ao discorrer sobre os significados e as oposições que a expressão “exclusão social” possui, Escorel (1999) cita uma variedade de axiomas que dão sentido ou se contrapõem ao uso desse conceito. Uma das oposições está na questão da “exclusão” não designar atores responsáveis pela situação, ou seja, de acordo com a autora, a exclusão “[...] indica menos a ação de excluir e mais o fato de ser excluído, o agente é mais difícil de ser nomeado que o objeto da exclusão”. E dessa forma, “A dicotomia integrado/excluído assemelha-se mais a sadio/doente que

a dominado/dominante, na medida em que os sádios não podem fazer nada em relação ao fato de que os outros estejam doentes” (ESCOREL, 1999, p. 65).

Ainda que a centralidade na família seja o principal suporte das relações sociais capitalistas, em contraponto a ausência da esfera pública que marcou longos períodos da estrutura social brasileira, isso não significa que quando esses vínculos (familiares) são rompidos, ocorra o “isolamento parcial ou completo e de solidão nas quais os indivíduos não compartilham nenhum lugar social”, que marca da “exclusão social” do país, como afirma Escorel (1999, p. 77).

Dessa forma, a categoria “questão social” foi utilizada para explicar o fenômeno população em situação de rua, pois esta é uma de suas principais expressões na contemporaneidade. A condição de rua sinaliza e sintetiza todas as mazelas próprias da “questão social” e, os nexos com a “exclusão” estão postos apenas no que concerne ao não acesso aos bens socialmente produzidos e à proteção social a que teriam direito. O termo “exclusão social”, fora do sentido citado anteriormente, pode fragmentar a realidade social e mistificar as determinações imediatas desse fenômeno, além de criar uma nova “dicotomia social”, pois a relação “exploradores e explorados” é substituída por “incluídos e excluídos”.

Diante disso, poderão ser observados, a seguir, nos relatos dos usuários entrevistados, que suas histórias de vida são diferentes e únicas, ligadas apenas por relações marcadas pela desigualdade social, expressa na fragilidade ou rompimentos dos vínculos sociais e familiares; e na entrada no mundo das drogas (evidenciando a “questão social” expressa no mundo das ruas), mas, acima de tudo, eles estão ligados pela possibilidade de recomeçar. Nesse sentido é que o direito se torna uma possibilidade, e as políticas sociais o meio para a concretização desta.

1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VÍNCULOS FAMILIARES: A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE

A questão dos vínculos perpassa pela tênue linha que interliga as relações sociais fundadas no seio dos valores vinculados à família e à propriedade privada, fatores esses muitas vezes contrários à realidade das pessoas em situação de rua. A análise marxista sobre a constituição da família e sua relação com a propriedade privada possibilita a compreensão de todo esse processo.

Marx (1986, p. 39-40) explica que para poder fazer história os homens devem estar em condições de viver (comer, morar); sendo assim, ele define como primeiro “ato histórico” a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. A partir do avanço das forças produtivas, ocorre o desenvolvimento das relações sociais, de início a própria constituição da família. Este fato está imbricado, segundo Marx, no desenvolvimento da propriedade privada, cuja primeira forma esteve centrada na família: mulher e filhos, escravos do marido.

A análise de Marx ilumina a apreensão do processo de constituição da sociedade como um todo, inclusive a brasileira. Nesta sociedade, a família sempre possuiu papel central dentro da organização das relações econômicas, sociais e culturais, ainda que com peculiaridades diversas de acordo com os períodos históricos do país.

A família tradicional ou patriarcal foi a marca do Brasil colônia, e caracterizava-se por ter na mulher o papel submisso e no homem a figura central da casa. Nesse período histórico, a propriedade privada fundada nas relações familiares é bem explicitada. Predominavam as grandes extensões de terras para o cultivo e exploração voltadas para a exportação, cujo único dono, era o Senhor, o patriarca da família. Essa família era considerada extensa, e possuía o caráter altamente repressivo, “reprodutora das normas de disciplinamento e controle social (e sexual) ditadas pela Igreja” (NEDER, 2002, p. 29).

Contrastando a família patriarcal, havia a família escrava de origem africana que era vista no período, desprovida de sua condição humana e de forma fragmentada, pois os escravos eram considerados mera mão de obra “animal”, subjugados aos seus senhores, bem como à propriedade privada.

Com a Proclamação da República (1889), o fim do trabalho escravo e com a urbanização, a família foi ganhando novo formato, principalmente sob a influência das ideias positivistas. A família nuclear, organizada a partir dos padrões burgueses, via na mulher o papel de educadora dos filhos, “[...] a nova mulher [...] deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe [...] e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa” (NEDER, 2002, p. 31). A autora sinaliza que os modelos de família variavam, principalmente, de forma a adequar a “família branca” aos novos padrões e seguindo as transformações econômicas e sociais do país.

De acordo com D’Incao, o desenvolvimento da família burguesa no Brasil acompanhou o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa, esta “[...] influenciou também na arquitetura das residências, procurando tornar o convívio familiar mais íntimo, [...] mais separado do tumulto das ruas e do burburinho da gente do povo”. Ainda, segundo a autora, esse “fechamento da família sobre si mesma” ocasionou o “processo de privatização da família” (D’INCAO, 1997 apud KIEHL, 2003, p. 02).

O avanço do processo de industrialização do país (principalmente na década de 1990) possibilitou a transformação de hábitos, costumes e, as lutas contra o preconceito (relacionados, principalmente, à sexualidade, ao combate à homofobia e a nova posição da mulher na sociedade). Como aponta Kiehl (2003, p. 3):

Razões de mercado abriram oportunidades profissionais para as mulheres e achataram os salários dos pais de família, eliminando em grande parte a dependência econômica feminina que sustentava o casamento patriarcal. [...] a expansão dos meios de comunicação teve o efeito de explodir o isolamento até mesmo das famílias mais conservadoras, minando a condição que garantia a transmissão estável de valores e padrões de comportamento entre gerações.

O modelo econômico neoliberal adotado no país, neste período, agravou ainda mais a situação de empobrecimento de diversas famílias brasileiras e, o processo de fragilização dos vínculos familiares foi outra consequência dessas transformações, relacionadas principalmente às questões econômicas e sociais, de acordo com o ideário neoliberal. O que houve no Brasil e nos demais países “pobres”, de acordo com Mito; Silva; Silva (2007, p. 02) foi que:

[...] as políticas públicas nos diferentes países pobres orientadas pelas normativas de organismos internacionais, passaram a ter como critérios orientadores a focalização, a privatização e a participação da sociedade civil na execução de programas e serviços sociais. Tais critérios têm implicado na acentuação de um processo progressivo de penalização das famílias.

Mito (1997, p. 120) conclui que essas mudanças na composição familiar (que surgiram com a própria mudança da estrutura da sociedade, vinculada principalmente ao modelo econômico vigente), e na própria relação homem/mulher, gerou, entre outras consequências, as transformações no que concerne à própria questão dos vínculos familiares.

De acordo com Koloustian e Ferrari (1994), a família é um dos espaços indispensáveis para a garantia e sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que deveria proporcionar a afetividade e os meios materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Nessa lógica, a família possui (ou deveria possuir) papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e na qual é possível que se construam os laços de solidariedade.

No entanto, nem sempre é o que, de fato, acontece. Torna-se necessário, pois, fazer uma análise que ultrapasse a culpabilização das famílias que, por uma série de determinações, não dão conta de “cumprir” com todos os “deveres” citados anteriormente.

Nunca se deve perder de vista que, muitas dessas famílias (trabalhadoras ou alijadas do mercado formal de trabalho) estão condicionadas às desigualdades sociais, próprias do capitalismo e expressam, por meio da pobreza em que vivem, da carência de acesso à saúde, a educação de qualidade (pública e universal) e da fragilidade ou quebra dos vínculos entre seus membros, uma das inúmeras expressões da “questão social”. Como aponta Gomes e Pereira (2005, p. 360), “A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência”.

Relacionado a isso, as pessoas em situação de rua não são vistas como pertencentes a uma família, principalmente pela questão da fragilidade dos vínculos. Elas se tornam o avesso da sociabilidade capitalista fundada na propriedade privada, na vida privada.

Sem vínculos familiares formais e sem residência, a população em situação de rua, torna-se então o avesso desse processo; rompe com todos os valores vinculados ao modelo familiar que, ainda predomina no modo de fazer-se desta sociabilidade. Qual é o peso que esses valores possuem, quando não há a perspectiva de totalidade concreta da realidade social que cerca as pessoas em situação de rua, principalmente no que se refere aos vínculos familiares?

Heller (2004, p. 5) define valor como sendo tudo aquilo que em cada esfera (produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, etc.) e de acordo com a situação do momento, “contribua para o

enriquecimento daqueles componentes essenciais”. O valor é uma categoria ontológica, e possui uma objetividade social, pois que depende fundamentalmente das relações e situações sociais, das atividades dos homens.

Estar vinculado a uma família se torna uma exigência desse modo de sociabilidade, uma vez que o pensamento, socialmente construído, condiciona o entendimento de que é na família que se constroem os vínculos, criam-se as formas mútuas de proteção. É a família que tem que dar conta dos problemas que surgem em seu interior, pois são os pais responsáveis pelos filhos e estes pelos pais em idade avançada. No entanto, é nessa mesma sociabilidade, que os novos rearranjos familiares são formados, novas formas de vínculos e até mesmo a quebra destes vínculos.

A relação da população em situação de rua com os vínculos familiares (sua fragilização e, até mesmo, rompimento), não pode ser analisada descolada das diversas determinações que as levam a permanecer nessa condição. Tais determinações são muitas vezes camufladas por um senso moral que não as compreendem, e não percebe que os valores morais, nos dizeres de Heller (2004), são fundados ontologicamente (HELLER, 2004, p. 7).

A autora sinaliza, ainda que “por mais duradouras que sejam as fases históricas estéreis com relação a essa ou aquela esfera ou substância axiológicas, sempre existiram ‘preservadores’ dos valores alcançados”, tanto os valores axiológicos positivos como os negativos (HELLER, 2004, p. 10). Com base nesta afirmação, é possível ponderar que o estigma com relação à população em situação de rua prevalece, e se perpetua, pois que nos primórdios do surgimento do modo de produção capitalista, essa população já existia e compunha o quadro da mão de obra sobrando frente às necessidades do capital.

Sujeitos sociais identificados como pertencentes a esta população eram vistos como “vagabundos”, pela lógica do trabalho que fundou a existência dos homens, e complexificou-se a partir do surgimento do modo capitalista de produção, e dos processos de exploração, de alienação, etc.; predominantes até os dias atuais.

Outro aspecto que perpassa pela reflexão sobre a população em situação de rua e a fragilidade dos vínculos familiares, tem a ver com a própria estrutura da vida cotidiana, na qual a esfera axiológica citada anteriormente se desenvolve. Para Heller (2004, p. 17) a vida cotidiana “é a vida do homem inteiro”. Na cotidianidade, este coloca “em funcionamento todos os seus sentidos, todas as

suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, ideias, ideologias”. Mas ao colocar em funcionamento todas essas suas capacidades, a autora adverte que nenhuma pode ser realizada em toda sua intensidade.

A vida cotidiana é heterogênia e hierárquica, de forma que essa hierarquia se modifica de acordo com as diferentes estruturas econômico-sociais. E o homem já nasce acompanhando esse movimento heterogêneo e hierárquico:

O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (HELLER, 2004, p. 18).

Cabe ao homem o domínio das coisas ao seu redor, domínio este que se refere à apreensão das relações sociais, que perpassa pelo domínio das leis da natureza. E é nos grupos que essa apreensão se inicia. Para Heller (2004) “Esses grupos estabelecem uma mediação entre os indivíduos e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores”. No entanto, para o indivíduo as normas assimiladas só adquirem “valor”, quando aqueles, ao saírem de um grupo (como a família), conseguem “[...] orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover, por sua vez, esse mesmo ambiente” (HELLER, 2004, p. 19).

Entretanto, essa “saída do grupo”, nem sempre ocorre de forma “natural” ou “espontânea”, em sintonia com o desenvolvimento da maturidade necessária para que esse processo ocorra. Por conta disso, os “valores” que deveriam ser “assimilados” pelos indivíduos, muitas vezes, deixam de fazer sentido. Assim, a questão dos vínculos sociais pode ser discutida no âmbito da “questão social”. As falas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa são gritantes nesse sentido e expressam que a ida para as ruas, a “saída do grupo” (da família), em sua grande maioria, não acompanhou essa “assimilação dos valores socialmente construídos”, principalmente por força das circunstâncias em que ocorreram.

Francisco, um dos sujeitos entrevistados da pesquisa, possui 28 anos, e está na rua desde os 10 anos de idade. Ele conta que foi para rua devido a um “problema familiar”, e que logo se envolveu com as drogas, permanecendo no

trânsito rua-abrigo-casa-rua, por um longo período. Mas como ele menciona, seu problema era em casa, fato este que não o prendia por lá. Assim relata Francisco:

[...] daí eu achava melhor ficar na rua né. Por causa de que, quando eu conheci a rua, a rua para mim foi tipo um refúgio né. [...] aí eu **fui me criando**, também tive envolvimento com as drogas, também tive muito envolvimento com o crime, já fui internado por várias vezes em clínica. (FRANCISCO). (Grifo e itálico da autora).

O relato de Francisco evidencia que a fragilidade ou mesmo o rompimento dos vínculos familiares, esteve ligado a uma situação de violência familiar (pois o pai, alcoolista, possuía comportamentos violentos), que fizeram com que ele preferisse ficar na rua a ficar em casa. Nesse sentido, a questão dos vínculos é expressão da “questão social” quando desvela a desigualdade social existente, que pode condicionar, entre outros fatores, a violência, a negligência, e até mesmo o abuso e a dependência de álcool e outras drogas. A esse fator, soma-se a questão do alcoolismo não ser tratada no âmbito da saúde pública, e ser uma das formas de “exclusão” do acesso aos direitos (de saúde), citados no item anterior.

Ao encontrar na rua seu “refúgio”, Francisco conta que foi “se criando”, ou seja, aquela assimilação dos valores socialmente construídos (principalmente no seio familiar), citados anteriormente, perde o sentido, visto que a velocidade com que a realidade o empurra para “a situação de rua” é maior do que o movimento “natural” de saída do grupo familiar. E as pequenas coisas que os indivíduos aprendem em casa (ou não, necessariamente), com base na “educação familiar”²⁴ (formal e/ou informal), como por exemplo, regras, limites, noções de higiene, organização, entre outras questões; deixam de ser apreendidas e assimiladas pelos sujeitos que desde muito pequenos “criam-se” nas ruas.

Em um determinado momento da entrevista, Francisco descreve sua dificuldade de se organizar com relação ao dinheiro que recebia pelos trabalhos de jardinagem que prestava. Dificuldades de viver em um espaço alugado, de cozinhar, organizar seus pertences, principalmente aliado à questão da dependência química que o levava em muitos momentos a gastar todo seu salário.

²⁴ Independentemente da composição familiar, incluindo-se aqui todos os tipos de famílias existentes hoje nessa sociedade, eliminando qualquer forma de preconceito ou moralismo.

Mas eu vejo assim que aqui²⁵ se a pessoa quiser, se ela seguir a orientação, porque a verdade é essa: a pessoa que ficou muito tempo assim nas ruas, ela tem que seguir a orientação de alguém né cara [...] igual, eu tenho minha profissão eu sei fazer minha profissão, mas depois de tudo feito eu não consigo [...] me estruturar, tipo, pagar um aluguel. Sei lá, às vezes fico perdido em muitas coisas assim! As vezes, de morar sozinho sabe? Às vezes eu fico com aquele negócio na cabeça “pô tô trabalhando, fazendo isso”. Aí muitas vezes desisti, por achar que estava bom, desisti do tratamento né meu! (FRANCISCO).

A fala de Francisco expressa nitidamente os reflexos da ausência dos vínculos que são construídos ao longo da vida, principalmente os familiares. Outro ponto que merece destaque é que, na impossibilidade de se reconstruir os vínculos, antes fragilizados ou rompidos com a família, os serviços destinados a essa população (neste caso em questão, o Centro POP de Londrina) adquirem uma importância enorme na vida das pessoas em situação de rua. Eles tornam-se o vínculo social antes fragilizado ou perdido.

O serviço especializado, torna-se a possibilidade de dialogar sob uma nova perspectiva de vínculos, que não necessariamente são (re)construídos com a família. Às vezes são (re)construídos entre eles e a própria sociedade; entre eles e os companheiros de trajetória, ou até mesmo, entre eles e a si próprios, principalmente no âmbito da autoestima e autoconfiança. Dessa forma, quando esta população perde os vínculos sociais, principalmente com a família, são consideradas incapazes de pertencer a esta mesma sociabilidade e, elas acabam reafirmando essa ideia no seu cotidiano. Como retrata Helena, usuária do Centro POP de Londrina (PR), e sujeito participante desta pesquisa:

A maior dificuldade que eu vejo quando eu tô na rua, que a gente perde o vínculo com a sociedade. A sociedade já não olha mais como a gente é assim: ‘Nossa a pessoa se esforça... eu sou isso, eu sou aquilo’, quando a gente tá na rua a gente não vale nada! Nunca valeu né?! Que a sociedade discrimina quanto serviço, quanto curso, nos lugares assim que a gente entra. Nos lugares que a gente entra as pessoas já olham com outro olho, com outro olhar né. Não é o mesmo que de agora. Agora eu entro em qualquer lugar, a pessoa me vê como uma pessoa diferente, igual a todo mundo que anda assim na sociedade, que faz parte. [...] e quando a gente está na rua usando droga a gente já não é a mesma pessoa, é diferente (HELENA).

²⁵ Francisco faz referência ao Serviço Especializado do Centro POP de Londrina (PR).

Helena (30 anos) traz aspectos muito complexos e interessantes sobre esse movimento: ser da rua e não pertencer à sociedade e estar momentaneamente fora da rua e “voltar a andar na sociedade, e fazer parte da mesma”. A usuária participante da pesquisa sinaliza que, naquele momento em que foi entrevistada estava no processo de “voltar a pertencer à sociedade”. Conta que estava há alguns dias sem usar drogas, e tanto ela quanto o companheiro estavam lutando para ficar “limpos”.

Nas palavras de Helena: “[...] faz dias já que eu e ele tá sem usar nós dois. A gente tá lutando pra vê se a gente para de usar né! A gente não para de uma vez, a gente vai... uma coisa de cada vez” (SIC). No entanto, na mínima recaída já não são mais vistos enquanto sociedade e passam a ser consideradas “pessoas diferentes”.

A partir destas considerações, percebe-se que as pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia, são estigmatizadas como “vagabundas” “desocupadas”. A falta de acesso à saúde, à moradia, ao trabalho e a perda dos vínculos familiares (devido a diversas outras determinações) é reduzida pela simples incapacidade dessas pessoas em lidar com os elementos que compõem sua cotidianidade. É como se o “estar nas ruas” fosse desconectado da trajetória histórica, econômica e social que os levaram a estar nessa condição.

Tais elementos são permeados por valores e normas sociais que são repassados de uma época para outra, resguardadas as particularidades históricas de cada período. Ora, os fatos ontológicos que Heller (2004) menciona, já citados, possibilitam a compreensão do complexo de determinações que perpassam a vida daqueles que estão em situação de rua, não permitindo que essa complexidade seja reduzida a sua mera culpa. A lógica capitalista que rege essa sociabilidade, e que produz as diversas formas de alienação e fragmentação do ser social, também condiciona a vida e as escolhas dos indivíduos.

Henrique (22 anos), por exemplo, outro sujeito entrevistado desta pesquisa, conta que veio de uma família muito pobre, com muitas necessidades, fator que o “empurrou” para as ruas, não como uma escolha, mas como uma alternativa para trazer dinheiro para casa:

[...] eu comecei na rua, porque quando eu era pequeno não tinha muita coisa para fazer lá em casa. A família era bem pobre mesmo. Ai eu comecei a ir pra rua, porque uns colegas meu ia, trazia dinheiro e ia embora. [...] eu comecei a ir com uns 6/ 7 anos. Daí eu comecei a frequentar a rua, só que eu voltava embora. Ai minha mãe descia a ripa em mim né. Ficava brava... não precisava, mesmo que nós era pobre, ela não queria que eu ficasse por ai. Ai eu fui revoltando, chegou uma hora que eu comecei a ficar na rua mesmo. Ai com 8 anos já ficava no mocó já. Morava no maior mocó que teve em Londrina [...]. Só voltava embora quando minha mãe vinha buscar eu. Levava eu embora a força. Ai eu voltava embora. Fui criando vínculo com a rua, ai fui conhecendo mais as drogas, porque um abismo puxa o outro (HENRIQUE).

Um ponto curioso é que ao mencionar que morava no maior “mocó” de Londrina, Henrique sente-se orgulhoso (sua fala foi de orgulho), por ter feito parte daquele espaço que foi sendo criado pelas pessoas em situação de rua, como alternativa de habitação, principalmente para poderem fazer uso de drogas. Escorel (1999, p. 126), discorre que os “mocós” são muito semelhantes aos cortiços. Nas palavras da autora: “São situações abrigadas limítrofes, em que as condições de vida se assemelham muito àquelas encontradas na rua, ao relento”.

A relação dos vínculos parcialmente ou totalmente rompidos entre Henrique e sua família, propiciando sua condição de rua pode ser melhor explicitada nas palavras de Gomes e Pereira (2005, p. 360):

As consequências das crises econômicas a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sócio-familiar cada vez mais distante.

É claro que este esclarecimento das autoras não pode ser generalizado para todas as situações que envolvem a pobreza e a desigualdade em que vivem as famílias. E esse processo de desvinculação familiar e de construção de vínculos com a rua não é algo linear e homogêneo, uma vez que, soma-se a uma série de outros determinantes que culminam com a permanência na condição de rua. Destaca-se também, como menciona Escorel (1999, p. 134) que culpabilizar a estrutura familiar “[...] pelo desconcerto desse múltiplo arranjo de determinações que conduzem as crianças para trabalhar e morar nas ruas [...] é encontrar [...] uma estereotipia da família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais”.

Merece destaque a existência, de acordo com Escorel (1999, p. 140), dos “graus de afastamento” existentes entre o indivíduo e sua família. No caso de Henrique, durante a entrevista, foi perguntado se ele mantinha contato com a família, e ele afirma que sim. Sempre que necessita ele visita a família e mantém contato constante com a mesma: “[...] se eu quiser voltar lá hoje eu volto, só que não quero dar trabalho para ninguém não” (SIC). Ou seja, ainda que seu vínculo com a rua esteja hoje mais forte, ele possui em certo “grau de afastamento” da família, porém sempre que necessário estabelece contato.

Tal fato é reforçado quando se pergunta a Henrique qual era a maior dificuldade que ele encontrava estando em situação de rua, e o mesmo menciona: “não ter família”. Nas palavras de Henrique: “[...] o que é mais difícil na rua é porque você não tem família, não tem ninguém né meu, não tem nada! [...] não tem família, não tem apoio, não tem ninguém” (SIC). E, como discorre Escorel (1999, p. 144):

Mesmo à distância, a família mantém seu poder de referência afetiva. Essas referências se apresentam sob variadas formas de representações que os moradores de rua fazem sobre suas famílias: como empecilho à vida “em liberdade”, como inadequada ao seu modo de vida, como motivo de ressentimento, mágoas e vergonhas, como lembranças carinhosas, com ambiguidades, como poço de cobranças [...], como lugar em que era bom de se estar.

Belinda, 23 anos, a segunda das duas mulheres entrevistadas para a pesquisa, relata que também foi para a rua devido a “conflitos familiares”, mais especificamente com a mãe adotiva. Ela conta que sua mãe biológica a abandonou quando ela tinha um ano e meio e foi adotada pela sua tia, irmã de sua mãe. Belinda relata que sua mãe adotiva teve uma filha de sangue, e que ela muitas vezes era deixada de lado, sentindo-se tratada de forma diferente da irmã: “Comecei a ficar muito rebelde. Comecei a matar aula, fumar cigarro, droga não! [...] matava aula para ir no shopping com as amigas [...]. Então eu ia matar aula para fumar cigarro e comer no McDonald’s” (BELINDA).

Ela conta que começou a roubar dinheiro da mãe, mesmo ganhando uma mesada, para fumar cigarro e comer no McDonald’s, isto teria gerado brigas entre elas, pois a mãe achava que Belinda estava fazendo uso de drogas e a expulsou de casa, quando ela tinha 10 anos.

[...] com 8 anos eu queria ter uma bicicleta. Ai minha irmã nasceu, com 3 anos minha mãe deu uma bicicleta para minha irmã, e eu com 10 anos, doida para ter uma bicicleta nunca tive na minha vida! [...] Bateu uma revolta. [...] Então, eu comecei a ficar com uns problemas psicológicos já dentro de casa. Emocional sabe? Ai foi a hora que nós brigamos, ela deu um tapa na minha cara, bateu... na minha cara! Falou: “some da minha vida que você não é minha filha!” E aquelas palavras ficou gravada, e eu sai na hora que ela falou aquilo, eu virei as costas e sai de casa.

Depois disso, ela passou a viver em um pensionato de uma “avó” (mãe do marido de uma tia), que a mãe pagava mensalmente. Belinda fala que depois disso passou a frequentar “baladas”, nas quais teria iniciado o uso de drogas (cola de sapateiro) que a teria levado para o ciclo rua-abrigo-rua.

A situação de Belinda assemelha-se à situação de Henrique, no que tange aos “graus de afastamento” do âmbito familiar, pois, mesmo longe, a mãe pagava (ainda que por um tempo, pois quando a mãe descobriu o envolvimento real de Belinda com as drogas, parou de ajudá-la) a pensão em que ela morava. Ou seja, havia um “cuidado” da mãe para com a filha, ainda que distante e em meio à fragilidade dos vínculos.

Outros exemplos de permanência na rua por situações de pobreza e/ou quebra de vínculos familiares também podem ser encontrados nas histórias de Abel, Hélio, Ananias e Cauê²⁶, sob outras particularidades e determinações.

Abel conta que veio de Itapejara d’Oeste (PR) para Londrina, com um ano de idade. Sua mãe foi embora de lá, pois havia brigado com o companheiro (pai de Abel). Em Londrina, conheceu outra pessoa com quem se casou e os tirou da rua. Passaram a viver no bairro União da Vitória (bairro da periferia de Londrina), com mais quatro irmãos do segundo casamento da mãe. Abel conta que começou a “ficar na rua” por influência de um amigo do bairro.

Eu comecei a sair com um amigo meu que morava lá. Comecei a conhecer a rua, a ficar pedindo, já tinha assim quase doze anos. Daí eu comecei a sair na rua, acostumei na rua, e fiquei na rua. Comecei a usar droga, primeiro comecei com o cigarro, depois maconha, depois encontrei pessoas erradas, um dia eu desandei no crack mesmo. Eu fiquei mais em abrigo do que na rua quando era menor. (ABEL).

A questão da fragilidade ou quebra dos vínculos sociais (e familiares) pelo uso de álcool e drogas (condicionados aos fatores de pobreza e

²⁶ Participantes da pesquisa e usuários do Centro POP.

desigualdade social) foi algo bastante observado na pesquisa de campo deste trabalho²⁷.

Hélio, outro sujeito entrevistado para esta pesquisa, conta que veio de São Paulo com os pais e os irmãos e, foi para rua porque com a morte de sua mãe, seu pai não deu conta de criar os filhos e os teria abandonado. Hélio passou a morar em abrigos²⁸ e quando ficou maior de idade, sem ter para onde ir, acabou indo para a rua.

Ai tem que acaba acontecendo, você se envolve. Eu me envolvi no meio do crime, cai na droga né, lógico que eu arrumei emprego também, tive um pouco bem, mas ai acaba recaindo. Eu [...] não tenho nada, não tenho casa, não tenho pai, não tenho mãe, praticamente não tenho ninguém. (HÉLIO).

A companheira de Hélio, Helena (citada anteriormente), não é mencionada por ele, quando ele faz a alusão à presença de um vínculo familiar em sua vida, ainda que o vínculo entre os dois seja algo bem nítido, quando analisada as falas das duas entrevistas. Por exemplo, ao opinar sobre o Benefício de Transferência de Renda, Hélio comenta que para ele, esse benefício não melhorava em nada na sua vida, mas servia para comprar coisas para a companheira.

Que, que eu compro com 70,00? Não tenho nada para mim comprar, só tem eu e minha muié. Tenho que comprar coisas para ela também. Tem higiene, que ela usa essas coisas. [...] Porque mulher cê sabe né?! (HÉLIO).

Helena conta que ela acabou indo morar na rua, por influência de Hélio. Ela já tinha dois filhos e, quando ficou grávida do terceiro, conheceu Hélio. Eles foram morar juntos, mas Hélio já fazia uso de álcool e outras drogas de forma abusiva, nessa época. Assim relata Helena:

Ai naquilo ele bebia, usava droga, sumia e eu ficava lá com as crianças, mas nunca faltava nada para eles. Porque as vezes que ele sumia, ele vinha com dinheiro. [...] Ai foi indo. Ficava naquilo né, nas brigas. Ai resolveram tirar as crianças [...], por causa das brigas que tinha, relacionamento de droga, tudo ali. (HELENA).

²⁷ A relação da droga como expressão da “questão social”, vinculada à população em situação de rua será melhor abordada no próximo item deste capítulo

²⁸ A história de Hélio se assemelha muito com a de sua companheira, Helena, também entrevistada na pesquisa e citada anteriormente. Ambos foram abandonados e criados em abrigos.

Depois disso, Helena conta que uma vizinha teria “passado a perna” neles, aproveitando-se da situação instável que eles se encontraram, para ficar com a escritura da casa. Sem casa para morar e sem as crianças (retiradas pelo Conselho Tutelar), Helena acabou indo morar com a família de Gilmar (irmãos) e lá passou a usar drogas.

No caso de Helena e Hélio, o uso de drogas ocasionou o rompimento dos vínculos existentes entre mãe e filhos, por outro lado, aproximou a vinculação (por mais cruel que possa ter sido) com a rua, e entre ambos que, até o momento da entrevista, eram um casal. Com relação ao Benefício de Transferência de Renda, Helena reforça o que Hélio já havia dito anteriormente:

Se eu tenho um perfume, se eu tenho um brinco, se eu tenho alguma coisa, é coisa minha, eu comprei. Se ele ganha o dinheiro, pega o dinheiro (ele não liga muito para dinheiro), o que ele faz? Ele me dá o dinheiro. Então com o dinheiro que ele me dá eu compro shampoo, creme, essas coisas para mim, essas coisas que uso no dia a dia. (HELENA).

Percebe-se que Hélio assume, ainda que dentro da complexidade da situação de rua, a condição de provedor e de “homem da casa”²⁹. E os “valores” que são socialmente construídos dentro da família, são transportados para rua, como uma extensão da vida privada, da (re)construção dos vínculos.

Ananias, outro sujeito da pesquisa, conta que saiu de casa, com 12/13 anos, após ter ouvido sua madrasta falando para seu pai que era ele ou ela que teria que ir para rua, e apesar de não entrar em detalhes sobre a reação do pai, pela fala de Ananias, percebe-se que este não teria se posicionado a favor do filho:

[...] uns falam pai, qualquer um é pai, mas não... eu sei que pai é somente aquele que está ao lado de seu filho mesmo, a hora que mais precisa. Daí sem mais nem menos, eu peguei e sai de casa sem avisar nada, e fiquei né. Fui para a rua, onde eu comecei a conhecer as drogas. E, no começo, tipo assim, eu não conhecia nada, não sabia nem o que era. Pedi uma coisa para se alimentar e, foi ai que a gente vai aprendendo a lidar com o dia a dia da rua.

Por fim, a história de Cauê também expressa à permanência na rua por situações de pobreza e quebra de vínculos familiares. Cauê relatou ter ido para as ruas, devido à separação dos pais, aliada à situação de pobreza, e pelo pai não

²⁹ Destaca-se aqui a relação de gênero que é socialmente construída, atribuindo a homens e mulheres papéis e funções sociais pré-estabelecidos, fundados em relações de desigualdade e de opressão entre homens e mulheres, permeadas por uma relação de poder.

ter conseguido cuidar dos filhos (eram em muitos irmãos), o que o levou a doá-los (“que nem filhote de cachorro”):

A rua vem de família né! Foi assim, por causa do meu pai. Minha mãe era bugre, tinha muitos filhos, daí separaram. Meu pai ficou com todos os filhos. Aí, ele não sabia o que fazer, e foi indo, doando pra cá, doando pra lá, que nem filhote de cachorro. Daí, eu fui parar numa tia, a tia fazia eu limpar a casa de faxineira. Com 8/9 anos fazia eu de faxineira. Daí eu fugi da casa dela, fui morar na rua em Jataizinho. Ai na rua de Jataizinho, eu era muito pequenininho né, cidade pequena. Aí, tinha uns moleques falou: “vamos pra Londrina, cidade grande?”. Aí eu falei: “vamos pra lá”. Dáí, eu vim! Montamos em cima do trem e viemos embora pra Londrina (CAUÊ)

Depois disso, já em Londrina ele começou a ter proximidade com a cola de sapateiro, depois com a maconha, até chegar ao crack, de que faz uso até hoje.

A partir dos relatos analisados e da importância que a família possui, desde sua constituição enquanto sociabilidade primeira do sistema vigente, a questão dos vínculos sociais e familiares, quando analisada dentro das contradições nesta sociedade, torna-se outra expressão da “questão social”, pois evidencia a desigualdade gerada pelo acúmulo de riqueza de uns, em detrimento da pobreza em que vivem milhares de famílias brasileiras. Ou seja, a construção e a quebra desses vínculos estão condicionadas ao movimento que orienta as desigualdades sociais existentes.

As consequências da fragilidade e/ou inexistência de vínculos familiares possui diversas determinações, como pode ser constatado nas falas dos sujeitos entrevistados na pesquisa. O uso de drogas foi uma constante nas histórias de vida relatadas pelos entrevistados, tanto como consequência da ida para as ruas quando muito jovens (fato mais frequente entre os entrevistados), quanto como “motivação” para permanecerem na condição de rua (uma usuária entrevistada). Essa questão, do uso de droga relacionada à situação de rua, no âmbito das expressões da “questão social” será discutida no item a seguir.

1.5 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Muitos dos depoimentos colhidos com os usuários do Centro POP sinalizaram o uso de drogas após a ida para as ruas (com exceção de Beatriz que fugiu para Londrina por conta de seu envolvimento com as drogas na sua cidade de

origem). O que mais instigou a considerar o uso de drogas como expressão da “questão social” no cotidiano da vida nas ruas, foi tentar compreender (e apreender) o principal motivo que faz a droga fazer parte da vida desses sujeitos, lembrando que nem toda pessoa em situação de rua, necessariamente é usuária de droga (lícita ou ilícita).

Atualmente, a discussão em torno da criminalização da pobreza vinculada ao uso de drogas (principalmente o crack) tem criado estigmas em relação aos segmentos mais pobres, ocultando a discussão do impacto que as drogas lícitas também causam na sociedade como um todo. Procurou-se trazer um aprofundamento desse tema, a partir de reflexões filosóficas que possam traçar um caminho de diálogo mais crítico, ultrapassando os discursos moralistas, conservadores, sensacionalistas e desprovidos de conhecimento de realidade.

Como ponto de partida dessa reflexão, a ontologia marxiana evidencia o ser em sua existência objetiva, enquanto parte “movente e movida” de um “complexo concreto”. Isso resulta na análise do ser enquanto processo histórico, e em categorias que o fundamentam e também são formas “moventes e movidas” da própria matéria, compondo as formas de existência e as determinações de existência do ser (LUKÁCS, 1968, p. 3).

Marx (1986, p. 39-40) explica que, para poder fazer história os homens devem estar em condições de viver (comer, morar); sendo assim ele define como primeiro “ato histórico” a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades.

O processo de desenvolvimento da consciência ocorrerá, desse modo, de forma tardia no movimento da constituição do ser material. No entanto, como alerta Lukács (Ibid.), “[...] para uma filosofia evolutiva materialista, [...] o produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico”.

É a partir do processo de formação da consciência que se apreende a realidade concreta, e, dessa forma, é possível que nela se interfira. Por conseguinte, a existência do ser social (apto ao desenvolvimento da consciência) ocorre pela base do ser orgânico, que por sua vez, desenvolve-se pela base de um ser inorgânico (em um movimento que é contínuo, quando não, contraditório).

Para que ocorra a passagem do ser em sua forma mais simples para suas estruturas mais complexas, é necessário que ocorra um salto (ontológico), sem que, no entanto, as formas mais simples do ser sejam desconsideradas, pois

compõem a base fundante do mesmo. A constituição do trabalho “[...] enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser [...]”, que só conseguirá se desenvolver a partir de um “[...] determinado grau de desenvolvimento do processo de produção orgânica”, como explicita Lukács (1968, p. 4), é mola propulsora desse salto.

Para tanto, o papel da consciência é fundamental. Lukács (1968) em referência a Marx, destaca que o produto do trabalho, nada mais é do que o resultado de um processo que já existia idealmente “[...] na representação do trabalhador” (LUKÁCS, 1968, p. 5). Essa será a diferença fundante entre o ser orgânico e o ser social: o desenvolvimento do processo de formação da consciência. No entanto, quando a mesma não se torna um poder ontológico efetivo, a questão da liberdade que visa a dar respostas às necessidades do ser, jamais poderá se concretizar de forma plena.

É dessa forma que se designa o “homem que trabalha” ou “o animal tornado homem através do trabalho”, como um ser que dá respostas. De acordo com Lukács (1968, p. 5):

[...] o homem torna-se ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que, não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico.

Sendo assim, o trabalho funda o ser social, na medida em que “[...] converte-se no modelo da forma do ser em seu conjunto”. Ele é realizado a partir de posições teleológicas, que condicionam o funcionamento de séries causais que, ao contrário de mera causalidade, são direcionadas por um “pôr teleológico” guiado pela consciência do ser que orienta sua capacidade de intervir na realidade (Id., Ibid., p. 6).

Tudo isso aqui explicitado remete à construção da práxis social, cujo caráter em si é ineliminavelmente contraditório. Se, por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas; por outro, a necessidade social só poderá se afirmar por

meio da pressão que exerce sobre os indivíduos, a fim de que suas decisões tenham uma determinada orientação social (LUKÁCS, 1968).

É a partir dessa condição, na qual o homem vive em sociedade, que são gerados os problemas reais que envolvem o complexo da liberdade. Até que ponto as escolhas dos indivíduos, condicionadas por finalidades sociais específicas, são de fato escolhas livres?

Nesse âmbito, depara-se com a discussão dos valores e do dever-ser, que nada tem a ver com o ser orgânico ou inorgânico, mas com o ser puramente social. É a partir da constituição do “ser-para-nós” (meramente pensado, cujo produto do trabalho adquire função social), que aparecem os valores. O mesmo ocorre com o dever-ser, cujo conteúdo direciona o comportamento dos homens a determinadas finalidades sociais.

A partir dessas reflexões iniciais, evidencia-se que o homem como pessoa humana (ser social) deixa sua condição de ser natural, e transforma-se de espécie animal que alcançou certo grau de desenvolvimento para o gênero humano, humanidade. E, com a complexificação da sociedade e de suas respectivas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, a forma de produção e reprodução da vida material também se complexifica. Logo, o trabalho e suas relações tornam-se também complexas. Por conta disso, as contradições tornam-se cada vez mais elevadas. Nas palavras de Lukács (1968, p. 15):

O progresso é decerto uma síntese das atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento no sentido de uma teleologia qualquer: por isso, esse desenvolvimento destrói continuamente os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados; por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais. É assim que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, antinomias aparentemente insolúveis, isto é, as oposições de classe; de modo que até mesmo as piores formas de inumanidade são o resultado desse progresso.

É a partir desse ponto, das contradições e das desigualdades geradas no avanço e progresso do capitalismo, que se chega à discussão da população em situação de rua. Como visto anteriormente, muitos são os fatores que levam as pessoas a morar e obter sustento nas ruas, fato este que torna a realidade social não homogênea e sim, dinâmica e dialética.

Para entender a complexidade do universo que envolve as pessoas em situação de rua é necessário que se atente para o movimento da realidade

social, só assim será possível compreender as múltiplas determinações que cercam o cotidiano e a história dessas pessoas. Ir da aparência à essência, do singular ao universal, atentando-se para as particularidades, síntese das diversas mediações que vão sendo construídas e apreendidas.

O intenso uso de álcool e outras drogas, tão presentes no dia a dia de muitas pessoas em situação de rua (algumas desde a infância), e a conseqüente dependência que dilacera suas vidas, juntamente com a precariedade dos equipamentos públicos de saúde e tratamento para esse fim, compõem um quadro que precisa ser analisado de forma minuciosa. A dependência química ou o uso abusivo de álcool e outras drogas podem ser considerados então, expressão da “questão social”, abordada anteriormente neste trabalho.

Marx (1986), afirma que o homem só conseguirá fazer história se tiver condições mínimas de existência. Esse processo é acompanhado pelo desenvolvimento da consciência do ser, que o diferenciara de ser orgânico para ser social. E é a partir do trabalho que o homem interfere na natureza e constrói as respostas para as necessidades que o cercam.

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo (como processo histórico-dialético) e das estruturas sociais a ele vinculadas, o trabalho do homem passa a ser “[...] um meio para satisfazer as necessidades fora dele”. Que para Marx (2010), tal estranheza “[...] evidencia-se aqui (de forma) tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste”. Nessas circunstâncias, o homem só se sente humano nas suas funções animal (comer, beber, procriar e morar), e torna-se um animal em suas funções humanas (MARX, 2010, p. 83).

A esse fato, Marx identifica a terceira forma de alienação do homem (a primeira é a alienação do objeto produzido pelo trabalhador; e a segunda é a alienação no interior do processo produtivo), qual seja: o não reconhecimento do homem enquanto ser genérico. Sendo assim, retoma-se o questionamento anterior, até que ponto as escolhas dos indivíduos, condicionadas por finalidades sociais específicas, são de fato escolhas livres?

Quando se depara com as pessoas em situação de rua, seja por falta de moradia, pela questão do desemprego, pela quebra e/ou fragilidade de vínculos familiares, deve-se sempre prevalecer esse questionamento. Aliado a isso, o uso de álcool e outras drogas intensifica, ainda mais, essa forma de alienação

apontada por Marx: o não reconhecimento do homem enquanto um ser genérico. As consequências, tanto psíquicas quanto físicas, que as drogas acarretam para seus usuários geram um retrocesso da possibilidade do ser de apreender sua condição de gênero humano, ou seja, ao homem é vedada sua capacidade de construir perguntas e respostas que atendam suas necessidades.

Por ser perversa, a droga, inserida nas condições materiais que fixam os seres dessa sociedade (capitalista) nas bases mais profundas da alienação, animaliza o homem, contribui para o retorno do ser a um estado biológico e retira as possibilidades do “pôr teleológico”, que fazem da espécie humana, um animal que se torna homem, ou seja, que se torna ser social.

Vale ressaltar, que prevalece a não consciência dos sujeitos e a não percepção de suas necessidades, o que limita, por conseguinte, sua capacidade de responder a essas necessidades. O intenso uso de drogas tem contribuído para o aumento da violência³⁰ e da agressividade dos usuários dependentes, ao mesmo tempo em que substitui as necessidades mais básicas do ser (alimentação, higiene, restabelecimento de vínculos e relações sociais).

E esse dado foi constatado durante as entrevistas com os usuários do Centro POP de Londrina, que reforçam essa substituição que as drogas, principalmente o crack fazem das necessidades básicas da vida humana.

[...] O que acontece? Nós já tem nossa dependência, ai na rua a gente tem que usar droga todo dia, porque a gente usa! É todo dia, toda hora, se tiver é o dia inteiro. Muitas vezes nós fica 4, 5 dias sem alimentação, por quê? Não é porque não ganha não, porque os outros dá! É porque o organismo não aceita alimentação. Então, é só através da droga, porque o organismo já é acostumado. Então, o que acontece? A droga já sustenta nois da fome, da sede, de tudo, do sono. Nós fica 3,4 dias sem dormir, por isso que muitas vezes nós vai emagrecendo, emagrecendo, mas é por causa disso [...] a droga sustenta tudo! (HÉLIO).

[...] Muitas vezes eu já andei descalço na rua, muitas vezes mesmo, não tenho vergonha de falar. Fiquei 10, 15 dias sem tomar um banho. Quase 5 dias sem comer. Então, vocês se transforma num bicho né cara, num monstro! Então tudo aquilo ali vai virando um pretexto para você se enfiar mais nas drogas né cara! “Ai já tô assim, então é assim que eu vou continuar [...]” (FRANCISCO).

³⁰ A questão da violência será abordada no Capítulo 2 deste trabalho, especificamente no item de avaliação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR).

Destaca-se a dureza desses relatos, sobretudo, porque os sujeitos demonstraram certo nível de consciência e profundidade em relação à realidade que os cerca, e em relação à situação a que estão expostos diariamente por conta do vício de drogas, tornando-se estas seu “sustento”.

A utilização do crack altera quimicamente a parte do cérebro responsável pelo chamado “sistema de recompensa”. O uso da droga estimula um neurotransmissor químico conhecido como dopamina, que possui a função de gerenciar o mecanismo de respostas químicas do corpo ao prazer. Os efeitos do uso do crack duram aproximadamente de 5 a 15 minutos, e após esse período, o usuário fica deprimido e desanimado. O que o faz buscar mais droga para consumir, instalando um ciclo vicioso ou padrão compulsivo de consumo (“fissura”) (BRASIL, 2013, p. 200)³¹.

Com o passar dos anos, o usuário torna-se mais resistente aos efeitos do crack, o que o leva a intensificar o consumo. As consequências ao usuário são inúmeras e devastadoras: depressão profunda, ansiedade, necessidade intensa de conseguir droga, irritabilidade, agitação (risco de infarto), exaustão intensa, comportamento agressivo, ruptura dos sistemas de autocontrole, perda de discernimento, problemas respiratórios agudos. Como o organismo passa a funcionar em detrimento da droga, o usuário quase não come ou dorme, e, em decorrência, os casos de desnutrição são muito comuns. Ocorre, ainda, a ausência de hábitos básicos de higiene e oscilações do humor, que dificultam a construção de relacionamentos afetivos. (OBSERVATÓRIO DO CRACK, 2010).

No Brasil, o crack³² passa a ser consumido na década de 1990. Inicialmente, ele se instalou em São Paulo e, atualmente, a droga chega aos usuários do país inteiro, como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, que contabilizaram aproximadamente 1,2 milhões de usuários, com idade média para o início do uso da droga a partir dos 13 anos.

O Observatório do Crack, criado a partir das pesquisas realizadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em 2010, realizou um

³¹ Para o aprofundamento dos conhecimentos sobre drogas no Brasil, a mestranda participou do Curso “Prevenção do Uso de Drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias”, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD) de agosto a novembro de 2013.

³² O crack é composto por uma mistura de cocaína e bicarbonato de sódio ou amônia. Por ter forma sólida, a forma de consumo se dá a partir da fumaça produzida pela queima da pedra (OBSERVATÓRIO DO CRACK, 2010).

mapeamento sobre o crack em 3.950 cidades (71% dos municípios brasileiros) dos diversos estados do país, no qual constatou-se que, dos municípios abrangidos pela pesquisa, 98% enfrentavam problemas com a presença do crack e outras drogas.

Um dos questionamentos do mapeamento sobre o crack nos municípios foi o nível (baixo, médio e alto) do consumo de drogas: 27,6% apontaram ser baixo o consumo de crack; 45,6% disseram que era mediano a utilização da droga; e 25,9% afirmaram ser alto o nível de consumo do mesmo nos municípios.

Para o Doutor Sergio Alarcon³³, a maior dificuldade que o crack coloca não é tratar os usuários compulsivos, mas combater a miséria que leva muitas pessoas a consumirem a droga (ANTUNES, 2013). Muitos estudos têm sido feitos nos últimos anos de forma a compreender tanto os índices e motivos do uso do crack e outras drogas, como as formas de tratamento e prevenção, mas pouco se tem avançado. Hoje em dia, além do tratamento da farmacoterapia, existem as comunidades terapêuticas, os tratamentos em grupos e aos familiares, além de atendimentos médicos específicos.

Das onze entrevistas feitas com os usuários do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR), constatou-se que oito pessoas iniciaram o uso de drogas após terem ido muito jovens para as ruas³⁴; dois entrevistados não mencionaram uso de qualquer substância química lícita ou ilícita, e uma usuária mencionou o desenvolvimento da dependência na fase de adolescente, trabalhando como cortadora de cana. Atualmente, dos nove usuários que mencionaram o uso de drogas, todos possuem a característica de dependência química³⁵, principalmente do crack. Durante a entrevista, ao serem questionados sobre qual era a maior dificuldade de estar em situação de rua, a maioria menciona ser o uso de drogas (ou no caso de Beatriz, a humilhação, por ela ser travesti, é potencializada pelo uso de drogas).

³³ Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz.

³⁴ No item 1.4, ficou claro que, na grande maioria dos entrevistados, o uso de drogas ocorreu posteriormente a ida para as ruas, quando ainda era crianças.

³⁵ Na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a dependência química é caracterizada pelos indivíduos que apresentarem três ou mais das seguintes manifestações: “forte desejo ou compulsão” para consumir a substância; “comprometimento da capacidade de controlar” o início, término ou níveis de uso; “estado fisiológico de abstinência”; “evidência de tolerância aos efeitos”; “preocupação com o uso” e “uso persistente”; ocorrendo conjuntamente por pelo menos um mês (SENAD/ UFSC, 2013),

Para mim a parte mais difícil de estar nas ruas é a droga [...]. Porque na rua assim, às vezes vocês estão com frio, às vezes você está com fome, aí você já é um usuário, igual eu... eu sou usuária faz quase 10 anos da minha vida [...]. Então hoje em dia para mim o que é difícil ficar na rua é isso: é você querer parar de usar droga estando na rua... isso é difícil (BELINDA).

O que é mais difícil, eu falo para você, é o uso da droga, porque igual eu falo, eu não sou uma pessoa boba né cara! Se a gente não for usar droga, e for querer pegar um caminho, há várias pessoas que vão querer ajudar a gente, há várias instituições, tanto instituições da Igreja, como tem pessoas que já conhecem, que já pegou uma coletividade comigo... Então quando as pessoas vê que eu tô na minha sobriedade, assim, eles gostam né meu! Eles gostam de conversar, eles gostam de ajudar, mas quando você tá na dicção mesmo, não quer saber de nada (FRANCISCO).

[...] a fome e a humilhação né, porque a gente é muito humilhado! Por você ser travesti você já é humilhado, mas quando você entra no mundo das drogas, a humilhação parece que é pior ainda sabe (BEATRIZ).

A história de Beatriz, diferentemente dos outros entrevistados, possui outro rumo em relação ao uso de drogas e a trajetória de rua. Ela conta que foi criada em Jaguapitã (PR) sem a mãe, pois seu pai batia muito nela, então, separaram-se. Beatriz morou com o pai e a madrasta até os 16 anos, depois disso conta que foi morar sozinha e trabalhar na lavoura (corte de cana). Passado alguns anos ela relata ter se envolvido com drogas, mais especificamente, com o crack: “[...] fui pedir apoio pra minha família, pra se internar e eles recusaram de me ajudar. E eu me envolvi muito sério com a droga. Daí pra eu escapar de lá de Jaguapitã, pra não acontecer coisa pior comigo né, eu vim pra Londrina” (SIC).

Para Helena, o vínculo com a sociedade (como mencionado no item anterior) rompe-se quando se está na rua, principalmente, quando se está na rua usando drogas. Seu companheiro Hélio (citado anteriormente) menciona uma série de dificuldades que a situação de rua traz (dias de chuva, banho), mas principalmente o intenso uso de drogas que substitui todas as necessidades básicas do dia a dia.

Já para Cauê, a maior dificuldade não é quando está usando drogas, mas quando ele está tentando evitá-las, algo que na condição de rua, torna-se muito difícil: “[...] quando eu tô assim sem as drogas, indo na Igreja [...] chega um bêbado, senta do seu lado [...] aí você fica meio assim [...]. Mas naquele momento, ele pode te embalar a beber ou ele pode te embalar a usar crack [...]” (SIC). Ananias, não comenta explicitamente ser a droga a maior dificuldade de estar nas ruas, mas indiretamente, percebe-se em sua fala que esse perigo está implícito, principalmente, na relação entre o tráfico e ter que permanecer na rua à noite:

Ah, tem muitas coisas que é mais complicada né! Como eu já to com 16 anos de rua já, pra mim é tudo igual né! [...] Escapo muitas vezes da morte, essas coisas ai. Uns dias atrás, tinha um carinha que queria matar eu por causa de 260,00 só! Um traficante lá! Fiquei uma semana fugido, depois voltei lá falei com ele e já tá tudo resolvido.

[...]

A vida é o seguinte: ela te traz coisa boa, mas te traz coisa ruim também né. Se você saber lidar, você escapa, você vai sair do desfiladeiro ali. Agora, se você não sabe, você pode cair em alguma cilada da vida né! O mais ruim é sobreviver à noite. Que o dia, o dia é fácil! Mas o ruim é a noite, porque, isso é até bíblico, que fala que a noite é o maligno, porque tudo o que é errado só acontece à noite. É assassinato... [...] por causa do quê? Porque a noite é a treva. [...] mas eu, graças ao meu poderoso Senhor, eu aprendi a lidar com a vida, não é?! Porque é igual um cego. Um cego, ele não enxerga, mas ele anda pra tudo quanto é lugar. Deus ensina a viver com o que você precisa. No meu caso que tá na rua, essas coisas, ele precisa de tê um sentido pra detectar alguma coisa, tipo um radar ali (ANANIAS).

A fala de Ananias é muito expressiva e pode ser comparada ao intenso diálogo que o personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa (1984), estabelece com o leitor. Em sua travessia pelas veredas dos “Gerais”, ele defronta-se, a todo o momento, com a presença do “maligno”, do “sujo”, do “coxo”³⁶, etc., e, usa da fé para enxergar o belo, o possível, a travessia que existe nisso tudo. Nas palavras de Riobaldo:

O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear o dia. (ROSA, 1984, p. 244).

Em relação ao tráfico de drogas, citado por Ananias, Zaluar (2004, p. 48) explica que este, cresce em meio ao Estado, representante da força e da violência legítimas, e ao mercado, fonte de concentração de lucro. Para a autora, “O caráter institucional e legítimo, tanto de um, quanto de outro é também profundamente abalado”, a partir do intermédio desse “comércio”.

Já Brites (2014, p. 48) menciona os danos à saúde “[...] em face da ausência de controle público sobre a produção, a distribuição e o consumo das drogas ilícitas”. O que faz com que o mercado consumidor brasileiro de drogas ilícitas se torne um subproduto da política proibicionista, mais conhecida como “Guerra às drogas”, de orientação norte-americana.

³⁶ Nomes utilizados pelo personagem Riobaldo para se referir ao demônio.

A autora ainda completa que o uso de drogas e as atividades criminosas relacionadas ao narcotráfico “[...] assumem contornos mais dramáticos no contexto de crise do capitalismo contemporâneo, marcado, entre outros aspectos, pelo desemprego estrutural, aumento da desigualdade, da violência e sucateamento das políticas públicas” (BRITES, 2014, p. 50).

Ananias tenta desconstruir a situação de perigo mencionada, relatando que pior que isso é ter que sobreviver na rua, no período da noite. O usuário personifica essas vulnerabilidades citadas, por meio da influência do “maligno”, da noite enquanto “treva” e, encontra na presença de Deus seu conforto e a coragem necessária para não “cair nas ciladas da vida”, tornando-se seu “radar”, sua proteção

Francisco, em seu relato expõe de forma nítida o que foi abordado até aqui, tanto no que tange às escolhas dos indivíduos dependentes não serem escolhas livres, quanto à questão dos indivíduos, enquanto sujeitos históricos. Percebe-se na fala que segue a dificuldade de Francisco em administrar o salário que recebe, em face de sua dependência:

[...] hoje eu tenho um problema maior que é meu vício né! Então, eu acho assim que tá mais difícil para quem vive na rua [...] porque muitas pessoas que tá na rua hoje tem uma família tem uma história, já teve uma vida né meu, teve trabalho. Igual eu mesmo tenho uma profissão, aprendi também no decorrer desse tempo que eu desisti do crime né cara. Então, eu tive que me virar de alguma forma [...], eu sou jardineiro, paisagista. [...] Tenho essa profissão, mas não consigo me afirmar nele né! [...] é difícil quando você se esforça um mês ali para trabalhar, um mês se dá seu sangue né cara. Ai cê vira outra pessoa né meu! Mas quando você pega o dinheiro parece que... [...] Eu não queria estar nessa vida, eu tenho me esforçado para sair dela, tenho mesmo e Deus sabe disso! (FRANCISCO).

A relação pessoas em situação de rua versus mercado de trabalho ganha uma dimensão para além do dever ou da vontade de trabalhar. A necessidade do trabalho foi algo expresso pela grande maioria dos sujeitos entrevistados. No entanto, falar em “inserção” no mercado de trabalho para as pessoas em situação de rua (muitos dependentes químicos) é algo que ultrapassa apenas a vontade de trabalhar ou a ausência de oportunidades de trabalho. Muitas vezes, os sujeitos “não dão conta” (por diversos fatores, como foi exposto anteriormente) de conciliar, por exemplo, o tratamento contra as drogas e sua manutenção no trabalho, ainda que este seja de caráter informal. Sobre esse fato, a Assistente Social e coordenadora do Centro POP de Londrina, explica que:

[...] com relação à população em situação de rua [...] é muito difícil passarmos uma régua aí e dizer: “ah estão aptos ou não estão aptos”. Porque atendemos um público muito diversificado. Aquele público que está há muito tempo na rua, os mais antigos que já estão aí há 15, 20 anos em situação de rua, em que há a dependência química, principalmente o alcoolismo. [...] o mundo do trabalho exige uma série de disciplinas e de possibilidades de se relacionar, que hoje eles não conseguem mais, e eles estão, quase que cronicamente envolvidos com a questão do álcool. E a gente atende uma população mais jovem, fruto um pouco dessa dependência do crack. [...] Muitas vezes esses não tiveram a relação com o mundo do trabalho, porque não chegou ainda a hora deles criarem essa rotina e chegarem a criar os hábitos e atitudes que quando você vai pro trabalho você acaba desenvolvendo. Então, eu vejo que eles têm muitas questões anteriores para serem resolvidas antes pensarmos na questão do mundo do trabalho.

A partir desses relatos e do que foi abordado neste item, aponta-se que a percepção do real deve ir além da aparência, permitindo alcançar a compreensão do desenvolvimento ontológico da realidade que engloba o movimento histórico concreto inserido no processo de constituição do ser social, chegando-se a sua essência.

Um dos grandes desafios para o serviço oferecido no Centro POP de Londrina é conseguir atender o que, de fato, é fundamental para o usuário. É necessária uma maior articulação com os serviços da saúde, para se pensar coletivamente alternativas e ações que sejam direcionadas a partir de uma perspectiva crítica sobre a dependência química.

Captar a importância que as possibilidades materiais concretas possuem para a existência do ser, em vista da concretização da sua liberdade que visa responder às suas necessidades, torna-se fundamental para refletir sobre a questão da dependência e o impacto que ela possui na realidade das pessoas em situação de rua, e em todas as esferas da vida. Uma das mediações que explicam esse processo, na sociabilidade burguesa é a construção de relações reificadas e de outras expressões da “questão social” que contribuem para as dificuldades crescentes na autocriação do ser social.

Sendo assim, o caminho aqui proposto é a luta por políticas e instituições públicas de qualidade para o tratamento de drogas, principalmente as clínicas de reabilitação na perspectiva da redução de danos e, a partir disso, o incentivo da construção do processo de consciência, ainda que limitada, pela própria alienação do homem inserido nas relações alienantes que vão sendo estabelecidas e que marca a sociedade capitalista. Esse processo é fundamental para que os

usuários dependentes possam apreender as necessidades que os põem em movimento, e que possibilitam sua intervenção na realidade.

Uma grande falha existente no interior das políticas públicas de combate e prevenção do uso de crack e outras drogas, salvo seus avanços e conquistas, é justamente a ausência de uma reflexão sobre as bases histórico-sociais concretas que fundam os sujeitos dependentes.

O desafio, sem dúvida, é enorme, mas não impossível. Lado a lado com as conquistas e retrocessos que marcam o cotidiano daqueles que lutam contra a dependência, e que lutam contra a dependência em situação de rua, é necessário um novo caminho interventivo: atividades que possibilitem aos sujeitos o despertar de suas necessidades reais e de sua capacidade para responder a tais necessidades. É claro que tal alternativa não desmerece e nem desqualifica o tratamento farmacoterapêutico, que também é necessário, principalmente para o processo de abstinência, mas é necessário ir além do tratamento psicomedicamentoso existente atualmente (principalmente dentro das Comunidades Terapêuticas).

Os dados apresentados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ainda que fundamentais, colaboram, entretanto, para espalhar o “pânico social” que o crack tem causado no país. Tarcísio Andrade, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que muitas prefeituras vêm usando o “perigo do crack” para garantir para seus municípios a verba do governo federal de combate ao mesmo. Seria esse o motivo pelo qual, o estudo feito pela CNM ter apontado que 98% dos municípios têm problemas com esta droga. Tal prática, além de intensificar as especulações sobre o seu uso (que tendem a criminalizar os usuários), muitas vezes nada contribuem para a intervenção real via políticas e instituições públicas (ANTUNES, Brasil de Fato, 2013).

Ressalta-se, por fim que, em nenhum momento se quer aqui culpabilizar o sujeito dependente, muito menos afirmar de uma vez por todas que toda pessoa em situação de rua é usuária de droga. Pelo contrário, quando se compreende esse percurso ontológico percorrido e construído pelos homens no seio dessa sociedade, é possível que haja a não culpabilização dos usuários de sua condição de dependentes (e nem da família), cujas escolhas não são livres, mas condicionadas por determinantes socioeconômicos e políticos-culturais. A fala de Francisco retrata esse processo:

Hoje eu vejo que muitas pessoas estão na rua, não por problema em casa, por problema da droga mesmo né! Que eles já viraram um problema né! Eu no meu caso, eu não era um problema! O problema era... [...] meu pai, meu finado pai. Eu não gosto de julgar ele, mas às vezes, o problema era ele né cara! Porque eu era uma criança. Mas hoje em dia as pessoas já viraram um problema pra família [...]. Porque igual hoje em dia mesmo, eu tenho minha irmã, eu tenho minha mãe, posso falar que elas estão até estabilizadas. O que elas não podiam me dar quando eu era criança, talvez hoje... hoje elas tem condições de me dar, mas hoje eu não me vejo na condição de ficar com elas por causa do meu vício né meu! (FRANCISCO).

Quando Francisco diz ter se tornado um “problema” após desenvolver a dependência, mas que o problema anterior era seu pai que, por ser usuário de álcool era violento com ele, com a mãe e irmãos, demonstra que a percepção ontológica que envolve todo o processo explicitado neste item, da constituição do ser até sua alienação enquanto gênero humano permite construir possibilidades para que esse sujeito compreenda sua história sem culpabilizar seu pai, que também não era o problema. Eles são partes de um todo complexo e em constante movimento, que é contraditório e desigual.

A construção do processo de consciência (ainda que limitada) permitirá aos sujeitos reconhecerem suas necessidades e sua capacidade de enfrentá-las. Os atendimentos públicos especializados (Centro POP), por conseguinte, tornam-se essenciais, porque contribuem para que consigam (ou pelo menos tentem) alcançar essa resignificação, por mais que existam as limitações econômico-sociais e político-culturais, já mencionadas neste trabalho.

Muitas pessoas que estão (ou estavam) em situação de rua nas principais cidades do país retratam esse processo avassalador causado pela reestruturação produtiva. Ao contrário de outros segmentos da sociedade que necessitam e têm acesso aos mecanismos de proteção social, ainda que com mais intensidade após a Constituição de 1988, as medidas de proteção para a população em situação de rua vieram mais tardiamente³⁷.

As ações da assistência social, que se iniciaram com a Lei Brasileira de Assistência (LBA) não estiveram voltadas à população em situação de rua, uma vez que o Sistema de Proteção Social brasileiro foi fundamentado pelo trabalho formal e, essa forma de enfrentar as expressões da “questão social” pelo

³⁷ Uma das medidas de proteção públicas pioneiras foi a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997 (instituída pelo Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001). Dispõe da obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua da cidade de São Paulo.

Estado, não englobavam nem aqueles que não possuíam carteira de trabalho, muito menos aqueles que viviam nas ruas.

As ações públicas de caráter nacional, voltadas para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua são ainda recentes, e essa população não está incluída da contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso, um dos principais marcos dessa atenção³⁸ foi a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua³⁹, em 2008, que culminou com a criação da Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua, que será citada no próximo capítulo.

O intenso uso de drogas (principal motivo da ida para as ruas de acordo com o I Censo de 2008) está cada vez mais inserido do cotidiano das pessoas em situação de rua (salvo a relação entre estar na rua e fazer uso de droga, pois um não é sinônimo do outro), principalmente o crack.

Aliado a isto está a questão da internação compulsória que vem ganhando destaque nas ações de prevenção do uso do crack e outras drogas (mais precisamente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro), e tem gerado polêmica em torno daqueles que são contra e daqueles que são a favor desse tipo de internação.

Essas e outras formas de “combater” as “mazelas” da sociedade, e mais precisamente o uso da droga, têm retratado processos de higienização nas cidades brasileiras, e a população em situação de rua (inclusive crianças e adolescentes), tem sido o alvo principal dessas ações. Como visto anteriormente, no país a violência sempre esteve presente no padrão de respostas públicas à “questão social”, e é evidente que da Nova República para cá, algumas práticas permanecem inalteradas.

A grande questão da internação compulsória, além do desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, principalmente para a população em situação de rua, é a falta de instituições públicas de tratamento contra as drogas e

³⁸ Vale destacar que, em âmbito nacional, a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi alterada pela Lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005 que acrescenta serviços de atendimento a esta população; além já fazer parte anteriormente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004.

³⁹ O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População de Rua foi realizado pelo Instituto Meta e abrangeu 71 cidades brasileiras, sendo que 48 eram municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre não entraram na pesquisa, pois já haviam feito ou estavam fazendo pesquisas semelhantes.

de vagas sociais nas instituições privadas, além de desqualificar a rede pública de atenção à saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Portanto, a população em situação de rua torna-se “expressão radical da questão social na contemporaneidade”, seja pela questão do desemprego que empurra milhares de pessoas para as ruas, seja devido a outros tipos de situações (dependência química, rompimento dos vínculos familiares, entre outros motivos) que não se desvinculam do próprio modo contraditório de ser do capitalismo. A partir do que foi exposto até aqui, no próximo Capítulo foram feitas as aproximações com as normativas do Centro POP, continuando com a reflexão dos aspectos particulares que cercam a realidade da população em situação de rua, atendidas por aquele Serviço em Londrina.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E O CENTRO POP: identificando a realidade de Londrina (PR)

“A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por quê, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”.

Guimarães Rosa.

Neste segundo e último capítulo, destacou-se o perfil da população em situação de rua no Brasil e os principais resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua do Brasil (2008). Em seguida, foi apresentada a trajetória de construção da Política Nacional sobre População em Situação de Rua, que culminou com o surgimento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Após esse contexto nacional, as análises e reflexões foram trazidas para a realidade de Londrina (PR), foco deste trabalho. Foram apontados, então, os caminhos de atendimento àquela população no município, antes e depois da proteção social pública, permeadas pelas falas dos sujeitos que relataram como foi suas aproximações com o universo da rua.

Por fim, os relatos dos sujeitos participantes da pesquisa são organizados para dar concretude ao objeto deste trabalho: a análise do serviço do Centro POP de Londrina, a partir da perspectiva do usuário. Assim, suas falas trazem a aproximação inicial com o serviço, as mudanças que observaram no mesmo ao longo dos anos e suas opiniões e ideias de mudanças e melhorias para o Centro POP. Este capítulo se encerra com as fotografias que foram retiradas pelos usuários no espaço do equipamento, e seus principais significados para o contexto do trabalho.

2.1 QUEM SÃO ELES: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

De 2007 para 2008 foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em situação de Rua, um trabalho feito por meio da parceria entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

O censo foi importante para a população em situação de rua, haja vista que esta população não é incluída nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundamentalmente porque a coleta dos dados dos censos é de base domiciliar⁴⁰.

Segundo Sposati (2010), “[...] saber quantos e quem são aqueles em situação de rua significa transitar das esferas das individualidades para a esfera coletiva da população. É o início do reconhecimento que poderá levar à restauração da identidade social”. (SPOSATI, 2010, p. 193).

No I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua executado pelo Instituto Meta, abrangendo 71 cidades brasileiras (dentre elas Londrina – a pesquisa sinalizou 296 pessoas em situação de rua neste município diante de uma população de 497.833, pela contagem do IBGE de 2007), sendo que 48 eram municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independente do seu porte populacional. Vale ressaltar que São Paulo⁴¹, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre⁴² não entraram na pesquisa, pois já haviam feito ou já estavam fazendo pesquisas semelhantes.

Nessa pesquisa foram identificados 32.922 adultos⁴³ em situação de rua nas 71 cidades brasileiras. Para tanto, foram visitados, albergues, abrigos e casas de passagem ou de apoio, além de outras instituições que recebem a população em situação de rua, como hospitais, clínicas e casas de convivência. Também foram consideradas na pesquisa aquelas pessoas que têm casa própria,

⁴⁰ Dilma Rousseff, atual Presidente do país, anunciou no quarto Natal Solidário dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo (2013), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará o primeiro censo de contagem nacional da população em situação de rua, englobando todos os estados brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, online, Revista Exame).

⁴¹ No início de 2009 até abril de 2010 (SCHOR; VIEIRA, 2010) houve um recenseamento da População em Situação de Rua, na cidade de São Paulo, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAC-USP), obtendo-se um resultado de 6.587 moradores de rua e 7.079 em situação de acolhida, totalizando 13.666 pessoas em situação de rua.

⁴² Em 2007, um estudo realizado pela UFRGS/ LABORS, encontrou 1.203 adultos em situação de rua. Em 2011 foi realizado o Cadastro Censitário da População em Situação de Rua de Porto Alegre, com a participação de 1.347 pessoas em situação de rua, desta capital. Para mais informações do perfil da população em situação de rua encontrado nesse estudo, consultar Dornelles, Obst e Silva (2012).

⁴³ O número absoluto desta população, nas referidas cidades, foi calculado com base em pessoas com 18 anos completos ou mais e de ambos os sexos. As crianças em situação de rua somente foram contadas quando o adulto entrevistado declarou ser responsável por alguma criança ou adolescente na rua ou em alguma instituição.

alugada ou de parentes no interior ou em local afastado do centro da cidade e que por motivos de trabalho dormem nas ruas uma ou mais vezes na semana.

Não foram consideradas na pesquisa, pessoas que ocupam prédios abandonados há mais de cinco anos, com características de razoável estrutura (divisórias de alvenaria, uso de luz elétrica, equipamentos domésticos, etc.). Foram também desconsideradas as pessoas moradoras de favelas; os chamados “programas de aluguel social” e os beneficiários do “programa de pensão social” (VEIGA; QUIROGA; PEREIRA, 2010, p. 19-20).

Sendo assim, a partir dos dados do Censo (VEIGA; QUIROGA; PEREIRA, 2010), identificou-se que o sexo masculino é predominante neste segmento populacional (82%) e a população em situação de rua é predominantemente jovem, encontrando-se em idade economicamente ativa, com maior concentração de mulheres nos grupos etários mais baixos (31,06% das mulheres em situação de rua possuem entre 26 e 35 anos). Cerca de 20% das mulheres entrevistadas declararam ser responsáveis por alguma criança e/ou adolescente nas ruas e/ou abrigos.

A vida das mulheres em situação de rua envolve complexidades um pouco diferenciadas em relação à vivência de rua dos homens, principalmente no que diz respeito à violência. De acordo com Novo e Quiroga (2010), muitas mulheres travestem-se a fim de evitar ou reduzir as chances de sofrerem violência nas ruas, principalmente as sexuais.

Em relação ao perfil dessas mulheres, grande parte delas, de acordo com o Censo (2008) estudou até a 4ª série fundamental (45,87% em comparação aos 42,14% dos homens) e apenas 2,28% concluiu o ensino médio. Outra questão que merece destaque é a trajetória dessas mulheres por instituições prisionais e/ou de saúde: 21,4% afirmaram que já estiveram em hospital psiquiátrico (contra 15,9% dos homens); 20,5% em casa de recuperação para dependentes (em comparação a 29,5% dos homens entrevistados) e, por fim, 79,2% das mulheres afirmaram já terem passado por algum hospital, em relação a 46,8% dos homens.

Um dado interessante que o Censo (2008) traz que cruza com a trajetória de vida de uma usuária do Centro POP de Londrina, entrevistada para esta pesquisa, é que o baixo número de mulheres permanecendo nas ruas indica que, a grande maioria das mulheres vivendo sob as mais variadas formas de desproteção, ainda prefere permanecer em alguma (ou na sua) casa.

Este foi o caso de Helena, que pode ser visto no capítulo anterior. Ela só opta pela rua, depois que todos os seus filhos já haviam sido retirados, e após ter perdido sua casa, por conta de uma fraude cometida por uma vizinha. A usuária, ainda passa pelo processo de ir morar, após ter perdido sua casa, com os familiares do seu companheiro (Hélio), e só a partir do envolvimento com as drogas (vício este, admitido por ela com muito sofrimento, pois compreende que o mesmo surgiu em virtude de todo esse movimento de sua história de vida), é que ela passa a viver entre as ruas e os abrigos de Londrina, juntamente com Hélio, e por influência deste.

Quando perguntadas sobre as razões de terem ido para as ruas, a principal razão indicada por 22,56% das mulheres é a perda da moradia, seguido de problemas familiares (21,92%), alcoolismo e drogadição (11,68%) e o desemprego (8,8%). (NOVO, QUIROGA, 2010, p. 160).

Um dado interessante, sobre a questão da desigualdade de gênero evidenciada na pesquisa nacional, e que não será possível ser aprofundado neste trabalho; refere-se à questão do trabalho com carteira assinada. Mesmo na condição de “mulheres em situação de rua”, pois essa problemática é levada “da casa para as ruas”, do “privado para o público”, mudando apenas as forma de sobrevivência; os dados mostraram que, apenas 26,4% das mulheres entrevistadas disseram ter trabalhado com carteira assinada, por pelo menos uma vez na vida, contra 52,2% dos homens.

Desse modo, é possível observar que a vida nas ruas, tanto para os homens, quanto para as mulheres refletem as situações que os “empurram” em algum determinado momento de sua trajetória para fazer das sarjetas, marquises, viadutos, etc., seus espaços de moradia e sustento. Entretanto, existem algumas diferenças: a violência a que estão sujeitos homens e mulheres em situação de rua é mais ameaçadora para as mulheres, principalmente a sexual; também é presente o sentimento de cuidado com os filhos, com a casa, que historicamente foi direcionado às mulheres. Este fato pôde ser comprovado a partir do principal motivo que levou as entrevistadas do Censo (2008) a ir para as ruas. Diferentemente do dado geral (homens e mulheres), a maioria das mulheres que foram para as ruas alegaram ter ocorrido após a perda da moradia, dado este que cruza com a história de vida de Helena, usuária do Centro POP de Londrina.

Continuando com os dados do perfil geral da população em situação de rua, sobre a distribuição de raça/cor, 39,1% dos entrevistados (homens e mulheres), declararam-se pardos; 29,5% brancos e 27,9% pretos. Assim, a proporção de negros (pardos somados aos pretos) é igual a 67% dos entrevistados. Restringindo aos dados femininos apenas.

Dos entrevistados do Censo (2008), 63,5% não concluíram o primeiro grau; 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assina o próprio nome. A grande maioria (95%) não estava estudando no momento da realização da pesquisa, sendo que apenas 3,8% afirmaram estar fazendo algum curso.

Com relação à trajetória de rua, os dados da pesquisa mostraram que, como citado no Capítulo 1 deste trabalho, os principais motivos apontados pelos entrevistados foram: problemas com alcoolismo e/ ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/ mãe/ irmãos (29,1%). A maioria dos entrevistados (51,9%) possui algum parente na cidade em que se encontra, sendo que 38,9% não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato por períodos espaçados. Um dado interessante, apontado na síntese dos resultados colhidos, está relacionado à questão da rua como sinônimo de liberdade:

Considerando as razões apontadas, há uma que não aparece expressivamente nos relatos, mas que merece ser destacada: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões de permanência na rua. Após vivenciar a situação de “liberdade” que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor (SAGI/ MDS, 2010, p. 87.).

Esse dado apontado também está presente nas falas de alguns dos sujeitos participantes da pesquisa realizada no Centro POP de Londrina, ainda que a questão da escolha ou opção de permanecer na rua não seja uma escolha livre, como foi constatado no Capítulo 1, no item sobre a relação dessa população com o uso de drogas. Mas o “preferir” estar na rua ao invés de vivenciar certas situações e/ou conflitos sociais e/ou familiares é nítido das falas de Belinda, Abel, Ananias, Isac e Francisco, como pode ser analisado no capítulo anterior.

A sensação de acolhida e de “socorro” (mediante o acesso aos direitos), quando a possibilidade de “liberdade” não dá conta de atender às necessidades dessas pessoas, aparece então, por meio dos serviços. Já dizia Riobaldo em “Grande Sertão: veredas”, “[...] liberdade – aposto – ainda é só alegria de um caminhozinho, no dentro do ferro de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, no encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer”. (ROSA, 1984, p. 235).

No Censo (2008), foi constatado ainda que, é crescente o número de pessoas em situação de rua do próprio Estado, quando não, da própria capital. Parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente, ao passo que 30,3% se deslocaram de um município dentro do mesmo Estado. Sendo assim, 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado.

Percebe-se também que é crescente o tempo de permanência nas ruas desta população, 48,4% está nas ruas há mais de 2 anos; cerca de 30% está nas ruas há mais de 5 anos. Com relação a pernoite, 46,5% dos entrevistados preferem dormir nas ruas, enquanto 43,8% preferem pernoitar nos albergues. As razões citadas pelos entrevistados da preferência pela rua são: falta de liberdade nos albergues (44,3%); 27,1% apontaram a saída e demais rotinas, e por fim a questão da proibição do uso de álcool e outras drogas (21,4%). Dos entrevistados, 20,7% alegaram ter dificuldade de conseguir vagas nos abrigos, sendo este o maior obstáculo para permanecerem nos mesmos, o que também foi constatado nas falas no usuários do Centro POP de Londrina (PR), como poderá ser visto mais adiante.

A falta de documentação e referência de moradia pode ser considerada como o principal dificultador do acesso dessa população a diversas políticas sociais existentes atualmente. Dos entrevistados no Censo (2008), 24,8% estavam sem quaisquer documentos de identificação, sendo que 58,9% não possuíam carteira de identidade.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado nos Centros POP possui como uma de suas atribuições, o acesso da população em situação de rua à documentação pessoal. Este fato vem ao encontro da demanda identificada no Censo em relação aos documentos de identidade.

O Censo também mostrou que a população em situação de rua é formada por trabalhadores, uma vez que 70,9% exercem alguma atividade

remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre as atividades foram encontradas: catador de materiais recicláveis (27,5%); “flanelinha” (14,1%); trabalhos na construção civil (6,3%); limpeza (4,2%) e carregador/ estivador (3,1%). Dos que alegaram ter trabalhado com carteira assinada alguma vez na vida, 50% afirmou ter sido há mais de 5 anos, e 22,9% a mais de 2 anos. Por fim, 30% das pessoas entrevistadas afirmaram ter algum problema de saúde, e os problemas mais citados foram: hipertensão (10,1%); problema relacionado à saúde mental (6,1); diabetes (5,4%) e HIV/ AIDS (5,1%). Esses dados refletem as más condições de vida dessa população exposta às diversas violações dos direitos humanos.

A partir dos dados apresentados, pode-se concluir que são complexas e múltiplas as determinações que compõem a realidade daqueles que fazem das ruas seus espaços de moradia e luta pela sobrevivência. As políticas e os serviços públicos destinados a essa população se fazem então, não só essenciais, mas fundamentais, e o Centro POP, enquanto espaço de referência, tanto para o acesso a alguns desses serviços, quanto para a construção do diálogo com seus usuários, é mais do que uma conquista, é o caminho do direito como possibilidade. Nos próximos itens será feita uma análise, a partir desse perfil geral, aproximando-se com a realidade de Londrina (PR), e das diversas questões levantadas pelos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, sobre o serviço oferecido pelo Centro POP do referido município.

2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E NORMATIZAÇÃO

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) foi instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que também institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-RUA) da referida Política. Sob responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Justiça, da Saúde, da Educação, das Cidades, do Trabalho e Emprego, do Esporte e da Cultura; esta política foi pensada, formulada e implementada depois de muitas discussões e juntamente com a presença do

Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)⁴⁴ e representantes da sociedade civil.

As esperanças e lutas dos diferentes grupos existentes na sociedade (principalmente os movimentos sociais) levam a diferentes resultados históricos. A organização do Movimento Nacional da População em Situação de Rua se deu justamente pela crescente violência contra essa população e pela ausência de políticas públicas que a contemplasse.

A construção da PNPR teve início no I Encontro Nacional de População de Rua, em 2005, organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MDS. Nesse Encontro, estiveram presentes representantes dos municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não governamentais. A partir das demandas apresentadas nesse Encontro foi aprovada a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas em situação de rua, e que altera o Parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Em 2006, o Decreto Presidencial institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob a coordenação do MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. Com as informações do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008), em 2009 ocorreu o II Encontro Nacional sobre População de Rua, que dentre outros encaminhamentos valida a PNPR (BRASIL, 2011).

Como princípios estabelecidos por esta Política, destacam-se: respeito à dignidade da pessoa humana; direito à convivência familiar e comunitária; valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalizado; e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009a).

⁴⁴ O Movimento Nacional da População de Rua é composto por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua e que se põe em movimento pela conquista de direitos que a elas são negados. O Movimento surgiu depois de um episódio que ficou conhecido como “Chacina da Sé” em agosto de 2004, no qual sete moradores de rua foram assassinados. O Movimento foi lançado oficialmente no 4º Festival do Lixo e Cidadania, realizado em 2005. Sobre o Movimento e sua luta por políticas sociais, consultar REIS (2011).

No artigo 7º, do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, está previsto a criação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Estes Centros pertencem à Proteção Social Especial de Média Complexidade, contida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa⁴⁵, com competências e atribuições definidas, destinadas ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos ameaçados ou violados.

Em 2009 também foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Este documento tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais, os destinados à população em situação de rua. Ao tratar dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, instituiu-se o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prevendo como locus de sua oferta os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP). Além do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o Centro POP poderá também ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social.

Segundo as orientações do MDS sobre o Centro POP, nestes Centros deve haver um espaço de referência para o convívio social, grupal e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Deve ainda proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, mobilização e a participação social. A implantação do Centro POP deve, obrigatoriamente, constar no Plano de Assistência Social a ser submetido ao Conselho de Assistência Social do município ou Distrito Federal (BRASIL, 2011).

Dentre as diversas etapas que compõem o planejamento para a implementação do Centro POP, de acordo com aquelas orientações, destaca-se “Elaboração de projeto técnico-político da Unidade” que aborde aspectos de seu funcionamento interno; serviço(s) ofertado(s); metodologia de trabalho que será

⁴⁵ A Proteção Social Especial de Média Complexidade está inserida dentro das Proteções Afiançadas (Proteção Social Básica e Especial) na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. A Proteção Especial se divide entre Proteção Social de Média e de Alta Complexidade e engloba os respectivos serviços especializados.

adotada pela equipe; relacionamento com os usuários, com a rede e com a comunidade. O texto elaborado pelo MDS ressalta que esse projeto deve ser realizado coletivamente, envolvendo a equipe técnica da unidade, os representantes da gestão da Política de Assistência do município, além da participação dos usuários (BRASIL, 2011, p. 46).

Dessa forma, destaca-se aqui a importância dessa avaliação e análise trazida tanto pelos profissionais que compõem o quadro técnico da Unidade e do órgão gestor, quanto dos usuários que utilizam esse serviço. Esta pesquisa entende que, devido aos diversos fatores existentes no cotidiano do trabalho realizado, muitas vezes, a participação dos usuários nesse processo não é contabilizada, ainda que seja fundamental, inclusive como mecanismo de avaliação.

Com relação à estrutura física para o efetivo funcionamento da Unidade, o Centro POP deve possuir espaços para atendimento em condições de privacidade e sigilo; adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza; segurança dos profissionais e público atendido; acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, etc. (rampas da calçada à recepção, bem como acesso adaptado às salas de atendimento, aos banheiros adaptados, etc.; placas de identificação em Braille; suporte profissional com domínio em Libras); espaço reservado para a guarda de prontuários (mesmo eletrônico) com acesso restrito aos profissionais devidamente autorizados (BRASIL, 2011, p. 48).

No que tange à infraestrutura da Unidade, o Centro POP deve dispor de espaços para: recepção e acolhida; sala de atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas; sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos; salas e outros espaços de atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio; higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive); banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; lavanderia com espaço para secagem de roupas; refeitório; guarda de pertences, com armários individualizados⁴⁶ (BRASIL, 2011, p. 49).

É necessário ainda o acesso da população em situação de rua por meio do serviço ofertado no Centro POP à Política de Segurança Alimentar e

⁴⁶ Dependendo da realidade local, a Unidade deverá dispor, ainda, de espaços para guarda de animais de estimação em adequadas instalações; almoxarifado ou similar, sala de computadores para uso dos usuários, etc.

Nutricional existente no território, como os Restaurantes Populares e as Cozinhas Comunitárias. Cabe à equipe da Unidade a orientação dos usuários e a articulação dos meios necessários para garantir esse acesso.

O Centro POP deverá estar aberto ao público, necessariamente nos dias úteis, no mínimo cinco dias por semana, durante oito horas diárias, garantida a presença, nesse período, de equipe profissional essencial. A Unidade deve possuir a capacidade para atendimento mensal de até 80 casos (família/indivíduo) (BRASIL, 2011, p. 51-52)

Em consonância com a NOB/RH/2006, e com a Resolução do CNAS nº 17/2011, recomenda-se para o acompanhamento de 80 casos (família/indivíduos), a seguinte equipe de referência para compor o quadro de recursos humanos do Centro POP: uma coordenadora, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um técnico de nível superior, preferencialmente na formação de Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional; quatro profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social, e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades; e dois auxiliares administrativos⁴⁷ (BRASIL, 2011, p. 53).

As orientações de funcionamento do Centro POP ainda dispõem sobre a capacitação permanente dos recursos humanos da Unidade e do registro das informações para monitoramento. Sobre o monitoramento e avaliação do Centro POP, destaca-se:

Pelo monitoramento cotidiano, por vezes, é possível verificar a necessidade de mudanças de rumo e alterações no planejamento das ações e dos processos de trabalho, visando garantir a qualidade do serviço prestado. É importante, portanto, que se construa no Centro POP um ambiente facilitador da avaliação conjunta dos processos de trabalho e das ações desenvolvidas, que permita olhar para o trabalho desenvolvido e aprender com as experiências mal sucedidas (BRASIL, 2011, p.62).

Sendo assim, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve ser ofertado de forma obrigatória nos Centros POP. Esse serviço tem por finalidade assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

⁴⁷ Também é recomendado que as pessoas que estão em processo de saída das ruas possam contribuir com suas experiências e vivências na realização das atividades do Centro POP.

As orientações do MDS também apontam para uma maior articulação com outras políticas públicas (saúde, educação, habitação, etc.), pois o acesso da população em situação de rua a estas políticas também é precário, quando não, inexistente, o que é potencializado pela complexa realidade na qual esta população está inserida.

O serviço deve ainda proporcionar a inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal⁴⁸; deve dispor de registros próprios de dados dos usuários atendidos de forma a possibilitar a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência; e, quando necessário, o serviço deve promover o acesso à documentação pessoal.

O Serviço Especializado, em consonância com os conceitos e bases do SUAS é estruturado a partir de alguns eixos norteadores responsáveis por orientar o trabalho e a atuação profissional, a saber: 1) “Ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação”; 2) “Atenção especializada e qualificação do atendimento”; 3) “Acesso aos direitos socioassistenciais”; 4) “Trabalho em rede”; 5) “Relação com a cidade e realidade do território”; 6) “Mobilização e participação social”⁴⁹ (BRASIL, 2011, p. 68).

Direciona-se uma atenção especial aos eixos 2, 3 e 6, ressaltando que a “atenção especializada e qualificação do atendimento” (eixo 2) visa à necessidade dos profissionais buscarem conhecimentos mais específicos sobre a complexa realidade de vida da população em situação de rua. Para tanto, faz-se necessários atendimentos individuais e interdisciplinares que consigam, de fato, responder às demandas desse público. Isso requer formação e capacitação permanente da equipe da Unidade. E, nesse âmbito, este trabalho traz à tona a importância do olhar atento para com a realidade social mediatizada pelas mais variadas questões que compõem a complexidade da vida nas ruas. Assim, é possível que os serviços ofertados pelas políticas públicas, materializados por meio do acesso aos direitos sociais, possam se tornar uma possibilidade de mudança social na vida daqueles que os utilizam.

Já o eixo 3) “Acesso aos direitos socioassistenciais”, traz a necessidade de identificar todos os direitos e serviços que a população em situação

⁴⁸ Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Regulamentado pela Portaria GM/MDS nº 376 de 2008.

⁴⁹ Os números que precedem os eixos foram colocados pela autora para facilitar as comparações posteriores com o Centro POP de Londrina.

de rua pode ter acesso e ser incluída na rede de proteção social, e vai além. Esse eixo reforça a importância da informação levada aos usuários do Serviço Especializado, enquanto sujeitos de direitos, e de sua fundamental participação na esfera de controle social da própria política pública. Entende-se, dessa forma, que o usuário, inclusive, deve ter conhecimento das políticas para população em situação de rua, e da trajetória histórica dessas políticas, haja vista ser o Centro POP fruto de uma política pública que foi conquistada, em grande parte, pela luta da própria população em situação de rua, como foi descrito anteriormente.

No eixo 6) “Mobilização e participação social”, destaca-se o estímulo à participação dos usuários na vida pública do território, “[...] com a perspectiva de se desenvolver competências para o enfrentamento coletivo da situação vivenciada, para a resignificação das vivências e para a construção de novos projetos de vida, pautados na compreensão crítica da realidade social”. Nesse eixo, incentiva-se a participação dos usuários, por intermédio do Serviço Especializado, nos movimentos sociais e populares, conferências, conselhos de direito e de outras políticas públicas, além da promoção de atividades de sensibilização e mobilização da comunidade sobre os direitos das pessoas em situação de rua⁵⁰.

As orientações técnicas do MDS (BRASIL, 2011, p. 76) sobre o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado pelo Centro POP, apontam ainda as Seguranças Socioassistenciais que este Serviço deverá buscar, a saber: Segurança de Acolhida; Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social; e Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social.

Por fim, divide-se a atuação do Serviço Especializado em três principais dimensões: 1) “Acolhida”: dividida entre a acolhida inicial dos usuários no Serviço e a acolhida ocorrida durante o desenvolvimento do trabalho; 2) “Acompanhamento Especializado”: nesse acompanhamento devem ser

⁵⁰ De 21 a 29 de junho, foi realizada a IV Semana sobre Álcool e outras Drogas e a XVIII Semana Estadual de Prevenção ao uso indevido de drogas, em Londrina (PR), cuja campanha era: “Celebrando a vida e Construindo uma Política Municipal”. Em parceria com a Prefeitura de Londrina, com a COMAD, e demais entidades e patrocinadores, o Centro POP ficou responsável pela programação do dia 26 de junho. Com o tema da manhã, “Dialogando com grupos étnicos e com pessoas em situação de rua ou acolhimento institucional”, foi realizada uma mesa com ex-dependentes químicos e dependentes em tratamento, que contaram suas histórias e suas lutas. Em seguida, houve uma apresentação de teatro com os usuários dos Abrigos e do Centro POP. A pesquisadora esteve presente nesse evento e constatou a importância desses espaços de participação dos usuários em consonância com os eixos 2 e 6, previstos nas orientações técnicas do MDS sobre o Centro POP.

consideradas as especificidades dessa população, respeitadas as singularidades de cada indivíduo, sua trajetória e contexto de vida. O “Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar”⁵¹ constitui estratégia para orientar e atingir os objetivos do acompanhamento especializado. Para complementar essa dimensão, sugere-se uma série de metodologias e técnicas para o acompanhamento especializado como: entrevista individual e/ou familiar; atendimento individual e/ou familiar; orientação e atendimento em grupos; oficinas de atividades coletivas de convívio e socialização; orientação jurídico-social e estudos de caso.

A dimensão 3) “Articulação em Rede”, cuja intenção é efetivar a atenção integral às pessoas em situação de rua e conduzir a respostas mais efetivas em relação às demandas dos usuários atendidos. De acordo com as orientações do MDS, a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua indica que o trabalho direcionado para esse segmento populacional, deve conter a participação de diferentes áreas. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009) destaca a importância da articulação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua com: Serviços de Proteção Básica e Proteção Social Especial (Serviço de Abordagem Social e o Serviço de Acolhimento Institucional) (BRASIL, 2011, p. 93).

Os seis eixos e as três dimensões citadas anteriormente, referentes ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro POP, são conquistas e possibilidades direcionadas com vista ao acesso dos direitos sociais dessa população. Por outro lado, também podem ser considerados desafios, uma vez que na histórica trajetória da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), na qual contém a Proteção Social Especial de Média Complexidade, em que os Centros POP se encaixam, este é um serviço relativamente recente. É necessário, então, a construção coletiva (dos técnicos, dos gestores e dos usuários) de espaços de reflexões, de monitoramento e avaliação para que o serviço possa se tornar um mecanismo de acesso ao direito, enquanto possibilidade de: construção de “novos projetos de mudança” e transformação da vida, como visa a normativa do MDS (2011).

⁵¹ A composição do Plano poderá partir de informações como: quem é o usuário e sua trajetória de vida; sua história em outras instituições ou serviços de atendimento; se possui referências ou vínculos familiares, etc.

Dessa forma, os Centros POP vêm sendo implementados pelo país, desde o início de 2010. De acordo com os dados do Censo SUAS 2012, foram identificados 105 Centros POP pelo Brasil, divididos da seguinte forma: 5 unidades estão localizadas na região Norte, 22 na região Nordeste, 50 no Sudeste, 22 estão no Sul do país e 6 estão na região Centro-Oeste. Desses, 3 estão localizados em municípios de médio porte, 75 em municípios considerados de grande porte e 27 Centros POP estão localizados nas regiões Metropolitanas⁵². O Paraná possui, atualmente, 8 Centros POP, dentre eles, o de Londrina em processo de transição.

No próximo item será descrita a trajetória de atenção à população em situação de rua de Londrina (PR), sob as diversas configurações e denominações que esse serviço possuiu ao longo dos anos. O que possibilitou a abertura para as diversas reflexões que serão desenvolvidas nesse capítulo, e que foram feitas a partir da visão dos usuários do atual Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, organizado no Centro POP do referido município.

Em alguns momentos, foram utilizadas as entrevistas feitas com a coordenadora do equipamento e com a uma assistente social, que atua junto à questão de rua de Londrina há muitos anos. Não foi intenção comparar os relatos das profissionais com os depoimentos dos usuários, muito menos comprovar o que os mesmos falavam. Julgou-se necessário esse diálogo com as mesmas para a maior compreensão por parte da pesquisadora, do percurso histórico e técnico de atendimento à população em situação de rua na cidade.

2.2.1 Centro POP de Londrina (PR): o percurso até sua implementação e os desafios da concretização do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

A trajetória da Assistência Social em Londrina (PR) ocorreu em consonância com as primeiras ações sociais ocorridas na sociedade brasileira, de caráter religioso, ligado a uma rede de organização das entidades filantrópicas da sociedade civil. A primeira organização de caráter assistencial foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), no período da ditadura militar (ALVES, 2002, p. 262).

⁵² São considerados municípios de Médio porte aqueles que possuem entre 50.001 a 100 mil habitantes; as de Grande porte possuem de 100.001 mil a 900.000 habitantes e as regiões Metropolitanas possuem acima de 900.001 habitantes.

Já o primeiro órgão executor da Assistência Social, o “Departamento de Educação Pública e Assistência Social” foi criado em 1948, com ênfase na área educacional. As ações voltadas à assistencial social tinham um caráter de doação e se restringiam, de acordo com Alves (2002, p. 266), ao encaminhamento médico hospitalar, fornecimento de passagens, auxílio financeiro, doação em espécie, além de alimentos e roupas.

Na década de 1970, a partir das diretrizes do Governo Federal surge a Secretaria de Saúde Coletiva e Promoção Social; incluídas nesta, as ações relacionadas à assistência social. São criadas ainda a “Fundação Londrinense de Bem-Estar do menor” (Lei nº 2.315/73), que não entrou em vigor e, em 1979, o “Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem-Estar Social” – COMSABES (Lei nº 2.988), órgão colegiado de assessoria com ênfase às ações de Saúde. O departamento de Serviço Social era, então, subordinado ao de Saúde (LOPES, 1999, p. 104).

A assistente social do Centro POP, que concedeu entrevista para a fundamentação de certas informações relacionadas ao serviço, possui uma longa trajetória na atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e também no trabalho com a população adulta em situação de rua em Londrina (PR). Em seu relato ela faz uma retomada dos caminhos da assistência em Londrina (desde a década de 1980), mais especificamente abordando a questão dos meninos e meninas de rua⁵³.

A técnica conta que, na década de 1980, as crianças e adolescentes que permaneciam nas ruas buscavam dinheiro para levar para casa: “Não era para o uso de drogas que, com o tempo, foi mudando essa realidade né! [...] eles vinham para trabalhar, o ‘pedir’, o ‘mendigar’, era um trabalho para eles”. O trabalho realizado com eles era feito na rua (pela Pastoral do Menor), e ainda eram precárias as condições de acesso aos serviços e às instituições de abrigamento e de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua.

Algumas tentativas foram feitas para se trabalhar com essas crianças, como relata a assistente social. Muitas davam certo, mas logo depois acabavam. Na década de 1990, a profissional lembra que já estava muito forte a

⁵³ A retomada histórica desses dados é importante, pois muitos daqueles adultos que hoje são atendidos pelo Centro POP de Londrina (e alguns fizeram parte das entrevistas) eram exatamente algumas das crianças citadas pela assistente social entrevistada, na sua trajetória de intervenção e trabalho nas ruas.

questão do uso de drogas (mais especificamente de cola de sapateiro e tiner) pelas crianças e adolescentes de rua. Cria-se em 1992, por uma iniciativa da Pastoral do Menor, por intermédio do Instituto Dom Bosco, uma Casa que fazia o “Atendimento Dia”, conhecida como “Recanto Amigo”.

Quando essa Casa fechou, os meninos e meninas fizeram um “pseudo-arraстão”, em 1992, em sinal de protesto. O Conselho Tutelar havia acabado de ser montado daquele ano, e juntamente com a Polícia Militar, eles levaram os meninos para o Centro Social Urbano (CSU) de Londrina. Sem terem experiência nessa área, e por conta da falta de instituições adequadas para o atendimento desse segmento social, a técnica foi chamada, em 1993, junto aos órgãos públicos, para pensar alternativas para a situação daqueles meninos e meninas.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, cria-se pela lei municipal nº 4.910 de 26 de dezembro de 1991, a Secretaria Municipal de Ação Social, implantada em Londrina a partir de janeiro de 1993. No entanto, no município, até 1992 era possível demarcar duas esferas político-institucionais distintas na condução das ações no campo assistencial: uma chamada de “rede de serviços filantrópicos”, que desenvolveu ao longo dos anos, “um modo próprio de pensar e concretizar as ações de atendimento nas creches, nos asilos, nas escolas especiais, nos abrigos de ‘menores’, entre outros serviços, de modo geral, calcados nos fundamentos da caridade cristã, benemerência e ajuda aos pobres” (LOPES, 1999, p. 120). E, outra esfera atribuía ao poder público de caráter complementar de apoio, incentivo e auxílio esporádico nas ações relacionadas à assistência social.

No desenrolar da história de Londrina, verifica-se uma forte e consolidada presença das entidades assistenciais, como nos relata Lopes (1999, p. 120):

É importante considerar que, até 1992, praticamente todos os serviços de assistência social eram desenvolvidos por aproximadamente 100 entidades sociais, filantrópicas, nas áreas de creches, abrigos, internatos, albergues, asilos e profissionalização para adolescentes, cuja relação com o poder público se dava através de subvenções consignadas no orçamento anual, nominalmente, mas sem qualquer instrumento jurídico que garantisse o repasse mensal de forma sistemática e contínua. Assim, eram muito mais as relações políticas e de interesse ora de um grupo, ora de outros, envolvendo vereadores, prefeitos, secretários, lideranças partidárias e influências de outras instâncias de poder que acabavam por definir e controlar o tipo de participação e “ajuda” que a prefeitura “daria” às entidades sociais.

Para a organização e encaminhamento dos problemas enfrentados pelas entidades, foi criado, então a “Associação de Entidades Sociais Benéficas do Paraná – AESBEPAR”. Até 1992, todas as ações de assistência social pública do município de Londrina eram coordenadas e executadas pelo “Departamento de Serviço Social”, vinculado à “Secretaria de Saúde e Promoção Social”. Ressalta-se, nesse período, o empenho das assistentes sociais para que se implementasse um órgão municipal da assistência social (LOPES, 1999, p. 125).

Voltando ao episódio do “arrastão” (1992), após o ocorrido (já no mandato da gestão eleita em 1993), foi definido como prioridade da mesma a garantia do atendimento às crianças e aos adolescentes a partir de um trabalho conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDECA) e do Conselho Tutelar, já existentes (e a fundamental participação da assistente social entrevistada nesse processo).

Junto com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Secretaria de Ação Social implantou em 14 de janeiro de 1993, o primeiro projeto/serviço voltado ao atendimento de meninos e meninas de rua em situação especial (casa abrigo de natureza governamental). A assistente social do Centro POP de Londrina, conta que participou ativamente junto ao MNMMR, da Regional Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná):

Nós fazíamos núcleos com os meninos e discutíamos os problemas e as propostas, tanto para a Constituição Federal, quanto para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nós fazíamos teatro, levantávamos as propostas, e encaminhávamos para Curitiba e que era encaminhado para Brasília. Nós íamos para Curitiba fazer encontros. Eu ia com quinze meninos de ônibus. A gente ia para Curitiba levávamos um garrafão de chá e um saco de pão com mortadela, porque não tinha dinheiro, não tinha poder público, ninguém apoiando.

Em seguida, surge o primeiro programa na área de atenção à “Criança e ao Adolescente (PACA)”, com o crivo COMDECA. Esse primeiro programa foi o “carro chefe” para que muitos outros programas, de outras áreas, pudessem ser criados.

Com a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 7 de dezembro de 1993, desencadeia-se um movimento nacional por sua regulamentação e implementação em todas as esferas de governo. Em Londrina (PR), segundo Lopes (1999, p. 128), esse processo foi favorecido por já existir no

município poder político e administrativo organizado, “[...] a lei municipal de criação da secretaria, de um plano de governo propício, uma grande demanda, além da proposta da secretaria a partir de um novo olhar acerca da assistência social”. De acordo com Lopes (1999, p. 142):

A nova política exigia nova estrutura, novas atitudes e habilidades. Rapidamente equacionou-se a adequação do espaço físico da nova secretaria, obtendo-se o material e os equipamentos minimamente necessários. Entretanto, a constituição definitiva da equipe tornou-se crítica numa estrutura institucional pública em que não havia previsão legal e orçamentária para a contratação de pessoal. A convicção de implantar uma política pública quase sempre exigia que limites sejam empurrados. [...] Efetivamos contratações temporárias, através de processos seletivos, em todas as novas funções necessárias, como educadores sociais de rua, terapeutas, pais sociais e outros profissionais, pondo em marcha o projeto maior da secretaria.

Foi feito, então, um diagnóstico da realidade mais ampla do município (a partir dos estudos e diagnósticos já existentes realizados, principalmente, pelos Movimentos Sociais), o levantamento e a caracterização de todos os serviços de assistência social existentes até aquele período no município, além da relação entre esses serviços e os demais órgãos públicos. Os resultados do diagnóstico possibilitaram a integração informacional e a efetivação das ações realizadas. Optou-se, então, por uma gestão partilhada, de forma articulada, com as 107 entidades de assistência social existentes em Londrina.

Assim, a Secretária de Assistência Social naquela época, criou nos bairros, como relata a assistente social do Centro POP, o programa “Educando, Brincando e Formando Cidadãos”. Posteriormente, vieram o projeto “Sinal Verde” e o Projeto de Abordagem Social que, com a mudança do governo municipal em 1997, viraram um projeto só e este passou a ser chamado “Parceiro”, mudando depois para “Projeto Amigo”⁵⁴. Em 2001, com a troca da administração pública da prefeitura, o “Projeto Amigo” volta a se chamar “Sinal Verde”. Em 2003, a técnica explica que o “Sinal Verde” unia três projetos distintos: atendimento às famílias relacionadas à situação de rua; à criança e ao adolescente em situação de rua; e à população adulta em situação de rua.

A estrutura do Sinal Verde já possuía características que se assemelhavam à proposta do CREAS que só seria normatizado em 2005 (a partir da

⁵⁴ Projeto muito citado pelos sujeitos nas entrevistas, principalmente quando estes começaram a se aproximar do atendimento público.

PNAS/2004 e da NOB/SUAS), pois propunha um atendimento especializado aos sujeitos em situação de rua, incluindo uma equipe de técnicos (assistentes sociais, psicólogos e terapeuta ocupacional e uma equipe de abordagem formada de educadores sociais que atuavam das 07h00 às 23h00). Vale destacar que, na época, o serviço foi alocado em uma sede, retirando a abordagem da rodoviária, permitindo assim o direito das pessoas ao ingresso na cidade e acolhimento em seus serviços.

Seguindo as normativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), cria-se o CREAS e o “Sinal Verde” (entre 2005/2006) e os atendimentos são novamente separados. O serviço de atendimentos às famílias torna-se “Centro de Atendimento à Família (CAF)”, que posteriormente foi denominado de CRAS; o CREAS passou a atender crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, e com equipes técnicas separadas. Em 2010 há a separação final entre adultos e crianças em situação de rua⁵⁵, e, por uma questão logística, de otimização de recurso e de pessoal, o Serviço de Abordagem Social passa a englobar ambos os segmentos.

Atualmente, Londrina (PR) possui aproximadamente 537.566 habitantes, segundo as estimativas do IBGE de 2013. Da população de 506.701 habitantes, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, 97,4% residia na área urbana do município e 2,6% na área rural, sendo que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵⁶ registrado foi de 0,778 (IBGE, 2010). O Centro de Referência Especializado para a População de Rua (CREAS I em processo de mudança de nomenclatura para Centro POP) ainda faz parte do “Projeto Sinal Verde” que integra a Política de Proteção Social Especial do município.

Como metodologia de trabalho, realiza-se: a abordagem de rua; o atendimento na sede; atendimento interdisciplinar entre Serviço Social, Psicologia e Terapia Ocupacional; além do cadastramento dos usuários no Cadastro Único do

⁵⁵ O CREAS I tornou-se responsável pelo atendimento aos adultos em situação de rua e o CREAS III, pelo atendimento a crianças e adolescente em situação de risco e vulnerabilidade social.

⁵⁶ Baseado no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) fornece para a população e gestores municipais ferramentas para o acompanhamento e promoção de melhorias. É considerado IDHM muito baixo 0 a 0,499; baixo até 0,599; médio até 0,699; alto até 0,799; e muito alto até 1, considerando uma escala numérica de 0 a 1.

Governo Federal (CadÚnico), e do Bolsa Morador de Rua; e da parceria com o “Consultório na Rua⁵⁷”.

Com relação ao Benefício de Transferência de Renda, oferecido mediante ao cadastramento no CadÚnico, dos onze usuários entrevistados para esta pesquisa, quatro mencionaram receber o Bolsa Família; um estava com os documentos já em andamento para recebê-lo e seis não recebiam. Dos que recebem o Bolsa Família, dois relataram receber ainda o “Bolsa Morador de Rua”, benefício municipal, instituído em 2001, junto com estruturação do serviço Sinal Verde que posteriormente se transformou no CREAS I.

Quando questionado qual era o significado do benefício para aqueles que o recebiam, as respostas foram: “O Bolsa Família ajuda a gente conseguir se alimentar [...] pegar ônibus para o terminal” (ISAC); “Ah... pra mim mesmo não miorô nada! O que eu compro com 70,00? [...] Só tem eu e minha muié, tenho que comprar coisas pra ela!” (HÉLIO); “[...] eu compro as coisas que eu preciso, tipo creme, shampoo, desodorante [...] as coisas básicas que a gente precisa. Às vezes a gente compra uma roupa diferente que a gente gosta” (HELENA); “Ah significa bastante! Que ajuda eu comprar coisas pra comer, até pra pagar aluguel [...] comprar coisas pra gente né!” (BEATRIZ); “Vou falar pra você, esse benefício é bom pra eu poder cuidar de mim, porque pra sair da rua não dá! [...] esse dinheiro ajuda a eu me valorizar mais [...] comprar uma roupa, uma maquiagem, ficar mais bonita, não ficar igual uma ´moradora de rua” (BELINDA).

Percebe-se, a partir dos relatos, que os Benefícios não modificam a condição de rua de muitos dos usuários, no mais, apenas ajudam com parte do aluguel de um quarto, como comenta Beatriz, adicionado a outra renda ou contribui com a compra de alguns produtos de necessidade básica que ajudam na “autoestima” e nos cuidados pessoais, como menciona Belinda e Helena. Entretanto, percebeu-se nos relatos dos usuários que recebiam o benefício, a satisfação de poder contar com aquela renda, e poder comprar qualquer coisa mais urgente com seu próprio dinheiro, sem que precisassem pedir. Não foi mencionada por nenhum usuário entrevistado, a utilização do dinheiro para a compra de qualquer tipo de

⁵⁷ Equipes de saúde móveis que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas com a estratégia de redução de danos. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante nas ruas, desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção (OBSERVATÓRIO: CRACK É POSSÍVEL VENCER).

droga, sendo que as respostas de todos foram muito espontâneas ao relatarem a utilização do benefício para a compra de produtos de primeira necessidade.

De volta às configurações do Centro POP, o Serviço de Abordagem Social é realizado por uma equipe de educadores sociais que fazem um percurso pela cidade, tanto por intermédio de ligações, quanto por meio de abordagens em praças, no Terminal Rodoviário do município; nos terminais urbanos; em mocós etc. Ao se depararem com alguma situação, é feita a abordagem, como uma primeira forma de acolhida; em seguida, os educadores preenchem uma ficha do(os) sujeito(os) ali presente(s), e o(s) encaminha(m) para a Rede Socioassistencial de forma a buscar o atendimento de sua(s) demanda(s)⁵⁸.

Compõem o quadro de profissionais do equipamento: sete assistentes sociais (dentre elas a coordenadora do equipamento), duas psicólogas, uma terapeuta ocupacional, além dos educadores sociais, das recepcionistas (auxiliares administrativas) e de um guarda municipal (a troca dos guardas ocorre por turnos). O quadro de recursos humanos da Unidade ultrapassa as expectativas das normativas oficiais, mas pela intensidade e complexidade do cotidiano do trabalho, presume-se que esse quadro poderia ser ainda maior⁵⁹.

O trajeto de atendimento das pessoas em situação de rua que chegam até o Centro POP, por demanda espontânea, trazidos pela equipe da abordagem ou de outras formas, pode ser observado nos dias em que a pesquisadora realizou a observação participante no equipamento. Os usuários são atendidos, primeiramente, pelas funcionárias da recepção (geralmente duas), que preenchem uma ficha (quando ainda não possuem) e perguntam o que eles buscam ali (pode ser passagem, falar com assistente social ou psicólogo, ou esperar pela TO, dentre outras coisas). Os dados dos usuários também são registrados em um sistema, chamado IRSAS – Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social, criado em 2005 e implementado no município de Londrina em 2006⁶⁰.

⁵⁸ Esse procedimento pode ser observado pela pesquisadora por meio da Observação Participante que contou com um dia de acompanhamento junto à equipe da Abordagem Social de Londrina (PR).

⁵⁹ Esta afirmação possui por embasamento a observação participante, realizada pela pesquisadora no Centro POP de Londrina. O cotidiano no equipamento era sempre muito intenso e, muitas vezes, a quantidade de profissionais não era suficiente em relação à demanda que procurava pelos Serviços do Centro POP.

⁶⁰ O IRSAS foi construído pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e é um sistema virtual de cadastro e controle utilizado por toda a Rede Sócioassistencial governamental e não governamental de Londrina. Por meio do IRSAS, o cadastro de todas as pessoas atendidas pela rede de serviços, pode ser compartilhado, sendo possível obter um cadastro atualizado e

Em seguida, os usuários aguardam para passarem ou pelo plantão com os assistentes sociais, ou para serem atendidos pela psicóloga ou assistente social, cujo horário já estava agendado. A TO é realizada no período da tarde, e possui horário fixo (segunda, terça e quinta) apenas para os usuários que são atendidos regularmente no Centro POP. Na quarta-feira, o Centro POP fecha para a realização de reunião com a coordenadora e a equipe técnica, na sexta-feira ocorre a oficina de filme com os usuários, organizada pelos técnicos do Consultório na Rua, na parte da tarde.

São diversos os perfis dos usuários que frequentam o Centro POP de Londrina e, a partir dessa característica, os profissionais do Centro POP, elaboraram uma classificação, por categoria, das pessoas adultas atendidas na instituição, a saber:

- 1) “**Migrante (MI)**”: Procedentes de outros municípios, encontram-se em uma situação circunstancial que reflete um estado de precariedade por estar desempregados(as) durante um longo período; estão chegando à cidade em busca de um emprego ou de parentes que não encontram. Costumam passar a noite em rodoviárias, abrigos públicos, entre outros, pois temem dormir na rua. Geralmente têm intenção de fixar moradia no município.
- 2) “**Trecheiro (TC)**”: Procedentes de outros municípios são pessoas que perderam o vínculo familiar e comunitário e não conseguem fixar moradia em nenhum lugar. Geralmente, procuram o Serviço para conseguir apoio para seguir viagem.
- 3) “**Situação Circunstancial de Rua (SC)**”: Reflete um estado de precariedade: idosos debilitados e/ou perdidos, desentendimento familiar, alcoolista, portadores de transtornos mentais, deficientes físicos, pessoas na mendicância egressas de instituições penais, procedentes de outros municípios em busca de tratamento de saúde ou de parentes que não encontram; guardadores de carros, etc. Pessoas em situação de desemprego ou com empregos temporários, que alternam entre a rua e instituições de

abrigo. Geralmente possuem vínculo familiar/comunitário, mas estão na rua eventualmente.

- 4) **“Morador(a) de Rua (MR)”**: Já encontra na rua seu espaço de moradia e de relações pessoais mais permanentes. Pode estar em grupos ou sozinho e costuma ocupar locais públicos, tais como: terrenos, praças, calçadas, marquises de lojas, dentre outros.
- 5) **“Morador(a) de Mocó (MC)”**: O morador de mocó diferencia-se do morador de rua por tentar fixar moradia em algum local que lhe ofereça privacidade e possibilidade de organização, apesar de também ser comum o uso de álcool e outras drogas (LONDRINA, CREAS I/SINAL VERDE, 2011).

Destaca-se que essa classificação categórica não foi utilizada nesse trabalho, pois a intenção aqui não foi enquadrar os sujeitos da pesquisa em nenhum perfil ou categoria fechada. Optou-se apenas por relatar suas histórias de vidas e suas falas sobre o serviço, de forma que, cada elemento, cada sugestão ou ideia não fosse perdido ou encaixado em perfis. Privilegiou-se o movimento e a leveza das falas dos usuários enquanto sujeitos históricos, que contaram como tentam ser donos e sujeitos de suas próprias histórias.

Como dito anteriormente, o Centro POP está em processo de implementação e muitas adequações⁶¹ ainda precisam ser feitas para que ele, de fato, corresponda às exigências oficiais de estruturação e funcionamento. Como menciona a assistente social entrevistada:

Hoje nós entramos no processo de transição de novo que vai ser para Centro POP. [...] eu acredito que nós vamos ser Centro POP mesmo a hora que a gente sair daqui. [...] Hoje nós não atendemos integralmente enquanto Centro POP, até por falta de recurso físico e também humano né, pra bancar tudo o que tem de proposta. Mas a meta da Secretaria é chegar lá, é ser um Centro POP mesmo.

⁶¹ Até o momento da realização desta pesquisa o Centro POP não possuía as rampas de acesso para deficientes, tanto da entrada até a recepção, quanto para a entrada nas salas de atendimento. Inclusive para que haja o acesso a essas salas, o usuário tem que subir uma pequena escada. As salas de atendimento (com exceção da psicologia) são muito próximas, impedindo que os atendimentos sejam completamente sigilosos.

Sobre esta questão, a coordenadora do equipamento, também entrevistada para a pesquisa, no que tange ao funcionamento do serviço, afirma que:

[...] existe um descompasso com relação à estrutura física do Centro POP não conseguir atender hoje, ainda, as demandas da população em situação de rua. Então, a gente não tem um local onde eles possam fazer sua higiene pessoal; que eles possam lavar suas roupas né. O espaço físico não nos permite oferecer algumas atividades que eles poderiam participar. Mesmo que o destino depois fosse a rua, não é essa a questão. Então, embora o município tenha o serviço de referência dessa população há décadas, 20 anos que já é essa referência, hoje a gente precisaria de uma estrutura diferente. Eu acho que a Política Nacional teve uma grande sacada com relação que esse espaço não fosse mais um CREAS, mas fosse um espaço especificamente para atender as demandas dessa população, que é diferenciada.

Pode-se dizer que o grande desafio dos equipamentos que executam as políticas públicas é justamente acompanhar a dinamicidade da realidade, sempre em constante movimento e mudança e, aliado a isto, está todo o aparato burocrático que acompanha os serviços públicos. Assim relata a coordenadora do Centro POP:

[...] eu acho que essa realidade é muito dinâmica e o serviço público não acompanha, por toda a questão burocrática que existe, ele não consegue acompanhar a dinamicidade que a realidade exige. Talvez daqui a dois anos quando a gente tiver uma estrutura próximo de responder a isso, nós vamos ter outras demandas de realidade em que a estrutura precise se adequar [...].

No entanto, quando as situações físicas, burocráticas e estruturais impedem a concretização do trabalho profissional e o cumprimento das normativas que regulamentam os serviços públicos (de assistência social), pergunta-se, como lidar com isso? Talvez seja o momento de abrir espaço para reflexões coletivas, que envolvam os profissionais da Unidade, os gestores municipais e igualmente os usuários. Foi exatamente nesse sentido, que se pensou esta pesquisa: dar a possibilidade do usuário falar sobre o serviço que ele usufrui (muitos desde crianças, ainda que o serviço possuísse outras configurações específicas), construindo um espaço, mesmo que amostral, de reflexão a partir do que ele mesmo vive, sente e questiona.

Em relação aos eixos norteadores, citados no item anterior, especificamente no eixo “mobilização e participação social”, observou-se no Centro

POP de Londrina a necessidade do incentivo ao diálogo com os movimentos sociais e populares, principalmente o fortalecimento junto ao Movimento da População de Rua de Londrina. Apesar da complexidade que existe nessa questão da participação social, o incentivo do serviço, enquanto política pública de acesso ao direito, como possibilidade de transformação de vida e/ou construção de novos projetos de vida, é fundamental.

No momento da entrevista com os usuários do Serviço Especializado, alguns tocaram nesse ponto, apesar da grande maioria deles nunca ter ouvido falar do Movimento Nacional (ou mesmo local) da População em Situação de Rua. Francisco, ao comentar sobre o Movimento da População de Rua de Londrina, fala que esse “[...] é um Movimento muito calado! Sabe, um movimento muito escondido!”. E ainda conta que gostaria de participar de um movimento que pudesse fazer a diferença para a realidade da rua, mas que o incentivo é necessário:

[...] eu gostaria de ter num movimento desses sabe (risos). Porque eu sou muito elétrico cara, num ia me calar diante das coisas sabe! [...] Ó eu falo para você, eu nunca fui chamado nesse movimento! Eu vi por camisetas desse negócio do Movimento de Rua e por pessoas que dizem ser do Movimento de Rua. Mas por ser um Movimento de Rua eu acho que deveria estar sendo expandido isso daí. [...] Mas eu sei que isso daí é uma força, é um Movimento, e quem tá na frente deveria pegar as dores né cara! (FRANCISCO).

Belinda, que também fez parte desta pesquisa, conta que participou de algumas reuniões do Movimento, mas em um primeiro momento diz não acreditar que ele possa continuar em frente: “Eu achava sem futuro. Não sei... um monte de morador de rua se reunindo, não sei, eu achava sem futuro. Tá dando alguma coisa isso daí? Deu projeto? Deu futuro?”. Quando perguntado sobre o que discutiam nas reuniões, Belinda comenta que:

Discutiam sobre os guarda municipal que bate nos outros dormindo na rua, discutia da polícia, sabe?! Tudo isso assim, que acontece na rua, que envolve morador de rua nós discutia. Guarda municipal que maltratava, polícia que batia, mesmo a gente sem fazer nada... isso mudou! Isso eu falo que a população de rua conseguiu mudar: os guarda municipal. Foi entrado até em processo tudo, eu vi os papel. Cheguei a ver com o juiz, promotor. [...] Mas eu não vi mais projeto com isso não. Não teve mais reunião, não teve mais nada! Não aconteceu mais nada, acabou! Parece que está esquecido o projeto (BELINDA).

Apesar de Belinda reconhecer que houve pequenas mudanças por iniciativa do Movimento da População de Rua de Londrina, ela se diz desacreditada que ele possa ir para frente, pois considerou que o Movimento estava “esquecido”, assim como foi mencionado por Francisco. Henrique, sobre a questão do Movimento, também conta ter ouvido falar do mesmo, mas que não viu nada de concreto acontecer: “[...] nunca vi sair nada desse Movimento de Morador de Rua”. Ele conta que frequentou algumas reuniões, mas tudo que ouvia eram promessas que mais parecia “uma política” (SIC).

É necessário ressaltar que, os membros que compõem o Movimento da População de Rua de Londrina são também pessoas que estão em situação de rua⁶², e que convivem igualmente com todas as dificuldades e desafios que a vida nas ruas carrega (dependência, violência, preconceito, etc.). Eles também estão inseridos nesse processo de ausência de moradia, sofrem igualmente com as vulnerabilidades e estão sujeitos ao não acesso ao direito.

A composição de um movimento social, cujos membros vivem a realidade das ruas e ainda tentam se organizar para lutar pelas suas questões e seus direitos, necessita ser pensada de forma mais flexível, para além da estrutura que um movimento social tradicional costuma possuir, evitando, ainda, que o mesmo corra o risco de ser institucionalizado e perder sua autenticidade. E, esse também é um desafio para o serviço: como contribuir com a organização dos usuários no controle social dos serviços oferecidos pelo Centro POP, por meio do diálogo com o movimento social que orienta esse segmento populacional?

Sobre as demandas do serviço, citadas tanto pela assistente social como pela coordenadora do Centro POP, destacam-se: demanda por abrigo (acolhimento institucional), como a mais procurada dentre todas; busca por documentação e passagem; tratamento da dependência de álcool e outras drogas; e busca pelo serviço como uma referência. Em relação a esta última demanda, a coordenadora do Centro POP comenta que: “Às vezes eles vêm duas, três vezes para pedir um documento, e sabem que vai chegar ou eles vêm para passar pelo técnico e trazer alguma situação que eles estão passando naquele momento”.

O serviço torna-se a referência para os usuários que o procuram, fato este evidenciado pela fala da coordenadora do equipamento, mas, na visão

⁶² Uma das exigências do Movimento Nacional da População de Rua, para fazer parte do Movimento, é necessário ter sido, ou estar em situação de rua.

oposta, como os usuários entendem esse retorno do Centro POP, enquanto serviço de referência? Como esse serviço, fruto das lutas por políticas públicas que contemplasse as pessoas em situação de rua, é compreendido e percebido por aqueles que dele usufruem, aliado às configurações históricas e características de atenção e proteção que o município de Londrina carrega?

No próximo item, esses questionamentos serão retomados por meio das falas dos usuários entrevistados que trouxeram suas opiniões, visões de mundo e elementos que podem ser, inclusive, usados como fatores de avaliação desse serviço, e trazem a possibilidade de reflexão para se pensar nos espaços de controle social que têm sido criados (ou não) no interior das políticas e serviços sociais, para serem ocupados pelos usuários a quem essas políticas e serviços se destinam. Isso tudo, sem desconsiderar a complexidade e as contradições inerentes dessa sociedade que se desdobram na situação de rua, unidade do diverso, em que vivem milhares de pessoas por todo o país, perpassando desde as questões dos vínculos, até a dependência e luta pela sobrevivência.

Esse percurso foi analisado cuidadosamente, de forma que o encanto e a simplicidade de enxergar a realidade por parte desses sujeitos não passassem despercebidos ou pudessem ser encobertos pelas durezas da vida. Tentou-se, assim, captar o essencial, a riqueza dos detalhes dentro das falas, e o direito enquanto possibilidade de, como diria Riobaldo, em “Grande Sertão: veredas”:

[...] eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase nada sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre - o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! (ROSA, 1984, p. 14).

2.2.2 (Re)contando Histórias e Construindo Possibilidades: o que os Usuários Pensam Sobre o do Centro POP de Londrina (PR)

No Capítulo anterior, foi possível, por intermédio das falas dos sujeitos entrevistados, conhecer um pouco das trajetórias de vida, o contato com a rua, os processos de fragilização e/ou quebra dos vínculos familiares, os desafios da luta contra a dependência química e as dificuldades de sobrevivência nas ruas, o

que evidencia ser a população em situação de rua “expressão radical da questão social”, nos termos de Silva (2009).

Nesse item, procurou-se registrar a aproximação dos sujeitos participantes da pesquisa com o Centro POP de Londrina (PR), nas suas diversas fases. Dos entrevistados, sete conheceram o serviço ainda muito jovens, e este, na época, possuía outras configurações e nomenclaturas. Os outros quatro sujeitos foram se aproximando do serviço quando o mesmo já possuía a denominação de CREAS I, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), e após a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (Resolução n.109/2009).

Nesse espaço também estão as falas dos sujeitos em relação ao que procuravam quando buscaram o serviço pela primeira vez; quais as mudanças que puderam observar no serviço, desde que começaram a ser atendidos pelo mesmo (principalmente para aqueles que o acompanham há quase uma década); perguntou-se ainda as opiniões que tinham em relação ao serviço e as ideias e sugestões que poderiam contribuir para a melhoria do Centro POP. Os trechos e sínteses das entrevistas foram divididos nos seguintes tópicos: “Aproximação inicial com o CREAS I (Centro POP)”; “Mudanças observadas no serviço”; e por fim, “Opiniões e ideias para o Centro POP”.

Aproximação inicial com o CREAS I (Centro POP)

Para as respostas sobre a aproximação inicial com o Centro POP, foi feita a seguinte pergunta norteadora: “Como você conheceu o serviço do CREAS?”.

Henrique (22 anos, de Londrina/PR):

Então, conheci aqui quando era “Projeto Amigo”⁶³, e já tem bastante tempo. Quando eu tinha uns 7 anos, eles já abordavam na rua, porque naquela época eles pegavam na marra e levavam embora de menor. [...] Mas não precisava pegar eu na marra não, quando eu via eles eu já ia embora mesmo. Chegou uma época que eu ligava todo dia de tarde pra eles me levar embora (HENRIQUE).

⁶³ O Projeto Amigo funcionou durante os anos de 1997 a 2000.

Francisco (28 anos, de Campo Mourão/PR):

[...] antigamente tinha a seringueira⁶⁴ [...] naquele tempo tinha vários moleques de rua [...] que ficavam assim... concentravam em bastante pessoa. [...] Então, eles sempre estavam ali, olhando nós, acompanhando nós. E muitas vezes quando a gente era preso⁶⁵, eles iam lá. Eles faziam o papel deles de pai e mãe da gente (FRANCISCO).

Isac (27 anos, de Londrina/PR):

[...] aqui eu comecei a frequentar quando era “Projeto Amigo”, Sinal Verde. [...] eles passavam com a Kombi e eles queriam retirar da rua, a gente não queria ir, e eles corriam atrás (ISAC).

Hélio (39 anos, de São Paulo/SP):

Na época eu conhecia a tia⁶⁶ [...] Aquela época não tinha isso. Começou bem depois. [...] Eu era criança. Tinha eu, meus irmãos também. [...] A tia, levava nós na casa dela, pra tomar um banho, pra comer, e começou a ter o Sinal Verde. Na época foi “Sinal Verde”, depois “Projeto Amigo”. Assim foi indo. Teve um monte de nome. Esse aqui foi o último nome, e agora já mudou o nome, não é mais CREAS. É Centro POP. De Centro POP não tem nada né, mas fazer o quê! (HÉLIO).

Belinda (23 anos, de Londrina/PR):

Eu conheci na rua: a Kombi, a abordagem. Eles iam de mocó em mocó atrás de quem tava precisando né. E foi assim que eu conheci, correndo deles (risos). É verdade! É que eu era de menor, ai eu corria da Kombi, pensava que eles queriam me levar para fazer coisas que eu não queria né! A eu corria deles! (BELINDA).

⁶⁴ A assistente social do Centro POP explica que, em Londrina, existe uma praça japonesa no Centro na cidade, e que, ali, nos anos 1990, havia uma seringueira. Embaixo dela os meninos e meninas de rua se reuniam para cheirar cola. Então, ali a abordagem fazia um trabalho com essas crianças e esses adolescentes, de retirar daquele espaço e levar para os abrigos, além do trabalho que era feito por uma equipe de profissionais, por meio de encontros para discutir sobre o uso de drogas no local e outros encaminhamentos (ENTREVISTA CONCEDIDA PARA A PESQUISA).

⁶⁵ Sobre a questão das prisões das crianças de rua, a técnica do Centro POP entrevistada, conta que, antes do ECA, várias crianças, muitas vezes, menores de sete anos, eram presas no serviço de Recepção e Triagem de Menores (SETREM), por “vadiagem”.

⁶⁶ Hélio faz referência à assistente social do Centro POP já mencionada nesta pesquisa. Como muitas crianças de rua conheceram a profissional quando esta ainda não era nem formada, eles criaram o hábito carinhoso de chamá-la de tia, e o fazem até hoje.

Cauê (34 anos, de Ibiporã/PR):

[...] quando eu vim pra rua eu conheci o “Sinal Verde” que ficava lá no buracão⁶⁷, lá embaixo, descendo a Avenida Duque de Caxias [...] Ai eu seguia lá, depois seguia o pessoal lá de capoeira [...] que cuidava das molecadinhas de rua, antigamente. Ai depois eu saí da rua uns tempos, casei, tive família, tive dois filhos, consegui segurar um pouco as drogas né. Ai depois eu e a mulher não deu certo, separamos. Ai fui para Minas Gerais, voltei de lá pra cá, voltei pra rua de novo. E daí, eu vim conhecer o CAPS AD [...] lá eu fazia canoagem né [...] tinha umas reuniões primeiro né, depois das reuniões, nós ia fazendo artesanato [...] igual a gente faz aqui na TO no “Sinal Verde” (CAUÊ).

As mudanças no serviço também responderam a posturas ideopolíticas dos governos municipais, pois em um primeiro momento privilegiava-se em Londrina a atenção à questão de rua a partir de uma postura de aproximação com as crianças. Posterior a isso, no período de 1997 a 2000, as posturas se tornaram mais repressivas e, nos anos subsequentes houve a preocupação com serviços mais estruturados de acompanhamento técnico que serviram de embrião para a estrutura atual.

Alguns relatos foram mais breves, quando se perguntou sobre a aproximação com o Centro POP, Ananias (28 anos, de Maringá/PR), por exemplo, apenas comenta que foi quando o serviço ainda se denominava de “Projeto Amigo” (entre 1998/2000). Abel (22 anos, de Itapejara/PR), também de forma breve, conta ter se aproximado do serviço quando este ainda ficava da Avenida Leste/Oeste. Ele procurou pelo serviço, pois precisava de uma vaga no Abrigo. Já Helena (30 anos, registrada em Londrina/PR desde os 3 anos) relata que conheceu o mesmo por intermédio de Hélio, seu companheiro, que já frequentava o serviço desde pequeno. Helena conta que quando se aproximou do serviço ela e seu companheiro precisavam de “ajuda” para ter “mais atividade para a mente” (SIC), devido ao uso e à dependência de drogas. Beatriz (de Jaguapitã/PR), assim como Abel, conheceu o serviço, quando este ainda era na Avenida Leste/Oeste, por indicação de uma pessoa, quando ela estava vivendo em um “mocó”, em outra Avenida da cidade.

Dos entrevistados, Amauri (53 anos) foi o único que parou em Londrina por conta do trabalho. Ele conta que nasceu em Munhoz de Melo (PR), e

⁶⁷ O “buracão”, a que o usuário se refere, é o Centro Social Urbano (CSU), que é um espaço público, onde ficavam várias casas do projeto municipal “Viva Vida”. A Assistente Social do Centro POP conta na entrevista que o primeiro “Sinal Verde” ficava no “buracão”, e que já faz um tempo que este se tornou um espaço de disputa por território do tráfico.

que com 15 anos trabalhava no garimpo em Alta Floresta, interior do Mato Grosso. No garimpo tinha um senhor que talhava madeira, e, teria sido com ele que Amauri aprendeu todas as técnicas que o possibilitaram sair viajando e vendendo seu trabalho com madeira. E foi assim que chegou a Londrina há 20 anos. A ida para as ruas só aconteceu recentemente, quando a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) apreendeu todo seu material de trabalho, ficando ele sem nada. Assim relata Amauri:

A prefeitura prendeu sabe? Prendeu todo meu trabalho! Meus entalhos, minhas placas dos clientes, tudo! E ai vim procurar o Sinal Verde para me abrigar, porque eu estava sendo muito perseguido.[...] Eu ficava na rua também porque eu tinha bastante peça né, e eu tinha que cuidar. Então, eu ficava no meu local de trabalho. Não tinha como sair e deixar sabe? Porque quando eu tinha as peças na rua, eu tinha condições de pagar hotel, tudo certinho né. Mas ai depois que apreendeu eu fiquei com as mãos atadas, não tinha condições (AMAURI).

Amauri conta que foi a partir da apreensão das suas peças de trabalho que ele teria procurado o “Sinal Verde”, indicado pelo “pessoal da rua” (SIC). Desde então, procurou pelo serviço para conseguir roupas, os documentos que também havia perdido nas ruas, e abrigo. Para ele as maiores dificuldades de ter que passar a viver integralmente nas ruas é a busca pelo banho e alimentação: “Quando eu tinha banca eu não tinha essa dificuldade né! Eu tinha meu trabalho né. Almoçava em restaurante, dormia de vez em quando em hotéis, assim sabe?!” (AMAURI).

Esse processo de retirada dos seus meios de trabalho via serviço público da prefeitura (CMTU), fazendo com que Amauri não tivesse mais condições de se manter, passando a depender de outros serviços públicos, no caso, assistenciais, é o verdadeiro “tiro no pé” que ocorre no discurso público de proteção/desproteção social. De acordo com Jaccoud (2009, p. 58) a proteção social pode ser definida como “[...] um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. E sobre seus objetivos, a autora afirma que eles podem ser organizados “[...] não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população”.

Agora, pergunta-se, o que tem de estratégico nisso? Se a proteção visa à “cobertura de riscos sociais”, nas palavras de Jaccoud (2009), como que uma intervenção pública, como a que houve com Amauri, pode requerer “o enfrentamento e combate às desigualdades sociais”, efetivando a própria condição de risco e vulnerabilidade na vida do sujeito, que passa a ser um usuário efetivo das políticas de assistência social? Ainda que as pessoas que exponham seu artesanato em praças públicas, tenham que contribuir com uma taxa para a prefeitura, como negociar esse pagamento sem precisar tomar medidas extremas como essa? E como fica o discurso moralista de que, “quem está na rua precisa trabalhar e não ficar vivendo de caridade”, como se ouve em todo lugar?

Nesse sentido, a intersectorialidade das políticas municipais é fundamental para que as ações não se sobreponham, e não haja intervenções iguais as que ocorreram com Amauri: despolitizadas e totalmente autoritárias; sem a devida reflexão e possibilidade do diálogo, principalmente entre o serviço do, então, CREAS I e a CMTU. Por conseguinte, atitudes como essas ferem integralmente o que está previsto nas Orientações Técnicas do MDS sobre o Centro POP (BRASIL, 2011):

Trabalho em Rede pressupõe definição de competências e articulação entre instituições e agentes que atuam em um território e compartilham objetivos e propósitos comuns. Para que haja sinergia e a dinâmica necessária para manter vivo o trabalho articulado em rede, é importante que exista um processo contínuo de circulação de informações, com abertura para o diálogo permanente, capacidade para rever processos e fluxos de trabalho, compromisso com o fazer coletivo e postura de cooperação individual e de superação de vaidades (BRASIL, 2011, p. 72).

Sendo assim, ainda que existam as dificuldades e desafios cotidianos, que muitas vezes impedem o diálogo e a construção de um trabalho em rede, concreto e eficaz, não se deve desconsiderar que toda ação tem, a curto ou longo prazo, um reflexo, muitas vezes negativo, na vida dos milhares de usuários dos serviços oferecidos no interior das políticas sociais. As histórias de vida retratadas neste trabalho denunciam claramente esse reflexo. O que está acontecendo, para que um usuário que inicia seu atendimento, ainda criança, na rede socioassistencial, continue um adulto usuário desses mesmos serviços?

Para esse questionamento existem muitas respostas, inclusive no âmbito do tratamento de drogas, como, por exemplo, políticas proibicionistas e

repressivas, que têm gerado tratamentos compulsórios e involuntários (inclusive para crianças e adolescentes), indo na contramão da política de redução de danos; com índices totalmente insatisfatórios que mais têm reafirmado a criminalização da pobreza, do que reduzido o índice de morte e dependência⁶⁸. Não se quer aqui encontrar um culpado para o “envelhecimento” dos usuários na rede de serviços sócioassistenciais, como no caso de Londrina, mas com certeza esse debate é necessário, principalmente porque em 2014 a PNAS completará dez anos.

Cauê cita essa questão da mudança do perfil, que ele mesmo pode perceber durante o tempo em que está na rua: “[...] antigamente era só molecada de rua [...] Hoje em dia é os senhores de rua (risos), porque é muita gente grande que tem [...] na idade de 18 aos 50/60 anos, é o que mais tem!” (SIC).

Não se pode também generalizar, pois não são todos os usuários do Centro POP de Londrina que frequentam o serviço desde muito jovens. Existem outros perfis de usuários, como vimos no item anterior: usuários trecheiros, que buscam passagem; usuários que buscam passagem sem ser trecheiros⁶⁹; pessoas que estão em situação de rua porque vieram a Londrina para trabalhar e foram enganados; jovens em situação de rua devido à dependência de álcool e outras drogas; pessoas com transtornos mentais; entre outros.

Fica também aqui neste item o registro da impressão que os sujeitos possuem em relação a toda essa mudança do serviço, pois todos aqueles que iam contando sobre sua experiência com o serviço desde criança/adolescente, relembram, como quem relembra histórias engraçadas ou “desgastadas” de sua infância. Percebeu-se ainda que, a grande maioria dos sujeitos entrevistados, no momento que pararam para refletir sobre toda essa trajetória, não tinham se dado conta de como os anos passaram.

⁶⁸ A Revista Fórum nº 126, traz um discussão muito interessante a respeito da Política de Drogas do Brasil, seus retrocessos e desafios.

⁶⁹ A coordenadora do Centro POP comenta que é grande a chegada de usuários que são encaminhados de municípios vizinhos de Londrina, inclusive, do estado de São Paulo, sem que haja qualquer contato com a equipe técnica do município. Fazendo com que essas pessoas que chegam a Londrina, não tenham para onde ir, e acabam ficando nas ruas, pois a entrega de passagem só é concedida quando o usuário possui um contato oficial na cidade a que se destina.

Principais demandas e as mudanças observadas no serviço

Nesse item, foi perguntado aos entrevistados o que eles procuravam no Centro POP atualmente e, o que eles perceberam que mudou nesses anos em que eles vêm sendo atendidos, principalmente para aqueles que frequentam o serviço há mais tempo.

Vale ressaltar que, por ser dinâmico, o processo de entrevista não foi igual para todos os sujeitos que passaram por ele. Dessa forma, dois sujeitos (Isac e Abel) não responderam a esse questionamento devido a certas dificuldades de falar. O primeiro porque estava com pressa para resolver uns assuntos com a Previdência, e foi embora antes do término da entrevista; o segundo, porque tinha dificuldade de se expressar, seja por motivos psicológicos, seja pelo desconforto para com a pesquisadora, pela pouca proximidade e contato com a mesma ou pelo intenso uso de drogas que refletia na sua capacidade de concentração.

Do restante, duas usuárias entrevistadas (Helena e Beatriz), deram respostas mais relacionadas a sua própria mudança após a frequência no serviço, pois elas tiveram uma aproximação mais recente com o mesmo. Por fim, Amauri, não comenta sobre mudanças, apenas dá sua opinião sobre o serviço (próximo item).

Henrique:

Ah mudou muita coisa né meu! A forma de trabalhar. [...] não vou falar para você que piorou muita coisa não. É que hoje o bagulho tá mais difícil né. Só que vou falar pro cê, questão de serviço aqui não piorou tanto, piorou os abrigos, essas coisas ai tá feio.

[...]

[...] eu faço TO todo o dia a tarde, de segunda a quinta faço TO. Eu só venho aqui procurar um atendimento só, converso... se tiver precisando de um passe para ver minha família, alguma coisa assim, uma roupa (HENRIQUE).

Francisco:

[...] eu posso falar para você que hoje em dia, eu já não sei se é por causa desse problema das drogas que está muito forte, mas já é um pouco de descaso também sabe, porque há pessoas de rua que não conhecem esse serviço aqui sabe! [...] tem pessoas que não vai procurar esse serviço aqui nunca meu! [...] hoje em dia, eu vejo que, assim, falta uma orientação né cara! Porque, talvez, se chega o serviço na hora certa, no lugar certo, talvez aquele momento é a hora do resgate né meu! Porque tem pessoas que vai vir aqui direto, já fez daqui uma rotina [...]. Tem vários tipos de moradores

de rua, só que tem pessoas meu, que se não tiver um pouco mais de esforço da parte, assim, do Serviço Social, eles não vão vim! Então, eu vejo que lá atrás tinha uma preocupação maior né meu, com o morador de rua [...] não sei porque, mas eu vejo que tinha!

[...]

[...] eu tenho consciência de como é meu caminho, mas, às vezes, eu fico meio assim quando eu converso com outros companheiros meu, que nem isso eles sabem. Eles estão pior que cego em tiroteio. [...] há pessoas que está ai na dicção⁷⁰, nesse momento ai dentro do mocó, que para eles, aquilo ali vai ser aquilo ali né meu! Até a morte chegar. Tem pessoas que pensam assim [...]. Pessoas novas, mulheres jovens, crianças... tem crianças ai de 14 anos [...] na dicção, tem pessoas velhas. Então, é triste né meu! A vida na rua hoje em dia é triste, porque antigamente ainda tinha um pouquinho de... sei lá, de companheirismo, um pouco de esperança né meu! (FRANCISCO).

A fala de Francisco levanta um ponto muito importante no âmbito da intervenção e da execução das políticas sociais, que é o compromisso e o engajamento político com as ações realizadas no interior dos espaços profissionais. Como menciona Martinelli (2013)⁷¹, é necessário olhar para o usuário com um “olhar político, que é um olhar poético”. Ou seja, Francisco identifica que falta hoje o “resgate” das pessoas que estão em situação de rua, no sentido da divulgação do trabalho realizado e como uma forma de aproximação com a realidade na qual eles vivem.

A equipe da abordagem social em Londrina faz esse trabalho de ir até os locais em que esta população se encontra, e de informá-la sobre os serviços. Entretanto, Francisco se reporta a “preocupação” que existia quando as Kombis passavam e “forçavam” os meninos e meninas de rua a irem para as instituições que atendiam esses jovens. Essa é a grande mudança que ele identifica: a forma de acesso é outra, pois agora existe uma política pública específica para essa população, hierarquizada e estruturada.

Mas, como fica o usuário no meio de todo esse processo? Se ele entende que hoje não há a preocupação com a população em situação de rua, como era antes, é porque ele, e a grande maioria dessas pessoas, não percebem essas mudanças enquanto possibilidade de acesso ao direito.

Sobre o que o usuário mais procurava no serviço, Francisco conta que:

⁷⁰ Francisco se refere ao uso intenso de drogas.

⁷¹ Palestra ministrada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), março de 2013, cujo tema era “O debate contemporâneo sobre o Serviço Social: o exercício profissional em questão”.

[...] chegou um tempo assim que eu fiquei um pouco afastado desse Serviço [...]. eu tive um tempo da minha dicção, assim, que esqueci disso daqui, até se me abordasse na rua, pelo amor de Deus: “Não conversa comigo!”. Ai depois eu vim me aproximando daqui, eu comecei a participar da TO, eu comecei a conversar e, através daqui que eu também, uma vez, tive uma alegria que eu fui pra Cambé, retornei no meu serviço, foi um tempo que eu fiquei bem né cara! (FRANCISCO).

A entrevista com Francisco, do começo ao fim, foi marcada por um único sentimento: a esperança. Em muitos momentos, Francisco a cita: esperança de conseguir um tratamento, de sair das ruas, de voltar para seu emprego de jardineiro e esperança de ver o serviço melhorar: “[...] eu não tenho perdido minhas esperanças de sair dessa vida, só que tá difícil! E eu vejo assim que tem pessoas numa situação pior que a minha, porque eu ainda penso em sair né meu!” (SIC). Ele também menciona a importância que as atitudes e intervenções dos profissionais do Centro POP têm para que esse sentimento de esperança continue vivo:

[...] igual umas pessoas que eu vejo aqui que ainda tem esperança de ver a gente melhorar né meu! De tá ali sempre batendo na mesma tecla, porque é difícil. Igual, várias abordagens que eu tive, várias vezes que as pessoas já viram eu bem, aqui. Depois eu... sei lá... às vezes eu apareço, assim, do nada, no fundo do poço. E mesmo assim eu vejo que as pessoas, não perdeu a esperança de confiar em mim né, de um dia me ver melhor! (FRANCISCO)

As falas, de quase todos os sujeitos, trazem, ainda que implicitamente, esse sentimento de recomeço, que acaba sendo uma mistura de esperanças e desconsolos, como menciona Riobaldo, em “Grande Sertão: veredas”: “O Senhor entende, o que eu conto assim é resumo, pois, no estado do viver, as coisas vão enriquecidas com muita astúcia: um dia é todo para a esperança, o seguinte para a desconsolação” (ROSA, 1984, p. 315).

Francisco também fala muito do medo e da insegurança que a vida nas ruas tem acarretado e que tem piorado muito nos últimos anos, principalmente por conta do uso de drogas:

[...] nesse século que a gente tá vivendo ai, de 15 anos para cá, tá mais difícil de mexer com o povo da rua [...]. Hoje em dia uma pessoa que tá no crack [...] já não tem mais discernimento para escolher muita coisa da vida não, porque ela já trocou a vida pra viver naquilo ali [...].

Sobre essa questão, a assistente social do Centro POP menciona ter percebido que a maior mudança, durante todos esses anos de trabalho com crianças e adultos em situação de rua, foi, justamente, o aumento do sentimento de medo e insegurança:

[...] eu vejo que antes, por mais que tivessem problemas, os profissionais era respeitados. Você tinha mais respeito, você não tinha medo de trabalhar. Hoje a violência é muito grande. [...] Cresceu muito a violência. Hoje a gente tem que ser cauteloso, ser prudente. Não é discriminar, é ser prudente, porque a gente não sabe do que ele (usuário) é capaz.

Brites (2014, p. 50), menciona que cada vez mais os profissionais que trabalham na execução das políticas sociais, dentre eles, o assistente social, “[...] testemunham os efeitos deletérios do neoliberalismo sobre as condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população”.

Ant e Kowarick (1982, p. 33) discorrem sobre as alterações que o sentimento de medo proporciona às pessoas na atualidade, em relação ao que proporcionava anteriormente.

[...] nos anos recentes, parece agudizar-se uma rotinização do medo no sentido de este não ser mais fenômeno episódico e extraordinário, tornando-se elemento cotidiano, com o qual as pessoas precisam conviver: o medo tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos de meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência.

Os autores ainda completam que as causas da violência em que se vive nesses tempos “[...] nada têm de ‘naturais’, no sentido de inerentes a qualquer ambiente urbano, mas, ao contrário, são eminentemente históricas, pois produzidas pelos homens dentro de uma sociedade alicerçada em oposições e interesses concretos” (ANT, KOWARICK, 1982, p. 32).

Continuando com as respostas sobre as demandas e mudanças observadas no serviço, Hélio opina:

Ah diferente é que antes não tinha esse monte de gente trabalhando ai! Era pouca gente. Não tinha esse monte de Kombi andando na rua ai. [...] esse monte de reunião, todo dia reunião! Mas você não vê nada! Não vê mudança, não vê nada! É isso ai que mudou. Hoje em dia tem um monte de gente, antes era pouca gente. Muitas vezes eram dois, três. Muitas vezes era dois que trabalhava numa Kombi, que atendia nós na rua, levava nós e era atendido rapidinho. Agora você chega aqui e fica esperando o dia inteiro [...] (HÉLIO).

A qualidade do serviço sob o olhar do usuário está pautada na capacidade de responder de forma imediata as suas demandas e nem sempre a boa estrutura é capaz de produzir um serviço de qualidade aos olhos de seus destinatários. Por exemplo, o usuário quer o passe e lhe é oferecido reuniões, não que sejam dispensáveis, mas de algum modo não foram construídos esses nexos entre a necessidade e a oferta de serviços.

Em relação aos serviços que Hélio utiliza atualmente no Centro POP:

Quando eu venho aqui, eu participo ai da Terapia Ocupacional né. [...] muitas vezes preciso de um vale transporte. É que eu tô fazendo curso de mecânico. Mas sempre que eu estou precisando, e eu não tenho a quem recorrer eu venho aqui. [...] Eu to lá no Abrigo [...] e minha muié tá no Pão da Vida⁷² [...] Mas geralmente nós acaba indo pra rua, porque tem aquele negócio assim que nós fica preso... que nem, eu tenho minha muié, e eu praticamente só vejo minha muié aqui. Eu tô fazendo curso, é uma situação assim... perigoso até minha muié largar de mim sabia?! (HÉLIO).

Hélio confirma ser o Centro POP um espaço de referência, quando relata ir até o serviço sempre que precisa de alguma coisa, mas não tem a quem recorrer. Entretanto, sua fala evidencia que ele não enxerga o serviço como a possibilidade de acesso ao direito, assim como Francisco, o que se justifica pelo fato dos usuários terem frequentado o serviço desde pequenos, quando o mesmo ainda não era institucionalizado.

Como visto no item anterior, Hélio menciona o acolhimento da Tia (assistente social), que levava a “molecada” para sua própria casa, para oferecer banho e alimentação. Isso reforça o fato do serviço, com o passar dos anos, estar se modificando e se ajustando às políticas e às normativas, mas sem possibilitar que os sujeitos que ali são atendidos se tornem (co)participantes desse processo. Mais uma vez ressalta-se a necessidade de processos de avaliação e monitoramento constantes, que contem, de fato, com a participação dos usuários. Muitos estão comemorando aniversário junto com as políticas, programas e projetos, ainda que haja exceções.

Belinda:

⁷² Acolhimento Institucional.

Ah, eles estão dando mais oportunidades para quem busca oportunidade, isso eles mudou bastante. [...] Hoje você tem que buscar o serviço alguns meses para você conseguir algumas coisas do serviço. [...] você tem que ter uma rotina. Igual, você vem hoje, você conversa com o assistente social, você fala o que você quer, só que daqui uma semana você tem que vir de novo. Você tem que estar vindo toda vez, pra eles, um exemplo, dar o benefício, dar uma moradia, dar uma coisa assim, entendeu?!

[...]

[...] isso mudou! Eu acho que talvez melhorou [...] Porque muita gente acha que tá sendo bom sim. Porque eles estão ajudando quem quer! Quem quer realmente eles ajudam. Demora, mas ajuda. Porque governo, tudo do governo demora (BELINDA).

Cabe apontar que a grande maioria dos usuários reconhece a melhora no serviço, sobretudo a preocupação de atender às necessidades mais estruturantes (documentação, emprego, moradia, encaminhamento para os serviços de saúde que atendem usuários de drogas), e que nem sempre podem ser de fato atendidas, como pode ser constatado nas falas a seguir.

O que mais busca, atualmente, no serviço:

O que eu precisar aqui, não vou mentir não, talvez eles não possam ajudar, mas eles encaminham eu para o que eu precisar. Preciso de um emprego, eles me ajudam; a tirar meus documentos. Emprego mesmo, eles mostram uma ficha pra mim: “ó tal lugar tá precisando assim, assim, você tem as características”. [...] Eles me ajudam com o Benefício do Estado, o cadastro único [...] (BELINDA).

Cauê:

[...] de 95 pra cá mudou pra bom, por que?! Porque hoje em dia eles têm mais atenção né! Antigamente eles passavam, a molecada não queria ir. Eles passava a Kombi catava eles e ia embora né! [...] ó vou falar por experiência: eu parei por cinco mês de usar droga e beber pinga, ai uma menina gostou de mim e quis se apegar comigo e eu se apeguei com ela. Ela ficou, 9, 10 dias sem usar crack, sem beber pinga, juntada comigo né! Eu tava mó contente [...]. Ajudei a curar as feridas dela, arrumar uns documentos, arrumar uns remédio que ela tava tomando [...] ela engordou cinco quilos. Tava bonitinha. Depois, quando completou os 10 dias, ela desceu atrás da pedra de novo. Largou sozinha. Ai vem na minha mente: “nossa, olha como o Sinal Verde sofre com a gente” (risos). [...] Eu creio que eles melhora muito, porque eles dá mais vantagem pra gente [...]. (CAUÊ).

Ananias:

No começo não tinha muita gente para atender a população. No começo, que era “Projeto Amigo”, tinha uma Kombi para atender. Depois que passaram, acho que era pra “Sinal Verde” mesmo, pra uma Kombi só, eles não estavam dando conta. [...] Em termos de atendimento, estão cada vez mais capacitados para atender também né! Então, como se diz, muitas

idades pararam no passado né! [...] tem os usuários ali, eles sabem lidar com isso. Porque, vou falar a verdade, o tal usuário ele não é fácil de entender (risos). Porque, uma hora ele está bem, outra hora ele tá meio virado ali já.

[...]

[...] pra tudo que a pessoa precisa, ela encontra aqui. Se ela precisa de um psicólogo, ela encontra aqui. Se ela tá indo direto pro posto de saúde, não consegue um atendimento médico, nem nada, vem por aqui. Pra ir pra um abrigo, porque primeiro você entrava no abrigo por conta. Hoje não. Hoje é só por eles. (ANANIAS).

Ananias ainda comenta que, atualmente, tem buscado mais o serviço para retirar seus documentos, porque está à procura de um serviço.

Helena e Beatriz respondem a pergunta sobre a mudança do serviço, partir de suas próprias modificações diante da vida e da forma como encaram o uso de drogas:

Eu fui diferente, antigamente eu era mais agressiva. Quando cheguei no Abrigo eu era muito agressiva. Usava droga, não queria saber de nada. Para mim tanto fazia ficar na rua ou não. Agora hoje não! Eu penso mais antes de ir pra rua (HELENA).

Beatriz:

Ah melhorou bastante né! [...] eles encaminham pro CAPS AD também. Fazer trabalho de redução de danos né! E, eu melhorei bastante, de quando eu vim pra cá, eu melhorei bastante, porque eu comecei usar menos droga né! Tem mês que nem uso. Tô correndo atrás de trabalho, tô fazendo o curso do PRONATEC que o CREAS me encaminhou pra lá, e eu mudei bastante. Tô recebendo duas bolsas, um cupom⁷³ (BEATRIZ).

Com relação ao que a usuária tem procurado no Centro POP atualmente, Beatriz fala ser o TO: “A TO ajuda bastante, porque nós pinta os panos, e aí pode levar para vender né! Eu já vendi bastante pano assim. É uma forma de renda também” (SIC).

Em quase todas as falas, a TO é muito mencionada como atividade que os usuários realizam e passam as tardes, inclusive por ser esta uma das poucas atividades que hoje é ofertada no Centro POP de Londrina. O que se quer ressaltar, no entanto, é a importância que esses espaços de criação, como as atividades desenvolvidas na TO, possuem para os usuários.

⁷³ Na entrevista com a assistente social do Centro POP, esta explica que o cupom foi criado pelo município para substituir a cesta básica. Com ele a pessoa poderia comprar sozinha o que necessitasse, como por exemplo, carne, arroz, bolacha, etc.; com exceção de bebidas alcoólicas, cigarro, dentre outros itens que não fosse de sua necessidade básica.

Durante a observação participante, realizada no Centro POP, objetivando a aproximação com os usuários e com a dinâmica da realidade do serviço, foi possível acompanhar a TO, numa tarde. Essa aproximação foi muito interessante, pois puderam ser ouvidos os comentários que usuários faziam em relação ao seu dia a dia, ao atendimento do Centro POP e presenciar os artesanatos que iam sendo produzidos.

Nesse dia, duas situações interessantes chamaram a atenção: a primeira foi que, enquanto produziam os artesanatos (pintura em tela, pano de prato, produção de barco de madeira), eles ouviam músicas no rádio. Em um determinado momento uma música chamou a atenção de Helena que ali estava, e a mesma assim falou: “nossa como eu gosto dessa música, ela é muito bonita” (SIC). Então, ela começou a dançar, cantar e se expressar através daquela música.

A segunda situação interessante foi que, a TO tem início às 14h30min de segunda à quinta-feira, e muitos ainda não haviam almoçado naquele dia. Em um determinado momento, Cauê que fazia um barco de madeira se levantou e saiu dizendo que voltava logo, porque ia apenas buscar comida. Passado alguns minutos ele retornou com uma vasilha de comida, que ele comeu e compartilhou com todos os presentes, inclusive com Hélio e Helena. Ali, pode-se observar a possibilidade (re)construção dos vínculos, ou, pelos menos, o que poderia ser chamado de um esboço de (re)construção de algo muito parecido com vínculos sociais e de solidariedade.

Outro fator que pode ser percebido nos trechos das falas dos sujeitos, foi a relação entre a Proteção social oferecida pelo município antes e após as políticas (PNAS, PNPR, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, etc.): Henrique, por exemplo, relata que a forma de trabalhar mudou e Francisco menciona a maior preocupação que se tinha antes, quando as Kombis passavam “recolhendo” as crianças de rua. E aqui a preocupação é confundida com as medidas emergenciais de proteção, como ocorria com o trabalho com as Kombis. Hélio já cita o aumento de profissionais, o que indica a questão da organização e hierarquização dos serviços, apesar do usuário questionar que, o aumento de profissionais, só fez aumentar o tempo de espera pelo atendimento.

Belinda cita o fato de o usuário ter que ir até o Centro POP, e não o contrário, e nesse ponto, fica nítida a linha que dividi a ação filantrópica e o serviço público como medida de acesso ao direito. Isso fica explícito no fim de sua fala,

quando ela menciona que “[...] tudo do governo demora!”; Cauê, já menciona que o serviço tem mais atenção com o usuário, diferentemente de como era antes, quando a Kombi apenas “recolhia” os meninos e meninas de rua. Ele ainda reconhece a importância do trabalho que os profissionais têm desenvolvido no serviço, quando conta a história da menina que se “juntou” com ele e, logo em seguida, já voltou para o uso de drogas, e brinca: “nossa, olha como o Sinal Verde sofre com a gente” (SIC).

Ananias cita a questão da maior capacitação dos profissionais para atender a população em situação de rua, fato este que também se comprova no Centro POP de Londrina, pois foi possível perceber entre a grande maioria dos técnicos do serviço, a criticidade e a busca pelo aprendizado constante sobre a temática, inclusive na busca pelo diálogo com as Instituições de Abrigamento que também atendem essa população. O usuário ainda aponta a interlocução que o Centro POP possui com as outras políticas (saúde, por exemplo), o que é algo extremamente importante e positivo para realidade do serviço.

Chama-se a atenção também para a grande demanda por vagas nas instituições de tratamento contra a dependência química. Constatou-se, no momento da observação participante, realizada no plantão junto a um assistente social, o grande sofrimento, tanto dos profissionais quanto dos usuários, quando não se conseguia a vaga para a internação. Dessa forma, uma medida extrema, tomada com o consentimento dos usuários, era a internação destes no Hospital Psiquiátrico Xangrilá, em Londrina (PR). Medida esta totalmente conservadora e emergencial, mas que proporcionava “alívio” aos usuários dependentes, porque estes ficavam dopados durante dias, desintoxicando o organismo e impedindo a vontade de usar a droga. Por isso, menciona-se a questão do sofrimento, pois o técnico que foi acompanhado na observação participante tinha consciência que essa era uma medida usada em último caso, quando todas as alternativas já tinham sido esgotadas e, o usuário pedia “pelo amor de Deus” para se internar e ficar sem usar drogas.

Aliás, o sofrimento pode ser observado constantemente no semblante e nas falas, de quase todos os entrevistados. Como menciona Sawaia (2002, p. 99), “Sem questionar o sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização”.

Essa autora ainda menciona, que “[...] o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos”. No capítulo anterior, quando foi perguntado sobre as maiores dificuldades da vida nas ruas, muitos dos usuários disseram ser a humilhação e o preconceito sofrido e, Helena ainda menciona se sentir “fora da sociedade” nesses momentos, palavras estas que foram ditas com muito sofrimento e dor por todos os sujeitos. Como explica Sawaia (2002, p. 105):

[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a totalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

As políticas sociais, materializadas nos serviços não conseguem, na grande maioria das vezes, captar as necessidades e subjetividades dos indivíduos, seus sofrimentos e perdas. Quem tem a possibilidade de sinalizar as subjetividades nos serviços são os próprios homens. E essa tarefa não é fácil, uma vez que os próprios profissionais estão também suscetíveis a esse intenso sofrimento, principalmente quando as limitações institucionais, políticas, econômicas, etc., impedem-os de concretizar práticas libertadoras e transformadoras.

E, aqui, ressalta-se a importância, dentro do Centro POP do trabalho que é realizado entre o Serviço Social e a Psicologia, pois estas questões que fogem do controle material concreto devem ser reportadas para o âmbito psicossocial. Em Londrina, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua possui uma interlocução entre essas duas áreas, inclusive, alguns usuários citam o atendimento com os psicólogos, como um avanço no serviço. Não cabe aqui, entretanto, uma discussão mais profunda sobre a abordagem psicossocial relacionada ao sofrimento humano, pois esse tema foge do foco de análise e do domínio teórico aqui proposto. Essa questão foi problematizada, porque esteve muito presente nos relatos dos usuários entrevistados, assim, não poderia passar despercebida.

Por fim, destaca-se nas falas de Helena, Henrique, Hélio a presença da avaliação do serviço por intermédio dos Abrigos. Essa confusão provavelmente ocorra, pelo fato do Centro POP fazer os encaminhamentos para as Instituições de

Abrigamento e de estar em constante diálogo com as mesmas, para que não haja sobreposição de atendimentos, visto que muitas pessoas são atendidas por ambos os serviços. No entanto, percebe-se que os usuários, na grande maioria das vezes, não conseguem identificar o papel do Centro POP, uma vez que ali não é o lugar que eles dormem e também não é o lugar em que eles comem, concluindo-se que, a grande referência do serviço hoje, quando não é para a obtenção de passagem ou de Benefício, está ligada a tentativa de vaga nos abrigos ou para o acesso à Terapia Ocupacional. Essa conclusão está mais clara no próximo item, quando eles opinam e dão sugestões sobre o que poderia mudar no serviço.

Opiniões e ideias para Centro POP

“Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso por direito, e não sabe, não sabe, não sabe!”.

Guimarães Rosa.

Nesse item estão as falas dos sujeitos entrevistados referentes às opiniões que eles possuem a respeito do serviço, assim como foi aberto um espaço para que eles sugerissem mudanças e melhorias para o Centro POP, a partir das seguintes questões norteadoras: “Cite o que você acha de ruim (se houver) e de bom (se houver) no serviço oferecido pelo CREAS”; “Se você pudesse opinar sobre o que você poderia mudar aqui no serviço do CREAS, o que seria?”. E assim, opina Henrique:

Olha eu acho que aqui essa cidade tá precisando de um abrigo. Eles tinham que ter um abrigo para quem é da cidade, e ter um abrigo pra quem é casa de passagem, pra quem vem de fora, porque daí não ia faltar vaga no abrigo pros caras daqui, tendeu?! [...] Eu tava no abrigo, por causa de uma coisinha, uma recaidinha que tava acontecendo, a cara já botou eu pra rua. É, depois que você acostuma a ficar na rua, você não quer mais voltar para o abrigo não [...] porque quando você tá sem droga na mente, você botou a droga [...] você já começa a se acostumar. O cara se acostuma com a rua também! [...] pelo menos uma vez por semana ter um banho [...] (HENRIQUE).

A pesquisadora pergunta para Henrique se ele acha que, se houvesse outras atividades diferentes no Centro POP em outros horários, além da TO, faria alguma diferença, e ele responde que sim:

[...] porque aí o cara tá na rua o dia inteiro, o cara não vai pensar outra coisa sem ser droga. Agora o cara ocupando a mente dele aqui, se tivesse material de uma atividade, tivesse como fazer uma atividade boa aqui, a maioria ia ficar aqui o dia inteiro (...). O cara quando ele para, bota a mente dele no lugar, fica em alguma coisa; ele começa a ter planos de novo. O cara volta a viver, tendeu?! Agora, quando um cara tá na rua, só fala com psicólogo, com alguém e vai embora, na hora ali você alivia a mente um pouco, depois vai embora, volta tudo a mesma coisa. Agora se tiver uma coisa para fazer todo o dia que vai melhorar sua vida, sua autoestima, sei lá, eu acho que ia ser melhor mesmo (HENRIQUE).

A ideia de mudança para Francisco esteve mais relacionada a sua própria situação individual, do que ao seu olhar para o serviço como um todo. Entretanto, é nítido o apelo que Francisco faz em sua fala, quando propõe uma instituição de tratamento para pessoas dependentes químicas, com um novo formato, para além do que existe atualmente:

Ah, sabe o que eu imaginei uma vez assim? Que poderia ser mesmo [...] era uma casa de apoio, tipo assim uma casa onde a pessoa ficaria assim 5 mês trabalhando, aonde o salário ficaria assim guardado e esse salário fosse administrado por um setor social depois que ele pudesse alugar um negócio, e que ele fosse acompanhado, e continuasse trabalhando em alguma firma [...]. Porque eu acho que só através do serviço que ela vai se conscientizar que ela é alguma coisa [...] (FRANCISCO).

Em seu relato há a expressão de denúncia por parte daqueles que fazem uso dessas instituições, principalmente quando eles mesmos afirmam: “esse modelo não serve para mim”. E a questão do trabalho fica bem clara nas falas dos sujeitos entrevistados, uma vez que a vontade e a necessidade do trabalho aparece sempre, mas a forma como se tem pensado a (re)inserção dessas pessoas no mundo do trabalho é que precisa ser revista, pois quando há, por exemplo, a dependência química, na grande maioria das vezes, esta falará mais alto.

Essa necessidade de voltar a trabalhar como sinônimo de “fim de todos os males”, expressa nos relatos dos sujeitos, evidencia a centralidade do trabalho em suas vidas. Como explica Marx (2010), “[...] o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, carente, que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros em com isso, sua existência”. Por isso que o apelo à

importância do trabalho está sempre presente nas reivindicações dos usuários, pois enquanto trabalhador, o homem tem suas propriedades humanas na relação direta com o capital, que lhe é estranho (MARX, 2010, p. 91).

Hélio, sobre sua opinião (positiva e negativa) sobre o serviço, comenta:

Meu negócio ruim é só no abrigo, a questão da vaga, muitas vezes a alimentação, a precariedade. [...] Muitas vezes eles fazem as coisas para nós lá do jeito que eles querem, trata nós que nem cachorro! Muitas vezes você vai reclamar e eles não acreditam em você! Sabe porque eles não acreditam em nós? Porque nós somos morador de rua.

[...]

Mas vou ser sincero pra você, não vejo nada de positivo. Eu venho aqui, porque não tenho outra coisa pra fazer. Se ficar na rua vai ser pior. Então venho pra cá. [...] Se eu preciso de alguma coisa, eu venho aqui pedir, mas eles dão ou não dão também é a mesma coisa! (HÉLIO).

Na fala de Hélio, mas uma vez pode ser percebido o uso das Instituições de Abrigamento como critério de avaliação do Centro POP e, quando o usuário menciona que, nesses espaços “[...] eles fazem as coisas [...] do jeito que eles querem”, ele expressa a falta de diálogo com aqueles que usufruem desse serviço, e que possuem sim, condições de opinar e avaliar o que tem sido feito dentro dessa política de Alta Complexidade. Com relação às mudanças sugeridas, Hélio cita: “Arrumar o prédio. [...] Sabe o que eu achava? Ter alimentação para quem chega da rua, ter um banheiro pra poder tomar banho” (SIC).

Ainda que a alimentação não possa ser oferecida dentro do Centro POP devido às condições materiais e estruturais do serviço, podem ser feitos convênios por intermédio da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (orientações MDS/2011) existente no município de Londrina, por meio do Bom Prato⁷⁴ ou do planejamento de Cozinhas Comunitárias, que além de ser um projeto que poderia oferecer capacitação às pessoas em situação de rua, poderia gerar trabalho e renda para esta população.

Helena afirma não haver nada ruim para ela no serviço e aponta os pontos positivos:

⁷⁴ As refeições são oferecidas pelo Bom Prato de Londrina, a 1,50. Em 2013, o restaurante ficou fechado desde julho devido a irregularidades encontradas pela Prefeitura nos dados contratuais apresentados pela Ação Social do Paraná (ASP) que tocava o serviço no município. O serviço iria passar por um novo processo de licitação, e passaria a englobar as pessoas em situação de rua do município, a partir do subsídio da Secretaria Municipal de Assistência Social (ODIARIO, online).

Ah aqui o que tem de bom pra oferecer é que aqui, a gente reconhecendo o que eles faz pela gente... às vezes, muito deles fala que não é nada, fala assim: “ah vocês não faz nada pela gente”, mas eles faz. Eles abrem as oportunidades da vida, como ser alguém na vida. [...] agora eu vou fazer curso de idoso né! Cuidar de idoso. Então, nesse curso ai, a gente já pensa mais alto [...], ai mais pra frente começar a estudar, eu posso fazer curso de enfermagem, posso ser uma auxiliar né?! (HELENA).

Sobre as sugestões de mudança para o Centro POP, Helena aponta:

Bom, a única coisa que seria melhor, tipo assim, é que deveria ter, assim, um lugar pra tomar banho né... não pra comê! Só pra tomar banho. Ai a pessoa vai pra rua e arranja uma coisa de comê! Igual a gente fazia, eu e o “Hélio”. A gente, quando ficava pra rua, a gente vinha aqui, ficava na TO, depois a gente ia, buscava comida e voltava (HELENA).

Com relação à opinião de Beatriz sobre o que ela achava de bom do serviço:

Os atendimentos né! É muito bom! Que, às vezes, você vem, e não é nem o seu dia de ser atendido, se eu tiver com uma situação difícil eles atende você. Eles dão um jeito de encaixar e atende. Nunca sai daqui sem ser atendido. Nunca, nunca, nunca! Quatro anos que eu uso o CREAS! (BEATRIZ).

O que ela achava de ruim era o lanche oferecido para os usuários (café da manhã):

[...] porque todo o dia é chá e bolacha, chá e bolacha, enjoa tanta bolacha! (risos). Tinha que ser uma coisa mais diferente né! Mas, no momento, é o que tem pra oferecer (BEATRIZ).

A mudança que Beatriz sugeriu para o Centro POP era que, se possível, pudesse ser oferecido trabalho em vez dos Benefícios Sociais:

[...] uma coisa que eu acho meio difícil assim de acontecer, mas eu acho que eles deviam ajudar a gente a arrumar um emprego né! Uma reciclagem aqui para os usuários mesmo, sabia? [...] porque muitos usuários reclamam desse negócio do serviço, porque nós somos muito discriminados (BEATRIZ).

Para Amauri e Ananias, as mudanças também são avaliadas a partir de melhorias nos abrigos, principalmente o aumento de vagas:

Eu acho que teria que fazer mais abrigos né, pra abrigar essas pessoas. No lugar do prefeito ficar fazendo praça, tem que fazer uns abrigos né. Eu acho que é por aí... (AMAURI).

Aumentar o abrigo, porque abrigo só tem dois (risos). Dois abrigos masculinos e chega o inverno lota né! (ANANIAS).

Cauê, assim como Henrique e Francisco, sugere um espaço em que a população de rua possa ter oportunidade de acesso ao lazer, em vez de ficar nas ruas usando drogas ou “causando vergonha para a cidade”:

Uma área de lazer completa. [...] A pessoa poder tomar um banho, a pessoa se alimentar, fazer um cantinho só pra turma. Se não pudesse todo dia, pelo menos no fim de semana né! Na quinta-feira, na sexta-feira, a pessoa que mora na rua ir lá, tomar um banho, diverti. As vezes a pessoa só vive ali, isso que eu acho ruim.

[...]

[...] Porque vamos supor, se a pessoa fica muito tempo na rua tudo sujo, se tiver uma pessoa pra acolher ali [...] tomar um banho... a pessoa é vergonhoso pra cidade. Mas não é tanto, porque a pessoa vai tá limpinho, andando limpinho na rua, porque a pessoa sabe que tá sendo cuidado (CAUÊ).

Essa fala de Cauê expressa a humilhação vivida diariamente pela população em situação de rua, considerada parte da sujeira que polui as cidades do Brasil. Concomitante a isso, também evidencia que a grande maioria das reivindicações do usuários dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas que comportam o padrão civilizatório atual, ou seja, solicitam banho, trabalho, alimentação, capacitação. Sobre esse “modo de ser” da sociedade burguesa, menciona Barroco (2011, p. 209):

O modo de ser adequado à (re)produção das relações sociais burguesas, na contemporaneidade, é determinado pelas formas de sociabilidade aqui assinaladas. No interior de uma dinâmica histórica complexa e contraditória, da luta de classes e da oposição entre projetos sociais, entre ideias e valores, se processa um modo de ser dominante, fortalecido pela base material de suas ideias. Quero dizer que a sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos meios de produção e que isso fornece a base material para a reprodução de um ethos fundado na posse privada de objetos. Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do ethos burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal.

Por fim, Belinda fala primeiro sobre o que ela pensa do serviço e, em seguida, dá uma sugestão para o Centro POP que foi inesperada:

[...] eu não tenho que falar mal do serviço. [...] Eu posso xingar eles tudo, mas eu entendo que é muita gente entende, é pouca verba, sabe?! Eu entendo isso eu tenho consciência disso. De ruim [...] a demora! A demora para sair o que a gente pede. Pra sair abrigo, às vezes, é pouco abrigo feminino. Eles dão especialidade pra mulher deficiente, pra mulher com criança e pessoas com algum problema mental, eles dão preferência entendeu?!

[...]

[...] Eu acho que aqui poderia ser um Centro POP, igual tem em Curitiba, uma sede... em Curitiba tem eu já passei! [...] Em Curitiba eles pegam o povo na rua de Kombi, e leva o povo pra passar a tarde num lugar que tem banho, tem comida, tem pintura pra quem quiser [...]. Que nem, igual, você tá na rua, o problema é as drogas, então, de dia, pelo menos eles têm onde ocupar a cabeça pra esquecer da droga, por mais que use a noite, mas é uma “redução de danos”, não é verdade? [...] Eu acho que isso poderia melhorar: ter um espaço maior pra passar a tarde, passar o dia, não pra atendimento com assistente social [...] um espaço pra ocupar a cabeça, igual eu tô fazendo agora. Eu tô fazendo TO, mas a TO só é liberado [...] pra quem tá no abrigo. [...] é liberado para quem tá na rua, uma vez por semana só, tendeu? Então, é muito pouco, pouco, pouquíssimo demais. [...] uma vez na semana você vai deixar de usar droga, uma vez só? E os restos? [...] na segunda você vai, e de terça a domingo, o que você faz? Nada! (BELINDA).

Esse relato de Belinda é bem expressivo e evidencia o que já foi abordado anteriormente, que é a evolução o serviço, passando de nome em nome, com aumento do número de profissionais, e evolução nas formas de atendimento e abordagem, entre outros avanços (e, retrocessos?), sem que o usuário que frequenta e utiliza do serviço tenha conhecimento e consciência dessas modificações. E, esse desconhecimento ocorre, principalmente, pela falta de estrutura que o Centro POP de Londrina possui em relação ao que pode ser observado por Belinda em Curitiba (serviço esse, inclusive, considerado modelo para as demais cidades).

Fica claro nesse processo investigativo que os usuários percebem as diferenças, os avanços e os retrocessos que vivenciam na atenção pública à população em situação de rua, ainda que não consigam se expressar, diretamente, nesses termos. Necessita-se apenas estabelecer diálogo com esses sujeitos para que essa política, ainda recente, possa avançar e fazer valer toda a luta que foi destinada a ela.

Belinda, em outro momento da entrevista, retoma a relação da mudança do serviço como possibilidade de redução do uso de drogas, e possibilidade de voltar a se reconhecer enquanto sujeito que também possui valor:

[...] um Centro POP, o morador de rua poderia começar a se amar mais. Poderia começar a observar mais o seu valor, vindo aqui tomando um banho, ficando cheirozinho, limpinho. Vendo como ele é passando um dia. Ai se ele gosta, no outro dia ele não vai perder, por mais que ele se drogue a noite. No outro dia ele vai estar aqui querendo tomar outro banho, querendo pintar um pano, querendo fazer um crochê [...] ele vai querer tá ali. [...] Porque quem tá na rua não se ama. Perde o amor próprio por causa da droga. Eu sei por experiência própria [...] de que ninguém se valoriza na rua não! [...] eu acho que se tivesse um Centro POP ia ser bem melhor (BELINDA).

Destarte, foi interessante notar, nesse item, a identificação que o usuário teve com o CREAS I/Sinal Verde, nome pelo qual eles reconhecem o equipamento. No entanto, mais uma vez pode-se perceber a confusão entre o Centro POP e o Abrigo, como se fossem a mesma coisa. Se existe um lugar na Política de Assistência Social em que há a presença gritante do híbrido, do velho e do novo se entrelaçando, é na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, principalmente em relação à população de rua. As Instituições de Abrigamento necessitam se adequar em sintonia com o que prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109/2009), principalmente no que concerne à qualidade do serviço prestado e à demanda existente.

Essa discrepância que pode ser percebida nos serviços de abrigamento denuncia a peculiaridade da condição sócio-histórica e política-econômica que marcou o desenvolvimento do país: nítida presença da cultura conservadora, aliada às práticas patrimonialistas e assistencialistas. Sendo assim, um dos maiores desafios, como destaca Couto, Prates, Mendes (2011, p. 210), vincula-se à “[...] capacidade teórico-metodológica e a vontade política em desencadear um processo radical, progressivo e contínuo de superação dessas heranças históricas [...]”, de forma que o novo possa superar os resquícios do velho, desimpedindo o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento integral das necessidades e direitos dos sujeitos.

Belinda destaca também em sua fala, a necessidade do serviço oferecido pelo Centro POP de Londrina manter um ritmo de atendimento que responda à necessidade de vínculos com valores e condições que dispute o lugar da droga e da rua, sendo possível a criação de propostas alternativas e criativas, de caráter transformador, a partir da perspectiva da Redução de Danos que não necessariamente precisa ser uma proposta exclusiva da saúde, ainda que extremamente necessária para esta área.

Esteve muito presente também a ideia do Centro POP como um espaço que englobe a possibilidade do lazer, da cultura, da expressão através da arte (TO). E, nesse ponto, percebe-se a identificação do usuário com aquele espaço, o que é muito rico, pois ali, torna-se um espaço de identificação dos sujeitos, uma referência.

Dessa forma, muitos usuários demonstraram ter consciência de ser essa uma alternativa, no âmbito da Política de Redução de Danos, para o uso de drogas no período do dia, principalmente na ausência de vagas em clínicas e casas de recuperação para dependentes químicos e, o Hospital Psiquiátrico Xangrilá, com certeza, não pode mais ser usado como medida extrema. Einstein dizia que não há maior absurdo que pretender mudar os resultados repetindo sempre a mesma fórmula⁷⁵. Deve-se, então, lutar para que seja possível mudar os métodos, e fazer do direito mais que um meio legal, mas uma possibilidade.

2.3 O OLHAR DO USUÁRIO ATRAVÉS DAS LENTES: O QUE O CENTRO POP REPRESENTA?

“Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo no meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado”.

Guimarães Rosa.

A oficina de fotografia foi pensada a partir da possibilidade dos usuários poderem se expressar, para além do que já havia sido dito nas entrevistas. Nem sempre existem palavras que consigam traduzir os sentimentos e sensações que se pode ter em relação à determinada situação ou, no caso da pesquisa em questão, em relação à possibilidade de se avaliar um serviço que se usufrui, quase que diariamente. Tentou-se, assim, buscar o foco oculto do serviço, revelado através das fotografias tiradas pelos usuários.

Para a apresentação da proposta da oficina, decidiu-se levar o livro: **“Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”**, no momento em que as fotos seriam feitas. Avaliou-se que essa

⁷⁵ Em referência à fala do Presidente Mujica do Uruguai sobre a regulamentação da maconha, em dezembro de 2013, em entrevista para Carta Capital (ano XIXI, nº 779): “Iniciamos um caminho para combater o vício por meio da educação e identificando os que consomem e tendem a se desviar do caminho. Einstein dizia que não há maior absurdo que pretender mudar os resultados repetindo sempre a mesma fórmula. Por isso, queremos experimentar outros métodos”.

abordagem seria interessante, pois o livro contém belíssimas fotos que foram tiradas por um jornalista, integrante e militante das questões que envolvem a população em situação de rua do país; e, a partir disso, eles teriam mais segurança da intenção e do significado que as fotografias teriam para o trabalho. A adesão à ideia das fotografias foi muito positiva, pois ao folhear o livro, muitos identificaram amigos que foram fotografados pelo jornalista (pois Londrina fez parte do Censo) e ficaram muito felizes, pois afinal, “eles teriam ficado famosos” (SIC).

Uma aproximação inicial dos estudos da sociologia das imagens fotográficas pode ser feita por meio das reflexões e experiências de Martins (2011). O autor traz em seu livro os desafios da fotografia para a construção do conhecimento nas ciências sociais:

Tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolve as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada, o depoimento, a entrevista, em termos absolutos como referência sociológica, que são as dificuldades de sua insuficiência e de suas limitações (MARTINS, 2011, p. 11).

Segundo o autor, o uso da fotografia em uma pesquisa científica, vai além da intenção de apenas registrar um fato ou comprovar um dado. A fotografia é “[...] constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito” (p. 23). O uso de imagens e fotografias foi incorporado por sociólogos e antropólogos como uma metodologia adicional ao vasto leque de técnicas de investigação. Esse recurso amplia e enriquece as informações que o pesquisador “[...] pode dispor para reconstruir e interpretar determinada realidade social” (MARTINS, 2011, p. 26).

Tal fato reforça o papel que o uso das imagens teve para a construção do olhar dos sujeitos integrantes da pesquisa em relação ao serviço do Centro Pop de Londrina (PR), uma vez que para a fotografia ter sentido, ela deve ter sentido, primeiramente, para quem fotografa e/ou é fotografado.

[...] a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desconstruídos do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade (MARTINS, 2011, p. 36).

A partir do exposto, a máquina fotográfica foi entregue para os usuários e foram explicados quais seriam os objetivos das fotos: eles poderiam

andar pelo Centro Pop (CREAS I) e fotografar o que quisessem naquele espaço (já com a prévia autorização da coordenadora), tanto os profissionais (caso estes concordassem), quanto os lugares, salas, etc. Também foi dito que a intenção das fotografias era mostrar o que (e como) eles enxergavam o equipamento, e o que era menos ou mais importante, ruim ou bom para eles.

Ressalta-se que, no dia em que foi realizada a oficina de fotografias, Hélio (sujeito participante da pesquisa) estava bravo devido a algumas situações pessoais que ocorreram naquela semana, então, em muitos momentos ele gritava pelo equipamento e exigia ser atendido imediatamente pela Assistente Social. Esse fato interferiu no percurso dos usuários que saíram pelo espaço fotografando, gerando certo desconforto entre as funcionárias da recepção e alguns profissionais.

Destaca-se, ainda, a preferência de alguns usuários em fotografar no interior da sala da TO, pois se sentiam mais à vontade naquele espaço, que, afinal, era um lugar de criação, sentindo-se mais “livres”. Apenas três usuários saíram e percorreram o equipamento, fotografando uns aos outros e pedindo para que fossem fotografados com os profissionais. Essa ideia, na verdade, foi de Helena e, assim que tiravam as fotos, ela explicava para os técnicos o porquê daquele profissional ter sido fotografado e a importância que seu trabalho possuía em suas vidas. Alguns ficaram desconfiados e optaram por não sair nas fotografias.

Apesar das fotos tiradas com os profissionais terem sido muito significativas, pois os usuários se sentiam à vontade naquela situação; optou-se por não utilizá-las no trabalho afim de não expô-los, uma vez que, essa reação dos usuários não era esperada e acreditava-se que as fotos seriam direcionadas para o que eles não gostavam ou gostavam no Centro POP ou da situação da estrutura física do espaço. Dessa forma, como os técnicos não haviam assinado o termo de consentimento de uso da imagem, uma vez que foram surpreendidos, decidiu-se por apenas descrever essas imagens.

Ao todo foram seis fotos tiradas com os profissionais (Terapeuta Ocupacional, dois Assistente Sociais, a coordenadora do Centro POP e uma psicóloga). É significativa, em todas as fotos, a presença da sensação de conforto dos usuários. Eles aparecem à vontade ao lado daqueles que são sua referência cotidiana, que conhecem suas histórias de vida, sabem das suas lutas e de suas tragédias. Nesse sentido, foi possível perceber o quanto uma ação e um processo interventivo têm o poder de refletir na vida daqueles com quem se trabalha.

Na perspectiva avaliativa, o que importou ser registrado pelos sujeitos não foi algo que os decepcionava ou coisas materiais, mas sim, pessoas. E quem de fato, direciona as ações dentro da política pública são as pessoas. São elas que dão o tom. E, apesar das falas dos usuários estarem repletas de críticas, opiniões (negativas e positivas) e ideias sobre os serviços, em muitos momentos eles mencionaram a papel do profissional como referência, como aqueles que os socorrem sempre que precisam. E isso aparece nas fotos.

As imagens a seguir, retratam duas usuárias do serviço logo na recepção do equipamento e no fundo o próprio logo do serviço público e os cartazes das regras criadas pelos usuários na TO para o Centro POP.

Foto 1 – Recepção 1



Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Foto 2 – Recepção 2.

Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

As imagens podem, muitas vezes, denunciar singelas minúcias que, olhadas na correria do cotidiano, não são percebidas. Porém as mesmas não falam tudo, muitas vezes é necessário refletir para além delas. Os pequenos detalhes implícitos em um olhar, em um gesto, em uma cara de raiva ou em um questionamento feito por meio de expressões, passam despercebidos, e os sujeitos perdem a voz no limite do alcance das políticas públicas.

Não é intenção neste trabalho retratar a realidade como algo messiânico e puramente subjetivo, pois se tem consciência dos limites físicos e institucionais, que submetem os profissionais aos mais variados obstáculos que dificultam suas ações e possibilidades criativas, e acarretam o cansaço e o desgaste que a intensa dinâmica da prática profissional ocasiona. Mas a atenção para a subjetividade dos sujeitos usuários dos serviços prestados, e das políticas públicas, não pode ser desconsiderada.

Os impactos e rastros de um sistema já em fase de esgotamento, como diria José Paulo Netto (2013)⁷⁶, são perversos, e o que é subjetivo é devorado pelas imediatas objetivações que a dinâmica da vida capitalista força os indivíduos a realizar cotidianamente, tanto na sua vida pessoal, quanto profissional. Não sobra espaço para se enxergar para além de sua própria altura⁷⁷. E com isso é possível apenas ver, olhar, mas não enxergar, compreender, apreender o que está ao redor e no seu próprio interior.

Sendo assim, como afirma Martins (2011, p. 154), “[...] toda fotografia contém um ‘ver a mais’, já que nenhum fotógrafo, mesmo amador da fotografia ingênua, é passivo copista do que está fotografando”. A possibilidade de os sujeitos poderem falar por intermédio das imagens, como um recurso metodológico que, aliado a outras formas de investigação da pesquisa científica (entrevistas, por exemplo), transforma-os de objetos da intervenção social (de uma política social específica), para sujeitos protagonistas desta intervenção.

⁷⁶ José Paulo Netto, sobre o esgotamento do sistema capitalista, faz um brilhante fala no VI Seminário Anual de Serviço Social, realizado na PUC, em maio de 2013.

⁷⁷ Alusão ao Poema de Alberto Caetano (heterônimo de Fernando Pessoa) em “O Guardador de Rebanhos”.

Foto 3 – Revendo os amigos famosos.



Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Foto 4 – “TORizando” possibilidades 1.



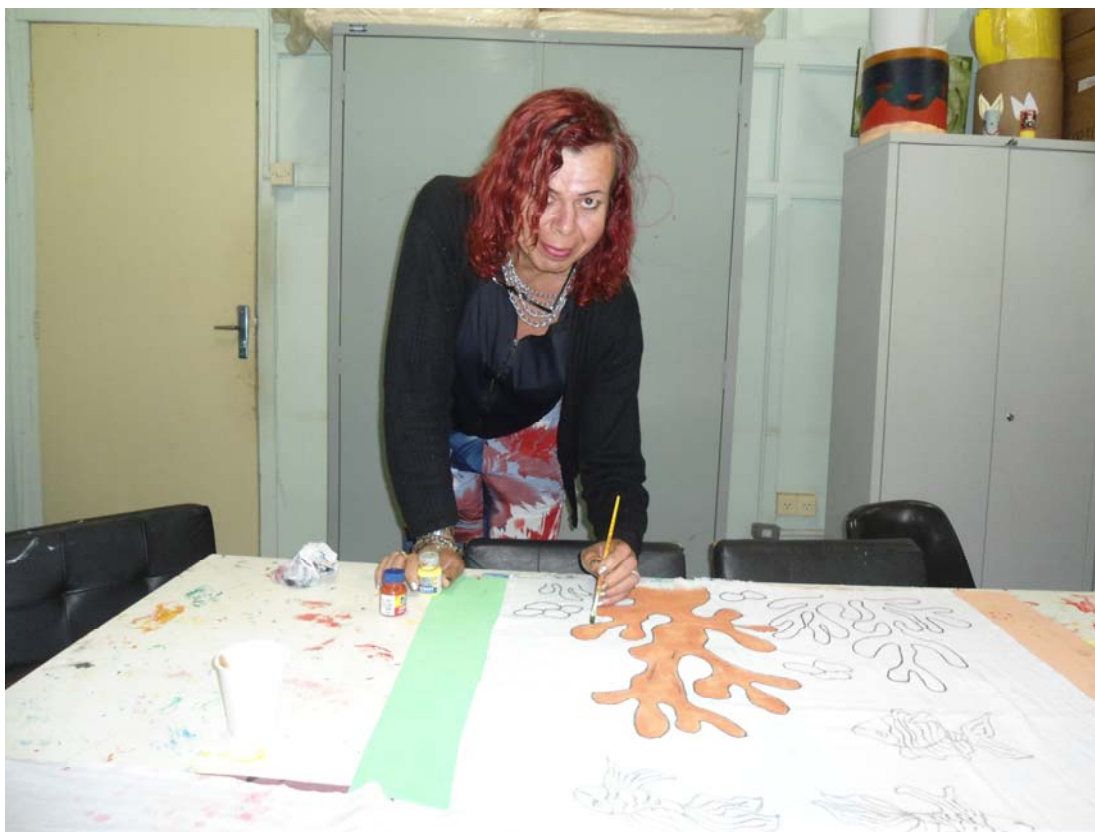
Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Foto 5 – “TORizando” possibilidades 2.



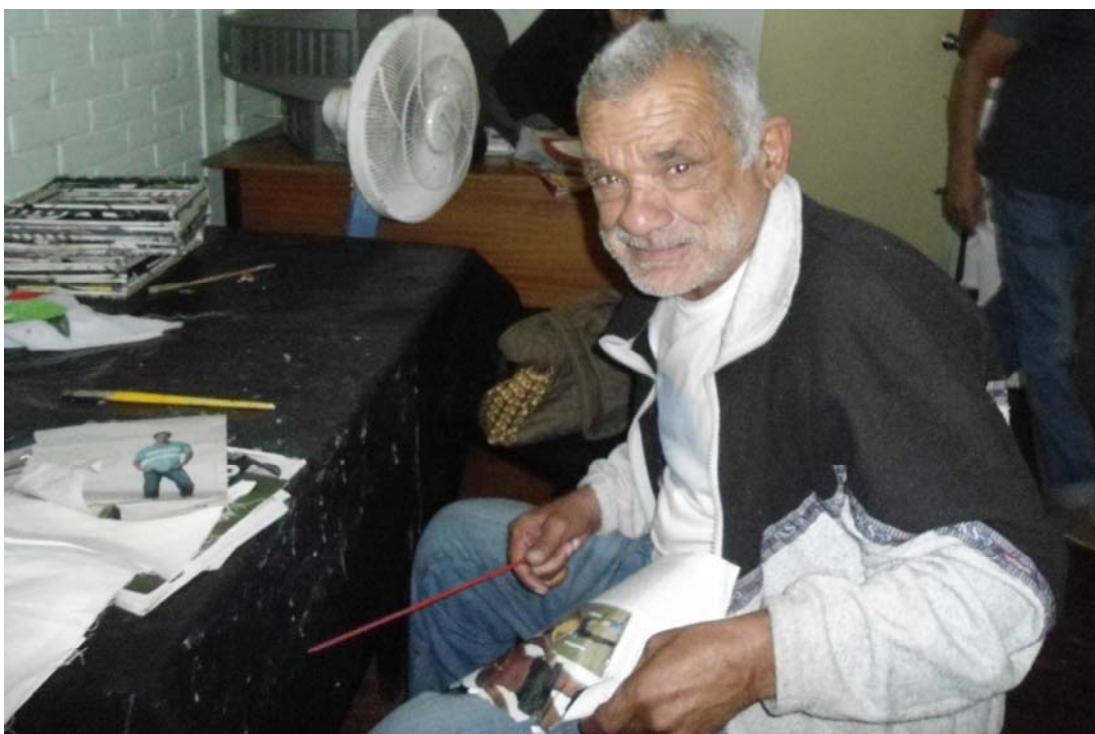
Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Foto 6 – “TORizando” possibilidades 3.

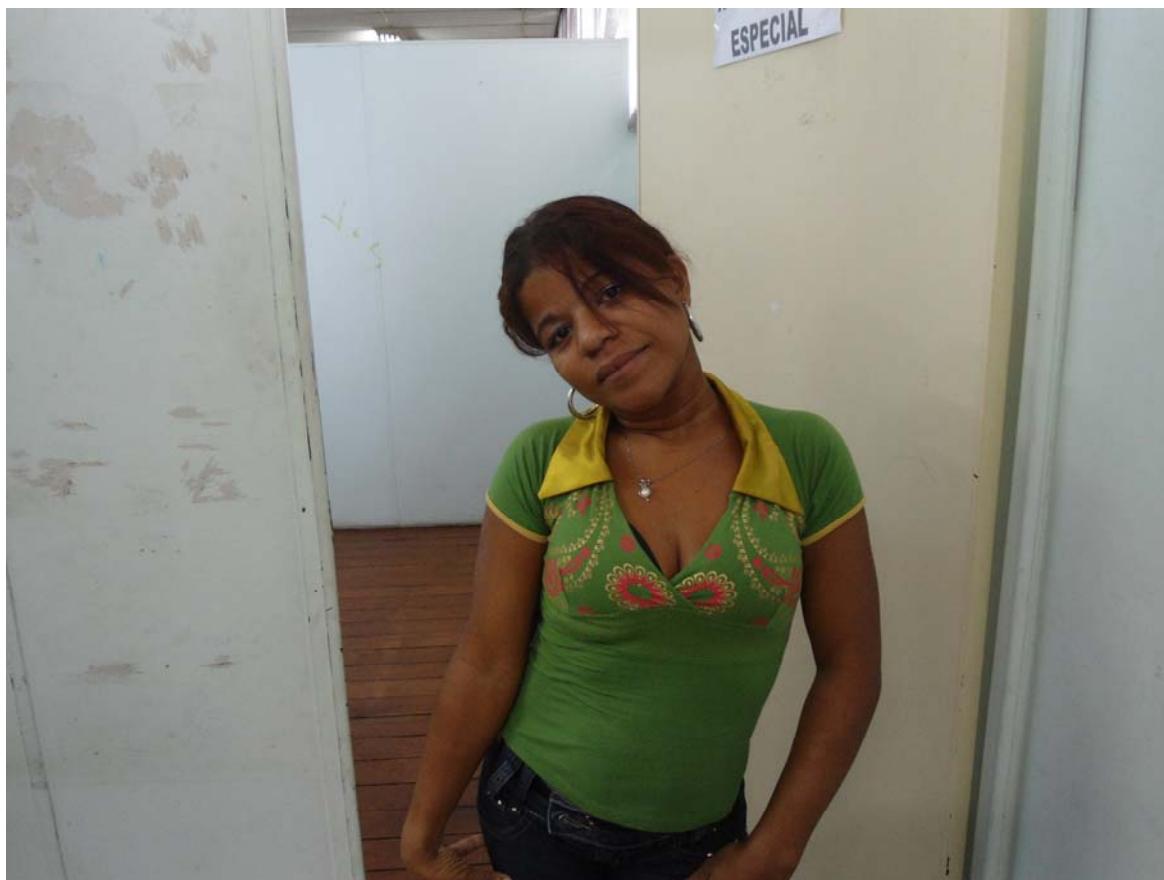


Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Figura 7 – “TORizando” possibilidades 4.



Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

Foto 8 – Pose “Especial”

Fonte: usuários do Centro POP de Londrina (PR).

A partir do que foi exposto e das imagens anteriores, pode-se apontar algumas considerações. Em primeiro lugar, percebe-se que o conjunto dos serviços oferecidos pelo Centro POP, aliado ao trabalho dos profissionais e ao espaço da TO, o equipamento torna-se um local em que os usuários podem se relacionar e estabelecerem vínculos (como o episódio da busca pelo almoço, citado no Capítulo 2, durante a realização da TO). Na TO os usuários têm a possibilidade de se expressar, talvez, por isso, a preferência desse local, especificamente para a realização das fotografias.

Percebe-se, na simplicidade contida nas imagens que retratam os usuários pintando (Figura 3, 4 e 5) a sensação de fuga do cotidiano duro e opressivo das ruas, em contraposição à utilização de cores vivas e desenhos de rosas. Vale destacar, por outro lado, as expressões corporais dos sujeitos, que podem evidenciar sua adequação ao que é oferecido, haja vista ser a TO uma das poucas atividades em que os usuários podem trabalhar aspectos criativos e de identidade. Nesse ponto, reforça-se a necessidade da constante avaliação por parte dos

usuários do Serviço Especializado, para que eles tenham um espaço de dizer o que tem sido ou não uma possibilidade de mudança.

Em segundo lugar, a escolha por tirar fotos das pessoas, ao invés de lugares, objetos ou coisas que não gostassem foi muito significativa. Os usuários tiraram fotos dos colegas que faziam TO, e dos artesanatos produzidos, e recorda-se que alguns falavam: “Vamos tirar foto aqui do fulano, olha que bonito o que ele está pintando”. As fotos na entrada no Centro POP mostram a identificação que existe com aquele espaço e a importância que ele possui em suas vidas. E isso é algo para se refletir coletivamente, pois as políticas e programas sociais têm ganhado um lugar profundo, ao longo dos anos, na vida de muitos indivíduos e famílias, mas questiona-se até que ponto isto tem sido avaliado e percebido, enquanto possibilidade. O acesso ao direito tem que estar além dos requisitos técnico-burocráticos que muitas vezes existem no interior dos serviços e políticas sociais.

Veio à tona, a partir do que foi retratado pelo olhar de alguns usuários através das fotografias, a avaliação da oferta ou não das condições objetivas (abrigo, moradia, atendimento em relação às drogas, alimentação), para além das dificuldades de estrutura do Centro Pop, nas fotos eles demonstraram que seu vínculo com o serviço está para além do que pode ser oferecido imediatamente e materialmente. Ou seja, os sujeitos demonstraram que as respostas de acolhimento são os vínculos entre eles e com os profissionais; o resgate da capacidade criativa, na medida em que o serviço lhe proporcione espaços de expressar sua condição de humano, de poder ser e poder criar

Por fim, é necessário dizer que as fotografias nem sempre expressam a realidade concreta, ou os fatos concretos, uma vez que são um meio de enxergar essa realidade e de traduzi-la, por parte de quem fotografa. Como afirma Martins (2011, p. 28): “O que o fotógrafo registra em sua imagem não é só o que está ali presente [...], mas também, e, sobretudo, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível”.

Assim, o olhar dos usuários divulgados nesta pesquisa, mesmo de forma amostral, é fundamental para que seja possível identificar o que não se consegue enxergar, tecnicamente falando. Esses momentos são únicos e imprescindíveis dentro da política social. O que a função técnico-operativa dos serviços e políticas sociais não consegue captar, como, por exemplo, o subjetivo,

expresso no sofrimento, nas recaídas, nos (pré)conceitos, nas alegrias e conquistas; cabe aos sujeitos (profissionais e usuários) tal façanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Guimarães Rosa.

Com o objetivo de identificar os avanços, possibilidades e dificuldades do Serviço Especializado para População em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR), na perspectiva dos usuários atendidos, este trabalho partiu da análise da população em situação de rua como expressão da “questão social”, enquanto processo histórico e contraditório, a partir do desemprego (estrutural), da fragilidade e/ou rompimentos dos vínculos sociais e familiares, do uso de drogas e da dependência química. Pretendeu-se fazer uma análise desses fatores, em sintonia com o movimento dialético e desigual que rege a sociedade capitalista.

Diferentemente da época do Brasil colônia e das primeiras fases republicanas, em que as situações de miséria e de “vagabundagem” estavam condicionadas à cultura e aos reflexos do regime de escravidão, o que caracterizava situações individuais e particulares; entre as décadas de 1950 e 1980, a condição de rua de milhares de pessoas passou a refletir a intensificação da exploração do trabalho, pela intensificação das forças produtivas (atrativas dos movimentos migratórios), ganhando o formato e a denominação de população que, de forma heterogênea, constituem, na atualidade, um fenômeno gerado a partir de múltiplas determinações.

A partir do exposto, observou-se que muitos autores ao refletir sobre a temática da população em situação de rua retratam-na imediatamente como símbolo da “exclusão social”. Neste trabalho, entretanto, optou-se por evidenciar a condição de rua sinalizando e sintetizando esta como reflexo das mazelas próprias da “questão social” e, os nexos com a “exclusão” foram retratados apenas no que concerne ao não acesso à proteção social a que teriam direito. Concluiu-se que o termo “exclusão social”, fora do sentido citado anteriormente, pode fragmentar a realidade social e mistificar as determinações imediatas desse fenômeno, ligado ao movimento dialético de apropriação/expropriação abordado ao longo do trabalho.

Com relação às expressões da “questão social” no cotidiano da realidade de rua, duas considerações são necessárias. A primeira delas se refere à questão dos vínculos familiares, retratada a partir do avanço das forças produtivas, com o conseqüente desenvolvimento das relações sociais, de início a própria constituição da família, expressão da propriedade privada, pela lógica da acumulação.

Os impactos do processo da industrialização brasileira, sob a orientação dos países centrais, foram duramente sentidos pelas famílias, sobretudo, no que tange ao aumento da pauperização. Muitas destas famílias, em suas diversas configurações, sentiram o influxo da desigualdade instaurada na década de 1990, agravada com o avanço das tecnologias.

Essas mudanças refletiram, inclusive, na própria composição da família e na relação homem/mulher, gerando, dentre outras conseqüências, transformações no que concerne à questão dos vínculos. Enquanto expressão da lógica capitalista, estas famílias estão condicionadas ao desigual acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho.

Diante disso, os sujeitos entrevistados relataram situações de fragilidade e/ou rompimento dos vínculos familiares por diversos fatores (juntos ou separadamente), principalmente por situações de pobreza (material, cultural, etc.), além do uso de drogas, perdas de entes queridos, conflitos familiares, entre outros motivos. A fragilidade e/ou rompimentos dos vínculos, propiciou, inclusive, a permanência de muitos deles à condição de rua, somado ao envolvimento com a droga (com exceção de Amauri). Destaca-se, por outro lado, a (re)construção dos vínculos, citada pelos sujeitos da pesquisa, com amigos (as), namorados (as), companheiros (as) e ainda, com o próprio serviço do Centro POP.

A segunda consideração corresponde ao mundo das drogas vinculado à situação de rua. Percebeu-se, a partir do aprofundamento dessa discussão, que as escolhas dos sujeitos ao fazerem uso de drogas, na expressiva maioria das vezes, não podem ser consideradas escolhas livres, mas condicionadas por fatores estruturantes relacionados aos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais que estes sujeitos vivenciam ao longo de suas vidas. O uso das drogas e ausência de serviços eficazes ganhou centralidade na fala dos usuários e penso que isso precisa ser destacado.

Dos onze sujeitos entrevistados, oito relataram terem feito uso de drogas após a condição de rua, dois entrevistados não mencionaram uso de qualquer substância química e uma usuária mencionou o desenvolvimento da dependência na adolescência, vinculado ao seu trabalho no corte da cana. Aliás, a maior dificuldade da vida nas ruas, relatada pela grande maioria dos entrevistados, foi o uso de drogas associado à vivência de rua.

Os desafios impostos diante dessa temática são muitos e complexos. Um deles é a luta intersetorial por políticas de saúde, cujo modelo de atendimento consiga englobar a complexidade existente nessas situações, a exemplo do trabalho que os Consultórios na Rua vêm desenvolvendo junto a esta população. Deve-se ainda levantar a discussão do esgotamento que as políticas proibicionista, moralistas e sensacionalistas causam no universo do tratamento da dependência, que deve ser analisado como caso de saúde pública. Necessita-se pensar também o papel do Centro POP de Londrina diante dessa realidade, principalmente perante a ausência de estrutura física adequada que permita o desenvolvimento de atividades que possibilitem o enfrentamento dos desafios aqui elencados.

Por fim, é necessário que os serviços públicos voltados para o atendimento de usuários de drogas (englobando a população em situação de rua), inclusive o Centro POP, criem instrumentos de abordagem que não atendam apenas às necessidades imediatas desses usuários, mas que abordem aspectos que viabilizem a construção do processo de consciência desses sujeitos, despertando-lhes sua capacidade de agentes históricos que respondem a determinadas necessidades, sendo capazes de ressignificá-las.

Identificou-se, a partir das falas dos usuários do Centro POP que a atual condição dos serviços é resultante de um processo histórico, da luta pela ampliação de direitos. Esta pesquisa, no entanto, revela um importante desafio no que concerne apreender com profundidade a complexidade da vida na rua, qual seja: aprimorar técnica e estruturalmente os serviços e avançar em caminhos que modifiquem a oferta pautada apenas nas necessidades materiais, construindo um novo sentido ético-político para cidadãos que de algum modo sofrem, lutam, expõem e desafiam o modelo de sociedade vigente.

A implantação do SUAS e dos serviços existentes hoje na Rede de Proteção Social (como o Centro POP) evidenciam o avanço no acesso às políticas e

aos serviços sociais, principalmente no atendimento à população em situação de rua. Por outro lado este trabalho também aponta os limites e necessidades de avanço (juntamente com os processos de avaliação e monitoramento) para que o Centro POP seja implementado de forma concreta e com toda a estrutura necessária para seu atendimento integral, eficaz e eficiente.

Repete-se o que já foi dito em outro momento nesta dissertação: há de se tentar captar o essencial, o belo, e o direito enquanto possibilidade, nas agruras e desafios que se apresentam no interior dos serviços que concretizam as políticas sociais. Esse é um desafio para todos os profissionais que trabalham com a população em situação de rua, trazendo à tona a historicidade desse processo, as contradições e transformações e, acima de tudo, iluminando as possibilidades.

Assim, destacam-se os principais resultados da análise do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a partir da fala dos usuários. Destes, sete conheceram a instituição (antes denominada de “Projeto Amigo”, depois de “Sinal Verde”, depois de “CREAS I/Sinal Verde”) ainda muito jovens, e os outros quatro se aproximaram quando aquela já era normatizada pela PNAS (2004), no âmbito da gestão do SUAS (2005), com a denominação de CREAS I (cuja identificação entre os usuários ainda é muito forte).

Em alguns momentos (principalmente no segundo capítulo) foram utilizadas trechos das entrevistas feitas com a coordenadora do Centro POP e com uma assistente social que trabalha há muitos anos com a questão de rua (crianças/adolescente e atualmente adultos). Seus relatos contribuíram para a construção da trajetória histórica da política de atendimento à população em situação de rua de Londrina, passando por algumas reflexões entre o acesso ao trabalho dessa população; pela questão da estrutura da instituição e sobre o aumento do uso de drogas versus o sentimento de medo percebido no cotidiano do trabalho profissional.

Os resultados da pesquisa foram divididos em três tópicos, dentro do subitem 2.2.2, do segundo Capítulo: “Aproximação inicial com o CREAS I (Centro POP)”; “Mudanças Observadas no serviço” e “Opiniões e ideias para o Centro POP”. Em síntese, o primeiro tópico evidenciou o que já foi dito anteriormente: a grande maioria dos usuários se aproximou do serviço quando este era destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Destaca-se nesse tópico, o reconhecimento do trabalho de militância de uma das assistentes sociais

que anteriormente trabalhava no atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua e que hoje trabalha no Centro POP de Londrina; e o caso de Amauri, que acabou sendo “empurrado” para a condição de rua devido ao descompasso dos serviços públicos em se tratando da dicotomia “acesso/repressão”.

O segundo tópico retratou as principais mudanças que os usuários (principalmente os que são atendidos há mais tempo) puderam observar no serviço. Dentre as mudanças citadas pelos usuários destaca-se: ausência da perspectiva política/militante, antes existente, nas práticas interventivas e de execução do trabalho com a população em situação de rua; melhoria do serviço, sobretudo para atender às necessidades mais estruturantes (documentação, emprego, moradia, encaminhamentos para outros serviços da rede, acesso aos benefícios sociais), ainda que nem sempre essas demandas sejam totalmente contempladas; o fato da Kombi não correr mais atrás foi mencionado por quase todos os usuários atendidos a mais tempo; e o reconhecimento, ainda que inconsciente do processo de hierarquização das ações e complexificação da estrutura do serviço, enquanto política pública, quando citam, por exemplo, a questão da rotina de atendimento, a menção às reuniões realizadas entre a equipe técnica do serviço, a demora para atender as demandas, citando que “tudo do governo demora” (Belinda).

Por fim, ressalta-se a percepção dos usuários das mudanças ocorridas no serviço diante da qualidade, do acesso ou não aos abrigos. Como o Centro POP faz os encaminhamentos para as Instituições de Abrigamento⁷⁸, percebeu-se a grande confusão entre os usuários que identificam o serviço desenvolvido pelo Centro POP, como sendo igual ou semelhante aos Abrigos. Assim, mesmo acompanhando o serviço há muito tempo, a grande maioria dos usuários (se não todos) não tem conhecimento do papel do Centro POP e não compreende este espaço para além de solicitações de demandas imediatas, ainda que em muitos casos ele seja sim um Centro de referência.

O terceiro e último tópico foi destinado às sugestões e ideias de melhorias para o Centro POP. A fala mais surpreendente foi a de Belinda, que menciona que o CREAS I deveria virar um Centro POP, igual ao de Curitiba que teve oportunidade de conhecer. Mais uma vez há a confusão entre Centro POP e

⁷⁸ Destaca-se que os relatos dos usuários sobre os abrigos continham muitas reclamações. Por ser este um serviço tipificado e, na sua maioria, prestado por organizações não governamentais, ressalta-se a necessidade de adequação dessas instituições às normativas oficiais para que se possa oferecer à população usuária um serviço de qualidade.

Instituições de Abrigamento, havendo um consenso entre quase todos os usuários entrevistados que deveria haver mais vagas nestas instituições. O que chamou mais atenção foi que todas as ideias, opiniões e sugestões que foram, de fato, direcionadas para o Centro POP, destacando-se a necessidade de um lugar para que eles possam realizar sua higiene pessoal (que já deveria fazer parte da estrutura do Centro POP), e de um espaço em que eles possam desenvolver atividades de cultura e de lazer, principalmente como instrumento de Redução de Danos à dependência química. Tudo isso, ressalta que o esgotamento das formas de tratamento existentes em Londrina que não estão dando conta de atender esse público, e quando atendem não conseguem ter impacto na vida desses sujeitos.

Desta forma, torna-se claro no processo investigativo traçado pela pesquisa que os usuários percebem as diferenças, os avanços e os retrocessos que vivenciam na atenção pública à população em situação de rua, ainda que tenham se expressado em outros termos. Necessita-se apenas estabelecer o diálogo com esses sujeitos para que essa política pública, materializada nos serviços oferecidos pelo Centro POP, possa avançar e fazer valer toda a luta que foi destinada a ela, com a participação ativa dos usuários nesse processo.

Com relação às análises das imagens obtidas pelos sujeitos na oficina de fotografia, veio à tona muito mais uma avaliação da oferta e não das condições objetivas (abrigo, moradia, atendimento em relação às drogas, alimentação), além das dificuldades de estrutura do Centro Pop; nas fotos, eles demonstraram que, o que os vincula ao serviço está além do que pode ser oferecido imediata e materialmente.

Os usuários demonstraram que as respostas de acolhimento são os vínculos entre eles e os profissionais; o resgate da capacidade criativa, na medida em que o serviço lhe proporcione espaços de expressar sua condição de humano, de poder ser e poder criar. Por isso que quando sugerem que o serviço seja capaz de propor um trabalho de lazer, cultura e participação política, o que fala através deles é o sentimento de “esgotamento” e de “ausência” de uma alternativa capaz de atender suas necessidades reais. Assim, evidencia-se a contradição entre a não implantação do Centro POP conforme o modelo previsto e a “consciência” e compromisso dos profissionais, passíveis de serem comprovados na escolha do foco das fotos retiradas pelos usuários.

Ademais, é válido mencionar que, dos entrevistados nesta pesquisa, Helena, Ananias e Beatriz deram suas opiniões a respeito do que acharam da entrevista⁷⁹, opinião esta que foi de grande importância e de muita inspiração, principalmente quando se lia as entrevistas e se questionava quais os melhores caminhos que deveriam ser seguidos e, todas os minuciosos detalhes que não se deveria perder para enriquecer o trabalho e dar voz ativa aos sujeitos do Centro POP de Londrina. Assim avalia Helena, no fim de sua entrevista:

Ah, eu achei legal, tipo assim, uma pessoa tá querendo saber assim como a gente viveu, como foi o começo, como é agora né! Como a gente tá vivendo, como a gente vai fazer isso, porque são poucas as pessoas que querem saber da vida da gente. [...] Tipo, algumas pessoas passam longe [...] É bom também que a gente também conta, porque a gente guarda muita coisa né!

Helena foi sem dúvida um sujeito, assim como todos os outros, de um significado enorme para este trabalho. Foi ela quem pegou a câmera, no momento das fotos, e saiu desbravando o “CREAS I”, ainda que muito receosa pelos olhares confusos dos técnicos e funcionários, mas sempre com muito respeito. Foi dela a ideia de tirar fotos com os técnicos e de olhar para eles e dizer o quanto o trabalho deles significava para sua vida e para a vida dos demais. Ela foi, sem dúvida, autora coparticipante deste trabalho, no sentido literal do termo. Em momentos de desespero por certas situações, principalmente situações de observar a estrutura física do serviço e sentir certo sufoco por tudo aquilo; conversar com ela nos momentos de observação participante no Centro POP, dava vida e inspiração para esta pesquisa.

Ananias é mais direto quando dá sua opinião, questionando a abrangência do trabalho, o que sem dúvida é muito válido, pois aqui, acredita-se que as pesquisas devem ultrapassar as barreiras e os muros das instituições que produzem conhecimento, sendo capazes de chegar na realidade concreta e material, onde ocorre a concretude da vida:

⁷⁹ No término da entrevista, a pesquisadora perguntava se eles gostariam de falar mais alguma coisa ou dar sua opinião sobre as questões respondidas.

Eu acho interessante, porque, como você vai fazer alguma coisa, sendo que não tem uma pesquisa sobre aquilo ali? Mas uma coisa que eu acho muito errado, e não só em Londrina, mas no Brasil inteiro, você (*reportando-se a pesquisadora*) tá lidando seu tempo pra fazer uma pesquisa pra achar uma melhora para aquilo ali. Daí vai na mão de quem pode fazer e o cara descarta no lixo!

Já Beatriz menciona apenas que gostou muito da entrevista e comenta: “não via a hora de vir aqui hoje” (SIC). Ressalta-se que todos os sujeitos participantes da pesquisa tiveram um valor exclusivo e um significado único para este trabalho. Cada um falou a partir de sua realidade e de suas batalhas cotidianas, mas percebeu-se em todos, principalmente nos mais velhos, um tom de cansaço: do vício; da longa trajetória de rua; cansaço por verem os profissionais cansados; por não terem alternativas em determinadas situações; por, às vezes, não conseguirem não ficar cansados. Mas, muitos sempre falavam da esperança, esse pequeno-grande sentimento que os impulsionam a seguir em frente.

Quando se propôs, sem que se esgotem as tentativas dessa proposição, nesta pesquisa, dar voz a esses sujeitos, objetivou-se tentar trazer à tona essa essência, ou parte dela, para que as possibilidades possam ser pensadas no coletivo, e que o direito também possa ser pensado como uma possibilidade e não apenas um fim em si mesmo. A situação de rua em que vivem muitas pessoas em Londrina, e milhares de pessoas pelo Brasil, tem que ser refletida, pensada, questionada; ultrapassando os limites e esgotamentos que essa temática já trouxe em outros momentos, para que a História possa seguir em frente, com as transformações e configurações dinâmicas e dialéticas que ela comporta.

Se hoje existe um Centro de Referência Especializado para o atendimento dessa população, que ele se torne, enfim, sua referência, mas que seja construído iluminando a trajetória de lutas e conquistas advindas da própria população de rua, mas, para isso, essa população precisa falar, precisa ser ouvida e acima de tudo precisa ser informada, para que assim, possa construir uma compreensão política, histórica, econômica e social do processo em que vive.

Chega-se no limite da construção de políticas, programas e projetos pensados para um determinado público sem a possibilidade de esse público ter um espaço para a avaliação, de forma que os serviços continuem sendo executados, e quem sabe, com mais êxito. Essa pausa, ainda com todos os desafios que a realidade cotidiana impõe, é necessária e fundamental.

Inserido na Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Centro POP deve ser um espaço, cujo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, esteja em sintonia com práticas não focalizadas, que apenas restringem o acesso do usuário aos programas sociais, e aos benefícios eventuais oferecidos pelo município. O Centro POP também deve estar atento para não se tornar apenas a porta de entrada para outros serviços e programas, como as Instituições de Abrigamento ou de tratamento contra a dependência química, ainda que esse trabalho seja fundamental.

Portanto, enquanto espaço de referência, o usuário deve poder encontrar no serviço atividades diferenciadas⁸⁰, que lhe proporcionem o acesso à informação e o incentivo de suas capacidades reflexivas e criativas, para que o direito possa se torna a “possibilidade de” (conhecer sua história; apreender as situações com as quais vivencia; ressignificar seu olhar diante da vida e da sua condição de sujeito histórico, inserido nesse processo de desigualdade, que não é, afinal, passivo). Deve-se tomar cuidado para que o Centro POP não se torne apenas mais um serviço emergencial para atender as necessidades emergenciais. Vale mencionar que os elementos trazidos neste trabalho não esgotam a complexidade do tema e os aspectos aqui retratados visaram complementar o debate sobre o Centro POP que ainda possui uma longa trajetória de construção enquanto política pública⁸¹.

Não se desconsidera, entretanto, os impedimentos que estão na base desse sistema estruturalmente desigual. Também não é intenção apontar as políticas públicas como a única salvação para os males causados pela desigualdade social existente, muito menos indicar que seja esse o único caminho para o fim da situação de rua em que vivem milhares de pessoas no Brasil. Mas, se o Centro POP tem a possibilidade de intervir em uma realidade complexa, necessita-se pensar estratégias para que essa intervenção não seja apenas para sanar as necessidades

⁸⁰ Uma experiência interessante que ocorreu em Porto Alegre foi a construção de um jornal pela população em situação de rua, que acabou virando documentário (“Boca de Rua – vozes de uma gente invisível”) (FERREIRA, *Jornal Brasil de Fato*, 2013).

⁸¹ Percebe-se, ainda que com pouca comprovação científica, um novo movimento migratório, entre as regiões e estados brasileiros, principalmente por conta do avanço do ramo da construção civil. Paralelamente a isso, tem-se notado o maior consumo de drogas entre estes trabalhadores e uma nova configuração do perfil da população em situação de rua. Com certeza esses dados de realidade, percebidos informalmente, modificarão o cenário de reflexão sobre essa temática daqui para frente.

materiais imediatas. Dar conta dessa complexidade, permitindo que os usuários dessa instituição participem desse processo, eis o grande desafio.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Dilma participa do Natal dos catadores em São Paulo. **Revista Exame**. Solidariedade 19/12/2013. Online. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/dilma-participa-do-natal-dos-catadores-em-sao-paulo>>. Acesso em: 26 dez. 2013.
- ALVES, J. de M. **História da Assistencial Social aos pobres de Londrina: 1940 – 1980**. São Paulo: UNESP – Campus Assis. Doutorado em História, 2002.
- ANT, C.; KOWARICK, L. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo In: BOSCHI, R. R. (Org.). **Violência e cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Série: Debates Urbanos. V. 2.
- ANTUNES, A. A droga e o pânico social. In: _____. **Brasil de fato**. Ed. 28 de abr., 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12490>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- _____. Crack, desinformação e sensacionalismo. In: _____. **Brasil de fato**. Ed. 28 de abr., 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12491>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- ARAÚJO, C. H. Migrações e Vidas nas Ruas. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- BARROCO, M. L. S. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jul. 2011.
- BRASIL. Decreto n.7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez., 2009c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- _____. Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas, cria seu comitê gestor, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 8 fev. 2013.
- BRASIL. Lei n. 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2006c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: 6 jul. 2012.
- _____. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário**

oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 8 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Universidade Federal de Santa Catarina. **Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 5. ed. Brasília: SENAD/UFSC, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião, Secretaria de avaliação e Gestão da informação. **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: Governo Federal, 2008.

_____. _____. Censo SUAUS. **Centro de referência especializado para pessoas em situação de rua**. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social/ Coordenação-Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. Brasília, DF: Governo Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20/resultado-censo-suas-2012/banco-de-dados-2012>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. _____. Orientações Técnicas – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. **SUAS e população em situação de rua**, Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011. v. III.

_____. _____. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Proposta da Política apresentada ao MDS por representantes da sociedade civil integrantes do GTI, 2009a. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Proposta_da_Pol_Nac_apresentada_ao_MDS_por_representantes_da_Soc_Civil.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2013.

_____. _____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpresso em 2012. Brasília, DF, 2009.

BRITES, C. M. Internação Compulsória: um canto de sereias, p. 47-54. In: **Revista Inscrita**, n. 14. Conselho Federal de Serviço Social, 2014.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, Brasília, n. 12, p. 165-190, 2003.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____; WANDERLEY, L. E. W.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2011.

COUTO, B. R.; PRATES, J. C.; MENDES, J. M. R. A Implantação e implementação do SUAS no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo, p. 205-259. In: COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; REICHELIS, R. (Orgs.). **O**

Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), 2010.

DORNELLES, A. E.; GEHLEN, I.; SCHUCH, P.; SILVA, M. B. O Retrato Censitário da População Adulta em Situação de Rua em Porto Alegre. In: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Orgs.). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.** Belo Horizonte: Didática, 2012. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=52>. Acesso em: 12 set. 2012.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1986.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: estudo de interpretação sociológica.** 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, L. Documentário conta a história de jornal produzido por moradores de rua. In: **Brasil de Fato.** Edição 8 nov., 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26537>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

FIORE, M. Os equívocos da internação compulsória. In: **Revista Carta Capital**, n. 514, jan., 2013.

GIORGETTI, C. **Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris.** São Paulo: Educ/FAPESP, 2007.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>>. Acesso em: 21 out., 2013.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias.** São Paulo: Iluminuras, 1996.

HISTÓRICO DO MOVIMENTO. Disponível em: <<http://www.mnprsp.blogspot.com.br/p/historico-do-movimento.html>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Mundialização da economia, capital financeiro e questão social. In: IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 106-155.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: cidades: Paraná: Londrina: síntese das informações**. 2010 (Recenseamento Geral do Brasil). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411370&idtema=16&se arch=parana|londrina|sinthese-das-informacoes>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/pense_2012.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

JACCOUD, L. **Proteção social no Brasil: debates e desafios - Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Unesco, 2009.

KALOUSTIAN, S. M.; FERRARI, M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo/ Brasília: Cortez-Unicef, 1994.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Cidadão privado e subcidadão público. **Revista São Paulo em Perspetiva**, v. 5, n. 2, abr.-jun., 1991. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2036>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LARA, R. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katályzes**, Florianópolis, v. 10, p. 73-82, 2007.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Relatório anual dos atendimentos realizados na sede do CREAS I, para pessoas adultas em situação de rua**. Londrina, 2012.

LOPES, M. H. C. **A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina – PR**. São Paulo: PUC. Mestrado em Serviço Social. 1999.

LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: _____. **Grandes cientistas sociais**, São Paulo: Ática, 1981. n. 20.

_____. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** 1968. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20082/139876_As%20bases%20ontol%C3%B3gicas%20do%20pensamento%20e%20da%20atividade%20do%20homem.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2013.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. P. 93-129. In: MOTA, A. E. **O mito da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MARINGONI, G. **O destino dos negros após a abolição.** Desafios do desenvolvimento - Ipea, Brasília, p. 34 - 42, 01 dez. 2012. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2673:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MARTINELLI, M. L. **O debate contemporâneo sobre o serviço social:** o exercício profissional em questão. Palestra promovida pela Departamento de Serviço Social. Londrina, 21 mar. 2013.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, M. L. P.; SCHIBELSKY, S. M. O.; RIZZOTTI, M. L. A.; PAULILO, M. A. S. Avaliação em monitoramento das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 10, n. 2. jan-jul, 2008.

MARX, K. Capítulo XXIII, A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: _____. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Livro primeiro. Tomo 2.

_____. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 2.

_____. **Para a crítica da economia política:** salário, preço e lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Victor Civita, 1974. Coleção Os Pensadores.

MENEZES, C. A ousadia de mujica. **Carta Capital**, v. 19, n. 779, p. 24-27, 18 dez. 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, métodos e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MIOTO, R.C.T. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 55, nov./fev. 1997.

MIOTO; R. C. T.; SILVA, M. J. da; SILVA, S. M. M. M. da. **Políticas públicas e família: estratégias para o enfrentamento da questão social**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOIPP)– “Questão Social e desenvolvimento no século XXI”. São Luiz (MA): UFMA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/806535e60b6e32ad4bb2Maria%20Jacinta%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 4 de Out., 2013.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, M. S. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVO, M.; QUIROGA, J. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), 2010.

OBATA, R. **O livro dos nomes**. São Paulo: Nobel, 2002.

OBSERVATÓRIO DO CRACK: Geografia do crack: **Os municípios brasileiros como protagonistas no enfrentamento ao crack**. Confederação Nacional dos Municípios, 2010. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9700/9797/Geografia/OsMunicipiosbrasileiroscomoprotagonistasnoenfrentamentoaocrack.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. **Mapeamento do crack nos municípios brasileiros**. Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/9700/9797/Geografia/Atualizado_MapeamentodoCracknosmunicipiosbrasilv4.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

OBSERVATÓRIO: crack é possível vencer. **Consultório na rua**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

ODIARIO: Londrina. **Subsídio da Prefeitura de Londrina para restaurante popular tem alta de 155%**. 27 jul. 2013. Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/760481/subsidio-para-restaurante-popular-tem-alta-de-155/>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

PARANÁ. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Serviço especializado para pessoas em situação de rua – CREAS I (Sinal Verde)**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1043&Itemid=1181>. Acesso em: 8 set. 2012.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e IDH: atlas do desenvolvimento humano 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 18 jan. 2014.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, Mariana S. dos **O movimento nacional da população de rua em São Paulo: um diálogo com as políticas sociais públicas**. 2011. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

REVISTA FÓRUM. Política de drogas. v. 12, n. 126, set. 2013.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/ Rede Rua, 2005.

ROSA, G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Victor Civita, 1984.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SÃO PAULO. (Estado). Decreto n. 40.232, de 2 de janeiro de 2001. Regulamentada a Lei n. 12.316, de 16 de abril de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Decreto_40232_1265210068.pdf>. Acesso em: 9 out. 2012.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? P. 7-13. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 97-127.

SCARSO, A. Sob Pretexto da Cura. **Jornal Brasil de Fato**, online, jan., 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11664#.URI-KTg2eCg.facebook>>. Acesso: 4 fev. 2013.

SCHOR, S. M.; VIEIRA, M. A. C. **Principais resultados do censo da população de rua da cidade de São Paulo, 2009**. FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2009.

SECRETARIA de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – Síntese dos resultados**. In: Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), 2010.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo à população. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

_____. **Cidade, território, exclusão/inclusão social**. Texto apresentado originalmente no Congresso Internacional de Geoinformação – GEO Brasil/2000, São Paulo, Palácio das Convenções do Anhembi, 16 jun., 2000. Online. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Cidadet.pdf>>. Acesso em: 10 out., 2013.

_____. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

TAVARES, V. Uma guerra injusta produzida pelo Estado brasileiro. **Brasil de Fato**. ed. 9 a 15 de maio, 2013.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas, p. 553-574. In: CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária**. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária. In: KALOUSTIAN, M. S. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. P. 16-49. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro das Entrevistas

Com os usuários do Centro POP de Londrina (PR):

- 1) Identificação: nome, idade, cidade de origem.
- 2) Fale um pouco sobre sua vida e como você passou a viver nas ruas. Você se lembra o primeiro atendimento depois que já estava nas rua?
- 3) Como você conheceu o serviço do CREAS?
- 4) O que você buscou no CREAS quando foi atendido pela primeira vez?
- 5) Quais são as maiores dificuldades da vida nas ruas? E depois que iniciou o atendimento no CREAS, o que mudou?
- 6) Você recebe o Bolsa Família? O que você pensa sobre esse benefício?
- 7) Cite o que você acha de ruim (se houver) e de bom (se houver) no serviço oferecido pelo CREAS.
- 8) Se você pudesse opinar sobre o que você poderia mudar aqui no Serviço do CREAS, o que seria?
- 9) Você conhece o Movimento da População de Rua de Londrina?

Com a Assistente Social do Centro POP:

- 1) Durante as entrevistas, você foi muito citada pelos sujeitos. Tanto por aqueles que te consideram como a “mãe da rua”, como por seu trabalho de acolhida de muitos dos sujeitos, enquanto eram crianças. Sendo assim, gostaria que falasse um pouco sobre a sua trajetória na atenção à população em situação de rua de Londrina.
- 2) Quais são as principais demandas dos usuários do serviço? Como elas são atendidas? Você acha que há o descompasso entre o que o serviço tem para oferecer e a demanda?
- 3) Como você analisa a relação dos usuários atendidos com o mundo do trabalho?
- 4) Quais são as estratégias que o serviço possui hoje para lidar com a questão da droga e, mais especificamente, com a questão do crack?
- 5) Com relação aos abrigos, gostaria que falasse sobre o que pensa da qualidade desse serviço, da quantidade de vagas, se existe alguma restrição para a entrada dos usuários encaminhados pelo Centro POP. E, por fim, gostaria que falasse da relação entre o serviço oferecido pelo Centro POP e os abrigos, e da relação entre os usuários e os abrigos.
- 6) Você percebeu alguma modificação do perfil da população em situação de rua nos últimos anos?
- 7) Você acha que o serviço hoje atende a proposta do Centro POP estabelecida na Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais?

Com a coordenadora do Centro Pop:

- 1) Quantos usuários são atendidos mensalmente aqui pelo Centro Pop? Existe uma diferença entre homens e mulheres (quantos homens e quantas mulheres?).
- 2) Quais são as principais demandas dos usuários do serviço? Como elas são atendidas? Você acha que há o descompasso entre o que o serviço tem para oferecer e a demanda?
- 3) Como você analisa a relação dos usuários atendidos no serviço com o mundo do trabalho?
- 4) A questão dos vínculos familiares do passado foi algo muito percebido nas entrevistas. Como o serviço lida com essa questão? Quais as formas de trabalhar esse fato com os usuários?
- 8) Com relação aos abrigos, gostaria que falasse sobre o que pensa da qualidade desse serviço, da quantidade de vagas, se existe alguma restrição para a entrada dos usuários encaminhados pelo Centro POP. E, por fim, gostaria que falasse da relação entre o serviço oferecido pelo Centro POP e os abrigos, e da relação entre os usuários e os abrigos.
- 5) Você acha que o serviço hoje atende a proposta do Centro Pop estabelecida na Política Nacional para Pessoas em Situação de rua?
- 6) Algumas pessoas trouxeram a questão do Movimento de Rua a tona. Algumas de forma negativa e outros de forma positiva. Alguns mostraram interesse em participar, e até alegaram que não se calariam frente às injustiças que acontecem com a população de rua. Nesse ponto, o serviço tem alguma relação com o Movimento da População de Rua de Londrina? Há um diálogo entre Movimento/ Serviço e usuários?

APÊNDICE B

Significado dos nomes escolhidos

Abel: do hebraico significa “sopro de vida”; nome do segundo filho de Adão e Eva, assassinado por seu irmão Caim.

Amauri: do francês, significa “homem ativo e trabalhador”.

Ananias: do hebraico significa “Deus tenha piedade” ou ainda “o amado de Deus”; é uma combinação de *Hannah*, “graça, compaixão”, com a partícula *lah*, que se refere à Deus. A forma inversa desses termos forma o nome João.

Beatriz: do latim, significa “a que traz felicidade” ou “viajante”.

Belinda: do germânico *Bern-lind*, “escudo do guerreiro” ou “defesa do guerreiro”.

Cauê: de origem tupi, significa “homem bondoso que age com inteligência”.

Francisco: do francês, possui o sentido de “livre” ou de “liberdade”.

Helena: de origem grega, significa “repleta de luz”.

Hélio: de origem grega, significa “o Sol”.

Henrique: de origem germânica, significa “o senhor da casa” ou o “senhor da fortaleza”.

Isaac: do hebraico, significa “aquele que ri”, “sorridente”.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“Análise do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua do Centro POP de Londrina (PR) na perspectiva dos usuários atendidos”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“ANÁLISE DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA do Centro POP DE LONDRINA (PR) NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS ATENDIDOS”**, realizada no CREAS I. O objetivo da pesquisa é: fazer uma análise do Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua no CREAS I de Londrina (PR), a partir da relação entre a oferta do Serviço e a perspectiva do usuário atendido na Instituição. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através da participação de uma entrevista, norteada por uma roteiro semi-estruturado; as falas serão gravadas para posteriormente serem transcritas e analisadas. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

As entrevistas serão gravadas por um aparelho de áudio, de forma a possibilitar uma maior fidelidade do pesquisador com relação ao que foi dito durante as entrevistas e para possibilitar sua transcrição na íntegra.

Os benefícios esperados são: compreensão da relação entre a oferta do Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua e a perspectiva dos usuários para com esse serviço específico, inserido na Proteção Social Especial de Média Complexidade, descrita na PNAS. Espera-se também verificar se tal Serviço ofertado pelo CREAS I do município de Londrina possibilita o acesso aos direitos sociais das pessoas em situação de rua. Procurar-se-á também evidenciar os principais desafios encontrados no atendimento a esta população, apontando a articulação com os demais serviços oferecidos na rede socioassistencial, como

prega a Política Nacional Para a População e Rua (PNPR). A partir desta pesquisa, espera-se que o diálogo acerca da temática em questão não se esgote e seja cada vez mais enriquecido, proporcionando uma maior visibilidade desse segmento populacional. Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar: Mariana Sato dos Reis, , marianareis_ss@yahoo.com.br ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 2011.

Pesquisador Responsável

RG: _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

ANEXO B

Termo de consentimento livre e esclarecido – uso da imagem

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“Análise do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua no Centro POP de Londrina (PR) na perspectiva dos usuários atendidos”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“ANÁLISE DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO Centro POP DE LONDRINA (PR) NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS ATENDIDOS”**, realizada no CREAS I. O objetivo da pesquisa é: fazer uma análise do Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua no CREAS I de Londrina (PR), a partir da relação entre a oferta do Serviço e a perspectiva do usuário atendido na Instituição. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: através de uma oficina de fotografia para a coleta de imagens, reportando à sua visão do serviço que é oferecido no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua de Londrina – PR (Centro Pop).

Após a realização da oficina, as imagens serão selecionadas, reveladas e entregues para você e os demais participantes.

Os benefícios esperados são: compreensão da relação entre a oferta do Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua e a perspectiva dos usuários para com esse serviço específico, inserido na Proteção Social Especial de Média Complexidade, descrita na PNAS. Espera-se também verificar se tal Serviço ofertado pelo CREAS I do município de Londrina possibilita o acesso aos direitos sociais das pessoas em situação de rua. Procurar-se-á também evidenciar os principais desafios encontrados no atendimento a esta população, apontando a articulação com os demais serviços oferecidos na rede socioassistencial, como prega a Política Nacional Para a População e Rua (PNPR). A partir desta pesquisa, espera-se que o diálogo acerca da temática em questão não se esgote e seja cada vez mais enriquecido, proporcionando uma maior visibilidade desse segmento populacional. Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da

pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contactar: Mariana Sato dos Reis, marianareis_ss@yahoo.com.br ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 2013.

Pesquisador Responsável

RG:: _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____